Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Mestrado em História e Património - Ramo Mediação Patrimonial

A Presença Portuguesa em Roma na Real Igreja, Casa e Hospital de Santo António dos Portugueses na época moderna

- Uma visita guiada pela História e pelo Património -

Maria Fernanda Ferreira Azuaje

Trabalho apresentado à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, para obtenção do grau de Mestre em História e Património – ramo Mediação Patrimonial

Orientador na FLUP: Profª Doutora Inês Amorim
Orientador pelo Instituto: Dr. Francisco de Almeida Dias

Setembro 2011

“L’uomo è un viandante circondato

di ognoto e di pericoli che egli

tuttavia spera di superare,

onde fare ritorno alla sua casa”

(Ludovico Gatto, “*Il Medievo*”)

Resumo

O presente relatório é o resultado de uma pesquisa realizada, no âmbito de um estágio curricular no IPSAR (Instituto Português de Santo António em Roma), acerca da presença portuguesa em Roma, tendo como base os portugueses que estiveram de passagem pela cidade e foram assistidos no antigo Hospício de Santo António, hoje em dia IPSAR. De seguida, elaborou-se um roteiro que permitirá constituir funcionar como um guião de visita à cidade de Roma tendo em conta o sítio do Instituto e a sua relação como outros locais que com os portugueses se articularam. Com o desenvolver da investigação chegou-se à conclusão de que o estudo específico da passagem dos portugueses pelo hospício exigia analisar a comunidade portuguesa existente em Roma no seu todo, os que passavam e os que apoiavam a presença portuguesa.

O acumular dos séculos de presença portuguesa deixaria as suas marcas. Com efeito, se o objectivo desta investigação foi o de estudar a comunidade portuguesa em Roma, ao mesmo tempo procurou-se mostrar a importância patrimonial e histórica desta instituição, como um local de ajuda espiritual e assistencial, ou seja um refúgio para o português longe da sua terra, principalmente no passado, mas com rastos no presente e para o futuro.

Palavras-chave: Roma, Hospício, Património, Assistência

Abstract

This report is the result of a research made in a curricular internship in IPSAR (Instituto Português de Santo António em Roma), about the Portuguese presence in Rome, based on the Portuguese people who were passing by the city and were assisted in the old Hospice of Saint Antonio, now IPSAR. Then, we prepared a guide that will be working as a script to visit the city of Rome, taking into account the site of the Institute and its relation to other sites that were articulated with the Portuguese people. Through the process of this research, we conclude that the specific study of the passage of the Portuguese people by the hospice would require an analysis of the Portuguese community in Rome as a whole – the ones who had passed by and the ones who had supported the Portuguese presence.

With the build-up of centuries, the Portuguese presence would leave their mark. Thus, if the purpose of this investigation was to study the Portuguese community in Rome, at the same time we wanted to show the importance of heritage and history of this institution as a place of spiritual help and assistance, i.e. a refuge for the Portuguese people away from their land, especially in the past, but with tracks in the present and the future.

Key-words: Rome, Hospice, Heritage, Assistance

Agradecimentos

Este trabalho não teria sido possível sem a colaboração de algumas pessoas a quem fico muito agradecida.

Começo por agradecer à professora Inês Amorim, por toda a sua ajuda e orientação, mesmo antes deste projecto de pesquisa não passar de uma simples ideia sem objectivos concretos.

Ao Instituto Português de Santo António em Roma, por ter aceitado a proposta de estágio e ter aberto as portas do seu arquivo para conseguir desenvolver esta investigação, em especial ao Dr. Francisco de Almeida Dias pela sua grande ajuda e orientação. Não posso deixar de agradecer a todas pessoas que trabalham no instituto, pela sua simpatia ao longo dos meses que estive a trabalhar nele.

À Biblioteca do Seminário Maior do Porto, em particular a sua bibliotecária Maria João por toda a sua atenção. A todas as bibliotecas pelas quais passei e onde sempre encontrei alguém disposto a estender-me uma mão.

Às minhas amigas e ao Zé pela sua força ao longo deste percurso.

Aos meus pais, Abel e Auxi, ao meu irmão, Placido e a Lucia pela sua compreensão, ajuda, companhia e força ao longo desta minha aventura.

Um especial agradecimento a três pessoas muito importantes, porque sem a sua ajuda este projecto teria ficado a meio do caminho, agradeço pela força e o carinho, quando estava longe de casa, à D. Olívia, D. Margarida e D. Deolinda.

Por último agradeço a todas as pessoas que de maneira directa ou indirecta contribuíram para conseguir concretizar este trabalho. Grazie!

Sumário

Introdução

O presente trabalho desenvolve-se no âmbito do Mestrado em História e Património, ramo de Mediação Patrimonial, enquadrado, institucionalmente, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, entre os anos 2009-2011. O primeiro ano foi desenvolvido em torno de um projecto sempre direccionado – o da presença de Portugueses na Roma Moderna. No segundo ano, 2010-2011, a oportunidade surgiu quando a candidatura a um estágio no Instituto Português de Santo António em Roma (IPSAR) nos aproximou do trabalho de campo e de arquivo. Foi desenvolvido na biblioteca e arquivo desta instituição ao longo de 6 meses, do 13 de Outubro de 2010 ao 13 de Abril de 2011, e centrou-se na análise da documentação existente no arquivo que pudesse contribuir para o estudo da presença portuguesa em Roma, em especial o universo português presente nesta instituição.

Efectivamente, a especialização escolhida pressupunha a inclusão de um estágio, por um período de 6 meses, que se realizou através do programa de mobilidade Estágio-Erasmus da Universidade do Porto. Este foi o ponto de partida para uma viagem no tempo e no espaço, literalmente falando, como se verá.

1. Escolha do objecto de estudo – razões, motivações, pertinência científica e social do projecto.

A razão da escolha deste tema, "A Presença Portuguesa em Roma nos finais da Época Moderna, na Real Igreja, Casa e Hospital de Santo António dos Portugueses", deve-se ao interesse pessoal no estudo das comunidades portuguesas no estrangeiro, em particular a presença portuguesa em Roma. Ao longo do 1º ano do mestrado, os trabalhos realizados apontavam para a pertinência do tema, e confirmavam a viabilidade do nosso projecto base,

apresentado logo quando da candidatura ao mestrado, na entrevista então realizada.

As relações entre as comunidades pareceu-nos ser, por si só, um processo de mediação entre culturas, de aproximação (ou não). A nossa questão de partida era, concretamente, a de perceber a possível influência desta mesma comunidade para a cidade e o possível apoio que foi prestado aos portugueses que chegavam a Roma. Pelos trabalhos bibliográficos realizados, percebia-se já que estávamos a falar de uma comunidade que teria tido por base a criação de instituições (por quem, logo se apuraria) de forma a criar os meios necessários para prestar ajuda aos seus nacionais. Esta ajuda terá sido dada através do antigo Hospício de Santo António, cuja origem remonta aos finais do século XIV, chegando aos nossos dias como Instituto Português de Santo António em Roma, já não como um local de assistência, mas como um importante centro de divulgação da cultura portuguesa em Roma. O património que hoje se observa (imóvel, pela sua Igreja e edifício anexo, e móvel, pela biblioteca e arquivo, além do recheio riquíssimo da igreja) revela que no passado representou um ponto de encontro para os portugueses, longe da sua terra.

De forma preliminar, pode-se confessar que o percurso feito para chegar a este tema específico foi um grande desafio, desde a sua escolha até ao início da sua concretização, não só por ser uma temática pouco abordada, mas pelo facto desta pesquisa ter sido iniciada sem se ter conhecimento do conteúdo das fontes que viriam a ser estudadas posteriormente. Por essa razão foram levantadas várias hipóteses que poderiam vir ou não a ser respondidas com a análise dos dados.

O objectivo inicial desta pesquisa era fazer um estudo da presença portuguesa em Roma, tendo como base os portugueses que estiveram de passagem pela cidade e foram assistidos no antigo Hospício de Santo António, hoje em dia IPSAR (Instituto Português de Santo António em Roma). De seguida, propunha-se um roteiro que permitisse, mais tarde, constituir um guião de visita à cidade de Roma tendo em conta o sítio do Instituto e a sua relação como outros locais que com os portugueses se articulassem. Com o desenvolver da investigação chegou-se à conclusão que o estudo específico da passagem dos portugueses pelo hospício exigia o estudo dos que prestavam

esta assistência, isto é, dos que já lá estavam, e analisar a comunidade portuguesa existente em Roma no seu todo, os que passavam e os que apoiavam a presença portuguesa.

O acumular dos séculos de presença portuguesa deixaria as suas marcas, presumíamos. Com efeito, se o objectivo desta investigação, como já foi referido, é o de estudar a comunidade portuguesa em Roma, ao mesmo tempo procura mostrar a importância patrimonial e histórica desta instituição, como um local de ajuda espiritual e assistencial, ou seja um refúgio para o português longe da sua terra, principalmente no passado. Estamos convictos que os usos sucessivos e as representações associadas às redes estabelecidas entre edifícios e gentes, sendo estas de diferentes condições sociais, não cabem neste estudo, ele apenas procura fazer despertar para estes múltiplos sentidos. Afinal, mediar é aproximar, diagnosticar sensibilidades, reconhecer e valorizar, deixar rastos e pontas que outros (e nós próprios) poderemos recuperar.

Porque havia que delimitar temporalmente, o nosso objecto de estudo situa-se na época moderna, de forma mais próxima de 1786 a 1802. De alguma forma condicionados pelas fontes que melhor nos informam acerca da dinâmica dos peregrinos e dos hóspedes. Contudo, também nos aproximamos dos dias de hoje para reencontrar os rastos dessa época e mesmo das raízes do actual Instituto de S. António dos Portugueses em Roma, já que esta parte da nossa história, e do instituto, ficou esquecida no passado e é importante relembrá-la, em vários sentidos, histórico e patrimonial. O espaço mais lato é, portanto, Roma, mas no nosso estudo o epicentro é o Hospital. Depois, saber de que forma a estrutura os acolhe, se portuguesa se aculturada pela presença dos locais. Afinal, que plataforma cultural? Mas, espacialmente alargou-se o âmbito quando procuramos a presença portuguesa pela cidade.

Este trabalho foi, assim, estruturado em três partes. Na primeira parte pretendemos apresentar uma contextualização histórica, recuando no tempo, aos primórdios da instituição, tentando responder a evolução das competências ao nível da assistência para compreender melhor o papel desempenhado por esta instituição nesta cidade. Fazer uma breve resenha histórica da origem do hoje IPSAR e a sua evolução ao longo dos tempos para compreender a

importância que teve e tem para os portugueses em Roma. Analisar, finalmente, mesmo que brevemente, a instituição hoje em dia e de que maneira este estágio foi incorporado na mesma instituição.

Na segunda parte serão apresentados os resultados do trabalho desenvolvido ao longo do Estagio no IPSAR, o qual consistiu na identificação dos portugueses que passaram por Roma e foram assistidos por esta instituição entre os anos de 1786 e 1802, como a comunidade portuguesa em Roma ligada a esta instituição e o serviço prestado pela mesma, tentando ao mesmo tempo compreender a complexidade desta instituição no passado e o próprio conceito assistencial da cidade, chegando a comparar com outras comunidades nacionais. Fica nítido, pensamos, que a abundância documental foi uma surpresa e que nos obrigou a uma disciplina estrita de selecção de fontes. Esta investigação transformou-se num primeiro produto do projecto porque é uma contribuição para a contextualização da vida dos portugueses em torno do Hospício e deste para os que o não eram. Ficam, igualmente, como produto, as pistas de investigação para o futuro.

Por último, na terceira parte, será apresentado o que parece ser o produto final, o objecto final do projecto e do estágio, que consiste na definição de um roteiro da cidade de Roma, onde serão salientadas as marcas da presença portuguesa em Roma, tendo como base o Instituto Português de Santo António em Roma e a sua evolução na cidade desde o hospício de D. Guiomar, até ao Hospício do Cardeal D. Antão Martins de Chaves. Uma maneira diferente de olhar para esta cidade tão imponente, e com um património tão rico, e salientar nela aquilo que faz parte da nossa história e, podemos considerar, do nosso património e da nossa memória. Este roteiro pretende olhar para a Roma-Lusitana[1].

Esta investigação pretende ainda, além de mostrar o património português, numa cidade tão importante como Roma, trazer algo de novo numa

---

[1] Expressão retirada do titulo do guia da exposição *Roma Lusitana/ Lisbona Romana*, que decorreu do 3 de Dezembro de 1990 ao 31 de Janeiro de 1991, em comemoração do terço centenário do nascimento do monarca D. João V. ROCCA, Sandra Vasco; BORGHINI, Gabriele e FERRARIS, Paola. *Roma Lusitana/ Lisbona Romana.* Roma: Argos Edizioni, 1990.

área de estudo pouco abordada até agora, pelo menos deste ponto de vista e salientar a importância da presença portuguesa no mundo através do acolhimento prestado naquela instituição. Olhar para Portugal como um país pequeno que, de uma maneira ou de outra, que não apenas pela epopeia dos descobrimentos, tantas vezes é invocada, foi deixando a sua marca pelo mundo.

2. Universo informativo mobilizado.

Para se conseguir desenvolver este trabalho foi utilizada como principal base de consulta de informação o arquivo do IPSAR. Este arquivo, de grande importância para a presença portuguesa em Roma, representa, por si só, parte do nosso património documental nesta cidade não só para o estudo da presença portuguesa em Roma, como para o próprio estúdio institucional, administrativo e financeiro de uma instituição deste âmbito e das suas relações com a sociedade envolvente.

Uma das principais dificuldades que apresenta este arquivo é o facto de não se encontrar devidamente organizado, do ponto de vista arquivístico. O primeiro encontro foi através da página na *internet.* Fica-se, imediatamente, com a noção de um património documental vasto. Entre-se na página e observe-se o seu conteúdo[2]. Ficamos a saber de algumas tipologias documentais, como sejam inventários, registos de dotes, correspondência, livros de actas das congregações, livros de bens e rendas, livros de contas, livros de testamentos e doações, como documentação avulsa sobre a administração, contas, beneficência[3] ou ordens de pagamento. O instrumento mais próximo para entender o arquivo residiu num artigo que permitiu

[2] www.ipsar.org

[3] Neste caso corresponde a uma pasta com um conjunto de cartas endereçadas ao instituto com pedidos de ajuda por motivos de saúde ou económicos, por parte de portugueses residentes em Roma ou filhos ou netos de portugueses. Nesta pasta encontramos a volta de 98 documentos, escritos a maior parte em língua italiana que vão de 1742 a 1865. Resulta uma documentação bastante interessante no estudo da ajuda prestada por esta instituição a comunidade portuguesa residente em Roma.

interpretar alguns fundos existentes, embora não fosse nem recenseamento, nem inventário, muito menos catálogo[4].

Seja como for, acabamos por consultar, no arquivo do IPSAR, integrado na biblioteca, e que se encontra num bom estado de conservação e muito bem acondicionado, vários títulos, fruto da selecção feita após sondagem prévia de alguns documentos. Como base de aproximação à estrutura orgânica da instituição, a análise comparativa dos estatutos foi fundamental. Através da sua análise procura-se verificar as transformações após a sua fundação, não só a nível administrativo, como a nível assistencial. Presume-se que estas mudanças permitirão um melhor funcionamento do espaço e as condições para uma assistência mais eficaz.

As fontes utilizadas neste trabalho serão as seguintes:

- "Peregrinos do Hospício de Santo António – 1786-1825"
- "Registo da Enfermaria – 1737-1802"
- "Livro das Congregações – 1772-1793"
- "Livro das Congregações – 1794-1802"
- "Registro dei Mandati – 1777-1786"
- "Registro dei Mandati – 1786-1793"
- "Registro dei Mandati – 1793-1798"

Podemos dividir estas fontes em três grupos, os dois primeiros documentos ajudam-nos a identificar o universo português em Roma assistido por esta instituição; os dois seguintes permitem uma melhor compreensão da estrutura administrativa e os três últimos permitem observar o investimento feito a nível da assistência por este hospício, através das verbas que foram gastas, ao longo do mesmo.

Toda esta documentação é muito rica. No caso dos livros de registos, tanto do hospício como da enfermaria, apresentam-se dados acerca das pessoas que foram assistidas nestes espaços, desde nome, origem, estatuto social, data de entrada e saída, e em alguns registos informações sobre a

---

[4] ROSA, Maria de Lurdes – S. Antonio dei Portoghesi: Elementos para a História do Hospital Nacional Português em Roma (sécs. XIV-XX). In *Lusitânia Sacra*, Revista do Centro de Estudos de História Religiosa, Universidade Católica Portuguesa, 2ª Serie, Tomo V, pp. 319 – 378, Lisboa, 1993.

razão da sua viagem, sendo que, no caso da enfermaria, o seu estado de saúde. Os livros das Congregações correspondem às actas das reuniões feitas pela congregação. São como que o eco das decisões que nos levam a perceber vários níveis: financeiro, e respectivas decisões, ordens de pagamento; dívidas; dotes, nomeação das donzelas e entrega dos dotes; admissões nas capelanias; obras; pensões; entre outras. Por último os "Registro dei Mandati" contêm informações sobre os mandatos (ordens) de pagamento das despesas com a sacristia, o hospício (para as esmolas, o médico, o enfermeiro) ou para os serviços da casa (lenha, panos, carvão, papel, …).

3. Metodologia de trabalho

A metodologia utilizada nesta investigação pode ser dividida em três fases, tendo em conta o percurso desta dissertação/relatório. Numa primeira fase foi feito um levantamento bibliográfico sobre esta instituição para conhecer melhor o seu universo bibliográfico e compreender a sua estrutura e a sua história, da mesma maneira que foi feito o levantamento bibliográfico sobre a questão assistencial porque sabíamos que essa fora uma das suas vocações – a de acolhimento a peregrinos (e não só) e assistência. Esta primeira fase teve como objectivo compreender a viabilidade deste estudo, ou seja, o estado da investigação (estado da arte) e o que teríamos que aprofundar.

Na segunda fase foi feita uma primeira análise ao fundo do Arquivo do IPSAR, embora só a nível dos títulos, porque como já foi referido só foi conhecido o conteúdo do fundo após a deslocação a Roma, na altura do estágio nesta instituição. Se se levantaram as primeiras hipóteses do que poderia existir no arquivo e qual seria a melhor maneira de abordar este estudo, ao mesmo tempo começaram-se a delimitar os limites cronológicos dentro dos quais se desenvolveria este estudo, assim como a delimitação da documentação apropriada e pertinente. Partindo das questões colocadas, elaboraram-se as primeiras grelhas de recolha de dados que foram adaptadas após a consulta aos documentos, já no decorrer do estágio e frente à originalidade da documentação.

Por último, a terceira fase metodológica correspondeu ao trabalho que foi desenvolvido no arquivo na altura do estágio, através do levantamento de informações nas fontes seleccionadas, após análise e sondagem de alguns documentos. O tratamento da informação tinha, agora, oportunidade para se cruzar com artigos já conhecidos que se revelaram essenciais e com a selecção de pontos patrimoniais que fariam sentido no nosso percurso. Uma cartografia histórica não se conseguiu materializar, completamente, mas o documento permitia "ver" o sítio e este apuraria o nosso olhar.

Assim se fez o tratamento qualitativo e quantitativo da documentação, percebendo dinâmicas da instituição, como era governada e quem recebia, ao que iam, como se poderia perceber o seu rasto.

I. Pertinência do desenvolvimento do projecto na instituição de acolhimento.

O actual Instituto Português de Santo António em Roma (IPSAR), no qual foi desenvolvido este projecto-estágio, teve a sua origem em data bem recuada, da junção de três hospícios portugueses que se encontravam na cidade de Roma. O mais antigo destes hospícios remonta aos finais do século XIV. E esta instituição que hoje nos acolheu, como estudante, foi um ponto de convergência de muitos portugueses e, provavelmente, muitos outros. Assim, este trabalho tem como objectivo, a juntar aos já invocados, valorizar este apoio dado por portugueses para portugueses, ou descendentes de portugueses.

Neste capítulo pretendemos fazer uma breve resenha histórica desta instituição, do seu passado e do seu presente (mesmo que brevemente), para se compreender melhor o contexto no qual foi desenvolvido este trabalho. Ao mesmo tempo explicar de que maneira este projecto-estágio foi integrado no Instituto Português de Santo António em Roma[5] e quais são as suas vantagens para o estudo da presença portuguesa em Roma e ao mesmo tempo valorizar a riqueza documental do actual arquivo do instituto, evidenciando a sua importância a nível patrimonial.

Temporalmente, como definimos atrás, será o período moderno o tempo de estudo, mais particularmente 1786-1802. É já um ponto de chegada de organização empenhada à volta do primeiro hospício e do que se seguirá. Será pertinente definir o que é um hospício, do significado da palavra (que deriva do termo latino "*hospitalis*"), o qual tem na época medieval um significado um pouco mais abrangente do que tem hoje em dia. Efectivamente, podia corresponder a *várias instituições: leprosarias, casas da lepra ou gafarias, asilos, hospícios para viajantes e peregrinos e instituições para cuidar os*

[5] Que a partir de agora designaremos pelas siglas IPSAR (Instituto Português de Santo António em Roma)

doentes[6]. Nestes locais eram administrados alguns cuidados médicos, como eram prestados serviços de alimentação e de assistência ao mais necessitado.

Segundo o dicionário de Moroni o termo "*ospedale*", "*ospitale*" ou "*spedale*" diz respeito a um *luogo pio e casa caritatevole che accoglie i poveri infermi per curarli, dove loro si somministrano per carità i soccorsi spirituale e temporali*[7], já o termo "*ospizio*" refere que é um *luogo dove per cortesia si alloggiano il forastiero e l'amico, e per pio istituto gl'infermi e i pellegrini*[8]. Como veremos estes locais eram muito mais do que locais de assistência e ajuda ao mais necessitado, tinham uma grande importância social no âmbito *delle opere di misericórdia corporale, suggerite al cristiano come complemento vivo della sua fede*[9]. Não entraremos em detalhe de momento, porque abordaremos este tema mais a frente, no âmbito dos hospícios como locais de assistência aos viajantes e peregrinos.

1. Real Igreja, Casa e Hospital de Santo António em Roma: contexto histórico.

Como já foi salientado o actual IPSAR surge da união dos três hospícios portugueses que já existiam na cidade. A ideia de criar um único hospício português nasce com o Cardeal D. Antão Martins de Chaves, que viu necessidade, não só de existir um único hospício para os cidadãos portugueses, com melhores condições, mas na criação de uma igreja nacional, seguindo o exemplo de outras nações. Seria criar um refúgio para o, então,

[6] LINDEMANN, Mary – *Medicina e sociedade no Início da Europa Moderna: Novas Abordagens da História Europeia*. Lisboa: Editora Replicações, 2002. P. 123-124.

[7] MORONI, Gaetano – *Dizionario di Erudizione Storico-Ecclesiastico*. Vol L. Venezia: Tipografia Emiliana, 1851. P. 263.

[8] MORONI, Gaetano – *op. cit*. P. 307.

[9] ROMANI, Mario – Pellegrini *e Viaggiatori nell'Economia di Roma dal XIV al XVII Secolo*. Milano: Società Editrice Vita e Pensiero, 1948. P. 198.

peregrino português ou cidadão singular que chegasse à cidade e precisasse de apoio. O hospício do Cardeal D. Antão *veio a ser, já no século XVI, o hospital de Santo António da Nação Portuguesa em Roma, na segunda metade do século XIX passando a chamar-se Instituto de Santo António em Roma, em 1913 Instituto Português em Roma e que é hoje de novo, desde 1948, o Instituto Português de Santo António em Roma*[10]. Todas estas mudanças a nível do seu nome se devem as várias transformações que o espaço foi sofrendo ao longo dos séculos e, certamente, às suas funções.

Para compreender melhor o hospício do Cardeal D. Antão é necessário analisarmos cada um dos hospícios que estiveram na sua origem, para entender como nasceu este tipo de assistência, ligada à comunidade portuguesa, nesta cidade. Devemos começar por observar o contexto histórico no qual este tipo de ajuda surge na cidade de Roma, como se desenvolve, as motivações para esta grande afluência de pessoas à cidade e os meios que foram criados para prestar esta ajuda.

1.1. A Peregrinação a Roma

Neste período o acto de peregrinar tinha um significado mais profundo. Mas o que é peregrinar? O que motiva o peregrino ou romeiro para realizar estas viagens, longas e perigosas na maior parte das vezes?

O rei Afonso X de Leão e Castela, na sua obra "*Primeyra Partida*", citada por José Marques[11], faz a distinção entre "*romeiros*" e "*peregrinos*" *esclarece que romeiros, em sentido estrito, são aqueles que vão a Roma visitar «os santos logares» onde estão os corpos de S. Pedro e de S. Paulo e de outros santos ai martirizados, e que o termo peregrino tanto podia aplicar-se aos que iam visitar o Santo Sepulcro de Jerusalém e aos outros santuários de*

---

[10] PAILE, Miguel de Almeida – *Santo António dos Portugueses em Roma*. Vol. 1. Lisboa: União Gráfica, 1951-1952. P. 28.

[11] MARQUES, José – Peregrinos e peregrinações medievais do ocidente peninsular nos caminhos da terra Santa. *Actas d'A pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibérica. Durante a Idade Média*. Tomo I, Lisboa 1973.

peregrinação[12]. Apesar desta distinção os dois termos são sinónimos, porque os dois se referem à acção de peregrinar, que consiste não só em visitar os locais santos, mas também um desejo pessoal de procurar nesta viagem uma ligação mais forte com Deus, num acto de devoção, penitência e de remissão dos pecados.

As peregrinações tiveram, na época medieval, uma prática marcante. Os percursos feitos por estes peregrinos chegaram aos nossos dias através dos relatos que foram deixados pelos mesmos através de itinerários e guias, onde eram sinalizados os melhores caminhos e rotas a seguir. Existiu uma grande quantidade de guias, que tanto eram feitos para os visitantes curiosos, como para os peregrinos e, por essa razão, nestes relatos não se conseguem distinguir as motivações dos viajantes, se eram religiosas ou de lazer e aventura.

A mentalidade do homem pode ter sofrido mudanças, hoje, que afectaram em parte a sua maneira de ver a fé, tendência que já poderemos observar ao longo da época moderna, como a bibliografia aponta, aspecto que teremos que verificar no comportamento do hospício de S. António.

Embora o acto de peregrinar tivesse como pólo principal a Terra Santa, por estar ligada a presença de Jesus Cristo, com o passar dos séculos, isto vai mudar, por variadas razões. Vão começar a surgir pela Europa novos centros de peregrinação, ligados, a maior parte das vezes, aos testemunhos e às relíquias deixadas pelos antigos apóstolos de Cristo, aos Santos Mártires e a Virgem Maria. É neste contexto que Roma vai ganhar importância e tornar-se num dos principais pólos de peregrinação na Europa.

A cidade de Roma teve todas as condições para se tornar num grande centro de peregrinação, um ponto de conversão para todos os cristãos, onde se encontram os túmulos dos apóstolos, as relíquias dos santos e o chefe supremo da igreja católica. Por todas estas razões, esta cidade, ao longo dos séculos, teve (e tem) uma grande importância para o mundo e principalmente para o povo cristão. Roma assume um significado mais profundo na cultura

---

[12] MARQUES, José – *op. cit*. P. 104.

cristã, a nível das peregrinações, aquando da queda de Jerusalém, na mão dos infiéis, a qual dificultou o livre acesso aos Lugares Santos da Palestina. Substituindo a Terra Santa como principal local de peregrinação, Roma tornou-se num importante local de culto para o cristianismo. *Originalmente, a peregrinação* [a Roma] *era feita pelo povo vindo da própria cidade e regiões vizinhas. Até à segunda metade do século III constituiria já um movimento considerável, sobretudo de carácter familiar e popular. Por outro lado, à medida que Roma se vai também assumindo como centro político, para além de religioso, recebe visitantes de paragens mais longínquas*[13], e as peregrinações a Roma traziam para esta cidade um grande afluxo de pessoas de toda Europa.

Com o nascimento do Ano Santo, pelas mãos do papa Bonifácio VIII, através da promulgação da bula "*Antiquorum habet fidem*", no ano de 1300, na qual *decretava un'indulgenza plenária per tutti coloro che nell'anno in corso e in ogni futuro centésimo anno avessero visitato le basiliche di S. Pietro e S. Paolo a Roma*[14] o afluxo do número de peregrinos aumentava. Ao mesmo tempo, o acto de peregrinar tomou um novo significado *legato alla perdonanza, alla penitenza e confessione*[15], dando à igreja uma imagem renovada e marcando a sua posição como potência cristã. A cidade de Roma tenta tornar-se esempio *di purezza, di rigore morale e devozione* [16] em comparação ao resto de Europa. A partir deste momento *viene a segnare um punto di partenza nella storia di Roma come centro di afflusso di masse imponenti in determinati ristretti periodi di tempo*[17].

O facto de Roma se ter tornado no principal centro de peregrinação e ponto de conversão para a maior parte dos cristãos de Europa teve como

---

[13] AUGUSTO, Sara – *Peregrinações: Roma e Santiago de Compostela*. Lisboa: Edições Cosmo, 1999. P. 88.

[14] RENDINA, Claudio – *I Papi: Storia e Secreti*. Vol. II. Roma: Newton e Compton Editori, 2004. P. 510.

[15] FOSI, Irene. Fasto e Decadenza degli Anni Santi. In *Storia d'Italia: Roma, Città del Papa, Vita Civile e Religiosa dal Giubileo di Bonifacio VIII al Giubileo di Papa Wojtyla*. Annali 16. A cura di Luigi Fiorani e Adriano Prosperi. Torino: Giulio Editore, 2000. P. 799.

[16] FOSI, Irene*, op. cit*. P. 806.

[17] ROMANI, Mario – *op. cit*. P. 198.

resultado uma maior aglomeração de pessoas na cidade, criando uma série de dificuldades, principalmente a nível do acolhimento e da assistência. Para podermos imaginar a quantidade de pessoas que chegavam à cidade devemos citar alguns cronistas da época que ficaram surpreendidos pela quantidade de gente que se encontrava na cidade para o Ano Santo. Giovanni Villarini, citado por Ludovico Gatto na sua obra "*Il Medievo: Giorno per Giorno*", diz ter visto *com i suio occhi turbe di fedeli calcolabili in centinaia di migliaia e, ta taluni, alla fine dello stesso anno in circa 3 milioni, sostare in Roma*[18]. Já o cronista Matteo Villani, para o jubileu de 1350, citado por Dominique Julia no seu artigo "*L'accoglienza dei pellegrini a Roma*", refere que ficou surpreendido com *l'incredibile mescolanza di uomini e donne, di vechi, di madri e di fanciulli, di chierici e laici, di religiosi e religiose, di persone di ogni condizione, rango e stato sociale, dai baroni e dai cavalieri fino ai piú modesti e ai piú poveri*[19]. Através destes cronistas podemos aproximar-nos da imagem da cidade nesta época. Embora sem um número exacto de peregrinos que chegariam a Roma nos primeiros Jubileus, seria a época auge da peregrinação, que viria a sofrer alterações ao longo dos séculos.

A partir do século XVI já podemos começar a levantar algumas hipóteses sobre o número, mais ou menos exacto, de peregrinos que seriam assistidos em Roma nos Anos Santos, através do Arquivo do antigo Hospício "*SS. Trinità dei Pellegrini*" que nos faculta alguns dados que nos permitem ter uma estimativa do número de pessoas assistidas neste hospício, embora devam ser vistos apenas como indicador de tendências que podem não ser comuns a todos os hospícios. A tabela seguinte evidencia um movimento pujante na primeira metade do século XVII e um novo fôlego em meados do de XVIII.

[18] GATTO, Ludovico – *Il Medievo: Giorno per Giorno*. Roma: Newton e Compton Editori, 2006. P. 45.

[19] JULIA, Dominique – L'accoglienza dei pellegrini a Roma. In *Storia d'Italia: Roma Cittá del Papa, Vita Civile e Religiosa dal Giubileo di Bonifacio VIII al Giubileo di Papa Wojtyla*. Annali 16. A cura di Luigi Fiorani e Adriano Prosperi. Torino: Giulio Eiunadi Editore, 2000. P. 826.

	Pellegrini isolati		Pellegrini in gruppo	Totale
	Maschi	Femmine		
1575	119608	(30000)	34759	170000
1600	–	–	–	(180000)
1625	(180000)		(18525)	(200000)
1650	94000	–	66000	160000
1675	90000	–	25000	115000
1700	92500	–	7500	100000
1725	82700	–	2300	85000
1750	135000	–	1910	137000
1775	100000	–	–	100000
1825	–	–	–	94000

Tabela 1 – Peregrinos assistidos no Hospício de “SS. Trinità dei Pellegrini” [20]

A cidade de Roma irá começar a sofrer grandes alterações por causa do crescente número de peregrinos que chegavam, em particular nos Anos Santos, criando grandes dificuldades à cidade, a vários níveis. Por exemplo, houve um aumento populacional, sendo necessário tomar medidas rígidas no controlo da população, já que junto com os peregrinos também ingressavam na cidade pobres e vagabundos que *aumentavano i pericoli di disordine, che minacciavano di vanificare il progetto celebrativo e dottrinale da esprimere nella solennità giubilare*[21], aumentando a insegurança. Daí a necessidade de melhoramento e manutenção das vias de acesso[22], como a própria segurança[23] das mesmas para facilitar a viagem aos peregrinos e viajantes que se deslocavam a Roma. Mas a principal dificuldade com que a cidade foi confrontada foi sem dúvida a questão da assistência e do acolhimento destas pessoas. A cidade não estava preparada para receber tão grande número de visitantes.

[20] Tabela retirada do artigo “*L’Accoglienza dei Pellegrini a Roma*” (JULIA, Dominique, *op. cit*. P. 828), sendo a sua fonte: Archivio di Stato (Roma), Ospedale della Santissima Trinità dei Pellegrini, bb. 371-374. Per l’anno 1825 i dati sono tratti da Archivio Secreto Vaticano, b. 586.

[21] FOSI, Irene, *op. cit*. P. 808.

[22] Em 1588 o Papa Sisto V cria a “Congregatio Super viis potibus et fontibus” para a manutenção das vias de acesso a cidade de Roma.

[23] Só no século XIV o Papa Bonifácio VIII vai utilizar a excomunhão como arma para tentar combater os roubos e outros tipos de actos que viessem a perturbar os viajantes.

Daí o desenvolvimento na cidade de uma *rete caritativa e di ospitalità attiva fin dal Medievo, destinata a intensificar ela sua opera fra tardo Cinquecento e Seicento, non solo nelle cadenze giubilari*[24]. Esta ajuda vai-se desenvolver graças ao trabalho, quase em simultâneo, de três grandes forças na cidade: o Papado, as nações e a iniciativa privada.

Terá sido fundamental a ajuda dada, inicialmente, pela mão do clero, nos séculos XIII e XIV com o nascimento dos Anos Santos, como um acto de caridade cristã, exemplo que depois será seguido pelas nações existentes na cidade, de maneira a ajudarem o grande número de peregrinos das respectivas nacionalidades que chegavam a Roma e, finalmente, a própria ajuda prestada por pessoas particulares, que viam, neste acto, uma obra de caridade cristã e de caminho da santidade pessoal.

A assistência prestada pelos vários grupos nacionais, em que se enquadra na origem do Hospício português, é, afinal, uma linha que se prolonga até aos nossos dias, com a identidade do IPSAR, que analisaremos mais a frente, e que iria dar um novo alento a cidade. Nestes hospícios os peregrinos, aparte da assistência corporal e espiritual, que seria comum em todos os hospícios, encontrariam um refúgio onde se falaria a sua língua e seriam assistidos por pessoas da sua nação. Pelo facto de ser uma obra de caridade, ligada a um acto de fé cristã, estes hospícios nascem normalmente anexados a *una chiesa, una capella o almeno un altare próprio, celebrano con solennità la festa del santo patrono*[25]. Efectivamente, a maior parte dos hospícios nacionais existentes em Roma encontram-se anexados à sua própria igreja nacional, dedicada aos santos das suas nações.

Alguns dos hospícios nacionais que existiram em Roma[26], dos quais ainda se conserva a sua igreja, foram os seguintes:

---

[24] FOSI, Irene, *op. cit*. P. 807.

[25] ALASTRI, Mariano da – Il Medievo Evo. In *Carità Cristiana in Roma*. A cura di Vincenzo Monachino. Bologna: Cappelli Editore, 1968. P. 163.

[26] Dados obtidos através da consulta das seguintes obras: RENDINA, Claudio – *op. cit.*; ALASTRI, Mariano da – op. cit.; VILLAPADIERNA, Isidora da – L'Età Moderna. In *Carità*

- Alemanha (Santa Maria dell'Anima, Santa Maria della Pietà al Campo Santo Teutonico)
- Espanha (San Giacomo degli Spagnoli, Santa Maria in Monserrato)
- França (San Luigi dei Francesi, Sant'Ivo dei Bretoni)
- Suécia (Santa Brigida di Svezia)
- Eslovénia (San Gerolamo degli Schiavoni)
- Países Baixos (San Giuliano dei Fiamminghi)
- Polónia (Santi Salvatore e Stanislao)
- Arménia (Santa Maria Egiziaca)
- Croácia (San Girolamo degli Illirici)
- Escócia (S. Andrea delle Fratte)
- (…) Entre outros.

Se, inicialmente a estes hospícios nacionais não são conhecidas regras sobre como receber homens e mulheres, nem como se deviam comportar nestes espaços, a situação alterou-se ao longo dos séculos com a criação de estatutos para regularizarem o funcionamento destes espaços. Como regra geral estes hospícios receberiam *i pellegrini solo tre notti, e, prévio accordo, ai convalescenti concedono una notte in piú*[27]. Sobre o hospício português, acerca do seu funcionamento e estrutura iremos abordar no segundo capitulo deste relatório.

Tendo em conta a contextualização realizada, que enquadra a realidade portuguesa num movimento mais geral, em Roma, veja-se a evolução da instituição portuguesa. O hospício português teve uma origem muito particular, como já referimos. Nasceu da junção de três hospícios portugueses, já existentes na cidade:

Cristiana in Roma. A cura di Vincenzo Monachino. Bologna: Cappelli Editore, 1968; JULIA, Dominique – *op. cit*.

[27] JULIA, Dominique – *op. cit*. P. 838.

- Hospício de D. Guiomar
- Hospício da Igreja Lisbonense
- Hospício de Santo Antão da Colónia Portuguesa em Roma

É este processo de junção que, de seguida analisaremos, procurando entender a sua importância para a comunidade portuguesa na cidade de Roma.

1.2. Hospício de D. Guiomar

O primeiro hospício português nasceu da mão de uma mulher portuguesa, muito rica e devota, possivelmente oriunda da cidade de Lisboa, chamada D. Guiomar, que se acredita tenha sido peregrina da Terra Santa e de Roma e se tenha estabelecido nesta cidade. Não se sabe se era casada ou viúva e as razões pelas quais se estabeleceu em Roma, os poucos dados que existem sobre D. Guiomar, através de algumas referências feitas em documentação desta instituição, a nível fundacional e obras sobre a cidade de Roma[28], são muito escassos. Na segunda metade do século XIV, por volta do ano de 1363, esta nobre senhora decidiu prestar ajuda às mulheres portugueses, necessitadas, que chegavam à cidade, e *dormiam pelos pórticos das igrejas, pelos portões e portarias dos palácios, por entre as ruínas de monumentos antigos ou mesmo ao ar livre, nas praças, não só quando a estação o permitia, mas mesmo no inverno*[29]. Decide seguir o exemplo das outras nações e ajudar aos seus nacionais, inicialmente as mulheres, porque não conseguiria prestar apoio a todos os peregrinos portugueses e, eventualmente, por ser mulher e esta assistência ser prestada inicialmente na

---

[28] Que a autora Maria de Lurdes Rosa cita em nota de rodapé, alguns autores que estudaram esta nobre senhora foram: PAILE, Miguel de Almeida – *Santo António dos Portugueses em Roma*. Vol. 1. Lisboa: União Gráfica, 1951-1952. P. 23-67; e COSTA, A. D. Sousa – Hospitais e Albergarias na Documentação Pontifícia da Segunda Metade do Século XV. In *A Pobreza e a Assistência aos Pobres na Península Ibérica durante a Idade Média*. Vol 1. Lisboa: I.A.C., 1973. P. 268.

[29] PAILE, Miguel de Almeida – *Santo António dos Portugueses em Roma*. Vol 1. Lisboa: União Gráfica, 1951-1952. P. 51.

sua própria casa. Em 1367 viu-se na necessidade de adquirir uma outra casa e *teve inicio o primeiro hospício português, (…), tendo sido dedicado a Nossa Senhora de Belém*[30], pela qual D. Guiomar tinha uma grande devoção. Com a ampliação desta obra pia ela foi alargada *também para os portugueses peregrinos necessitados*[31]. Para conseguir prestar esta ajuda, teve o apoio da nação portuguesa local, que a auxiliava na administração sob a vigilância da competente autoridade eclesiástica em Roma. Referente a este hospício não existem muitas informações, já que no actual arquivo do IPSAR, só resta um documento produzido por esta mesma instituição[32], *o instrumento de compra de uma casa para o hospital, pela referida D. Guiomar, em 1367*[33], embora possam ter existido mais documentos, porque indicados noutras fontes do arquivo, como refere Maria de Lurdes Rosa[34].

Acerca da estrutura administrativa e do tipo de assistência prestada por este hospício, só se conhecem alguns dados, através de algumas referências posteriores. A administração ficou a cargo da *Colónia Portuguesa, (…), [e D. Guiomar] nomeando cada ano o respectivo governador*[35]. Este hospício teria, além das obrigações assistências, obrigações pias. A nível assistencial seriam prestados os serviços mínimos de assistência e alojamento, aos peregrinos em geral, prestando uma maior atenção aos cuidados aos doentes. A nível das obrigações pias seria realizada uma *missa diária em honra de N. Sra. De Belém, e no Natal uma dedicada à mesma Senhora e a seu filho. No dormitório*

---

30 CARDOSO, Arnaldo Pinto – *A Presença Portuguesa em Roma*. Lisboa: Quetzal Editores, 2001. ISBN 972-564-495-6. P. 25.

31 PAILE, Miguel de Almeida – *op.cit*, Vol. 1. P. 52.

32 AIPSAR, Perg. S – VI – 1. (Citado em nota de rodapé por ROSA, Maria de Lurdes - S. Antonio dei Portoghesi: Elementos para a História do Hospital Nacional Português em Roma (séc. XIV-XX). *Lusitânia Sacra*, Revista do Centro de Estudos de História Religiosa, Universidade Católica Portuguesa, 2ª Serie, Tomo V. P. 322.)

33 ROSA, Maria de Lurdes – *op. cit*. P. 322.

34 No qual faz uma análise ao instituto através do seu arquivo.

35 OLIVEIRA, Américo do Couto – *Situação Jurídica do Instituto de Santo António dos Portugueses em Roma e a sua Igreja*. Roma: s. e. [Oficina Gráfica da Tilgrafia, Braga], 1987. P. 16.

do hospital mantinha-se permanentemente acesa uma lâmpada face a uma imagem da Virgem[36].

Com este primeiro hospício português, embora de uma maneira pequena e humilde, *vimos como nasceu a obra pia* [portuguesa] *(…), ficando desde logo a ser a casa de todos os portugueses residentes em Roma*[37]. Com a anexação deste hospício ao de D. Antão, que se analisará mais à frente, todos os bens e propriedades passaram a pertencer a esta nova instituição, assim como as obrigações pias continuaram a ser cumpridas.

1.3. Hospício da Igreja Lisbonense

Este segundo hospício português surge poucos anos depois da criação do primeiro, nos finais do século XIV ou inícios do século XV. Tem-se conhecimento da sua existência através da "*Bula Superne Dispositionis*" (1467), documento fundador do hospício do Cardeal D. Antão (que se descreverá mais à frente), no qual o Papa Paulo II autoriza a sua incorporação neste novo hospício. Neste documento é referido o hospício da Igreja Lisbonenses como *propriedade e sob a administração do Cabido de Lisboa, com sede no «Campo dei Fiori», destinado a albergar os peregrinos pobres provenientes daquela Arquidiocese*[38].

Este hospício pode ter nascido em seguimento à elevação da diocese de Lisboa à categoria de Sede Metropolitana, como uma maneira de comemorar o acontecimento, pelo que foi decidido criar em Roma *um hospício para os peregrinos provenientes de Lisboa. Este seria um monumento histórico e ao mesmo tempo útil, para a prática da caridade cristã*[39] portuguesa nesta cidade. O patrono deste hospício foi sem dúvida São Vicente, o padroeiro da cidade de Lisboa.

[36] ROSA, Maria de Lurdes – *op. cit*. P. 323.

[37] PAILE, Miguel de Almeida – *op. cit*, Vol. 1. P. 28.

[38] OLIVEIRA, Américo do Couto – *op. cit*. P. 17.

[39] OLIVEIRA, Américo do Couto – *op. cit*. P. 17.

Referente ao seu criador não se tem a certeza. Foi fundado pelo Cabido de Lisboa, mas não se sabe quem foi a pessoa que criou este hospício em Roma. Acredita-se que pode ter sido o Cardeal João Afonso Esteves de Azambuja, que permaneceu em Roma à volta de 15 anos, ou Frei Vicente de Lisboa, que foi embaixador em Roma nesta época.

Tirando a Bula pouco mais se sabe. O seu funcionamento seria comum ao de outros hospícios nacionais existentes na zona. Seriam prestados os serviços mínimos de assistência e acolhimento ao peregrino português. Sabemos que deveria ter algum poderio económico por causa das suas reticências à sua incorporação no Hospício do Cardeal D. Antão, sendo imposta como condição que após esta incorporação um dos três governadores fosse um membro do cabido de Lisboa. Tal como no caso do hospício de D. Guiomar todas as propriedades e bens passaram a pertencer ao novo hospício.

1.4. Hospício do Cardeal D. Antão Martins de Chaves

Este último hospício iniciou a sua obra de caridade e de assistência pela mão do Cardeal Dom Antão Martins de Chaves, bispo do Porto, e foi concluído através da aprovação papal com bula "*Superne Dispositionis*" (1467), que lhe conferiu uma estrutura administrativa. Este hospício receberá a incorporação dos anteriores que, por sua vez, unidos já, darão origem ao actual Instituto Português de Santo António em Roma, como veremos.

Mas quem é o cardeal D. Antão Martins de Chaves para, de alguma forma, dar nome e vitalidade a esta instituição? Este cardeal português foi cónego da Sé de Lisboa, deão da Catedral de Évora e bispo do Porto. Foi uma personagem muito importante para a história portuguesa na cidade de Roma, principalmente junto da Santa Sé. Em 1435 fez parte da embaixada enviada pelo rei D. Duarte, com o objectivo de prestar obediência ao papa Eugénio IV. Conquistou de tal maneira a confiança da Sua Santidade que *este o mandou a Basileia em missão conciliadora*[40] para aliviar as tensões que existiam entre o concílio e a autoridade pontifícia, mas apesar de todos os esforços não

---

[40] CARDOSO, Arnaldo Pinto – *op. cit*. P. 29.

conseguiu conciliar as facções opostas. Em 1439, por causa do seu mérito e bons serviços prestado, é nomeado Cardeal, pelo Papa Eugénio IV, com o título de S. Crisógono, *um dos mais antigos*[41]. Se estabelece em Roma, fez parte do Conclave do Papa Nicolau V e ficou estabelecido na cidade até à sua morte em 1447, sendo sepultado com todas as honras numa das principais basílicas da cidade, a de S. Giovanni in Laterano.

Durante a sua estadia em Roma o Cardeal constata que não existe na cidade uma igreja digna dedicada aos portugueses, como é o caso de outras nações, por essa razão *resolveu piedosamente erigi-la ele*[42]. Para tal compra um terreno aos Frades de Santo Agostinho, nas traseiras do Convento desta ordem, na actual Via dei Portoghesi, e funda neste local a actual Igreja de Santo António dos Portugueses, no ano de 1440. Existem dúvidas se já neste local existiria alguma capela ou o Cardeal construiu a igreja de raiz. O autor Miguel de Almeida Paile, na sua obra sobre esta instituição, analisa este assunto e conclui de uma maneira muito simples, *para nós foi o Cardeal quem construiu a Igreja*[43], já que se existia ou não uma capela neste local a verdade é que seria o Cardeal a dar o primeiro passo para o nascimento de "nossa igreja nacional" em Roma, ele é o seu fundador em todos os sentidos.

A igreja primitiva seria pequena e humilde, pela maneira que é designada em alguns documentos, como "capela". Teria um altar de pedra e manteria esta estrutura até à sua reconstrução em 1624. Segundo o que é referido nos estatutos de 1539, nesta data já possuiria vários altares.

Junto da igreja o Cardeal também desejava criar um hospício dedicado aos portugueses, por dois motivos: primeiro, por uma questão de solidariedade cristã e, segundo, porque terá constatado que os hospícios existentes não eram suficientes e não conseguiam prestar o apoio necessário a todos os portugueses que chegavam à cidade e precisavam de apoio. Perante esta situação o Cardeal decide projectar um novo hospício português, no qual seriam incorporados os três hospícios portugueses, o de D. Guiomar, o da

[41] PAILE, Miguel de Almeida – *op. cit*, Vol. 1. P. 183.

[42] PAILE, Miguel de Almeida – *op. cit*, Vol. 1. P. 188.

[43] PAILE, Miguel de Almeida – *op. cit*, Vol. 1. P. 197.

Igreja Lisbonense e o recém-criado pelo Cardeal, permitindo a criação de um hospício mais amplo e mais cómodo para prestar aos portugueses uma assistência mais eficiente.

D. Antão não chegou a ver em vida o seu projecto concretizado, morre em 1447, mas os seus testamentários executam a última vontade do Cardeal e apresentam, em 1451, uma súplica ao Papa onde pedem a confirmação do hospício do cardeal como a anexação dos outros hospícios num só. Poucos anos depois *uma Bula do Papa Paulo II (Superne Dispositionis) fundou em 1467 a igreja e hospício de S. António, garantindo estrutura jurídica à Instituição*[44]*.*

A sua evolução veremos no ponto II, mas terá crescido ao longo dos tempos, com algumas vicissitudes e muitas alegrias à mistura.

Foi já no século XX que adquiriu uma outra identidade, sem dúvida marca de identidade política e cultural, e não mais hospitalar. Hoje o *actual Instituto, que de há séculos dispõe de um património singular em Roma, está vocacionado a ser uma das instituições portuguesas de maior prestígio no estrangeiro, promovendo a cultura portuguesa na Urbe e curando a actividade pastoral e litúrgica da igreja, no respeito pelos compromissos assumidos perante os seus benfeitores*[45].

2. Instituto Português de Santo António em Roma

Como já foi referido, desde a sua fundação esta instituição sofreu várias transformações. Uma das suas principais funções e a razão pela qual foi criada, acabou por desaparecer, dando lugar a novas actividades. Hoje em dia o IPSAR já não presta assistência aos peregrinos portugueses que chegam a

---

44 CARDOSO, A. Pinto – *Santo António dos Portugueses em Roma: Guia Artístico e Histórico da Igreja*. Roma: Instituto Português de Santo António em Roma, 1996. P. 8.

45 CARDOSO, Arnaldo Pinto – *op. cit*. P. 213.

cidade, em vez disso oferece ao visitante português como ao cidadão romano um espaço de cultura e história.

Na sua actividade cultural e religiosa podemos encontrar neste espaço:

- Exposições temporárias, tanto de artistas portugueses como estrangeiros na sua Galeria de Arte;
- Uma biblioteca muito completa que se encontra em fase de reorganização;
- O arquivo de grande importância histórica para a instituição, como para a história da presença portuguesa nesta cidade, que pode ser consultado;
- Cursos de língua portuguesa para estrangeiros;
- Missa dominical celebrada em português;
- Uma programação de concertos de órgão, na igreja, a maior parte do ano.

Todas estas actividades conferem a este espaço um grande dinamismo cultural, mas apesar disso esta instituição é muito pouco conhecida pelos cidadãos portugueses. E foi neste cruzamento, entre uma realidade actual e a percepção de um percurso fundacional que nos colocamos.

Foi este o fio condutor que nos levou à realização de um estágio na área de Mediação Patrimonial foi a percepção de que uma memória estaria ali retida, uma riqueza documental sem precedentes. Daí questionarmo-nos acerca da pertinência do desenvolvimento de um estágio. De que maneira este estágio poderia vir a contribuir para a divulgação patrimonial do mesmo? Além de se observar o universo português na cidade de Roma ligado a esta instituição observaremos o património que foi deixado por esta mesma comunidade, o património documental que podemos encontrar no arquivo e o património móvel. É esta articulação que procuraremos descrever nas próximas páginas.

Assim, o ponto seguinte pretende fazer uma abordagem diferente da história desta instituição, já que a maior parte dos trabalhos desenvolvidos até agora se centravam principalmente no estudo da instituição a nível fundacional

e administrativo, deixando a questão da assistência prestada pela mesma um pouco de lado. Ao abordarmos esta questão, a da assistência, aspiramos olhar para esta instituição de outra maneira e valorizar o seu papel na história e a sua importância a nível patrimonial. Ela será a ponte para dois rumos de investigação: assistência e património. Por essa razão nos capítulos seguintes abordaremos duas perspectivas. Primeiro apresentaremos o resultado do trabalho desenvolvido no arquivo desta instituição ao longo do estágio e no último capítulo apresentaremos um roteiro que pretende mostrar a marca deixada por esta instituição, ao longo do tempo, na cidade de Roma.

II. Real Igreja, Casa e Hospital de Santo António – o Universo da Presença Portuguesa em Roma

Este ponto do trabalho aproxima-se do que seria uma abordagem historiográfica do núcleo vivencial do nosso estudo, a que acrescentamos a nossa própria investigação em fontes só em parte trabalhadas por alguns investigadores[46]. Assim sendo, com base na exploração dos fundos do Arquivo do actual Instituto Português de Santo António em Roma, pretendemos apresentar os resultados deste trabalho de pesquisa, de maneira a evidenciar, por um lado, a importância desta instituição para o estudo da presença portuguesa nesta cidade, como estudos no âmbito institucional e administrativo do IPSAR, e por outro, contribuir para a análise da dinâmica social dos que por ali se cruzaram.

Como já salientamos, esta investigação pretende trazer nomes e dados acerca dos portugueses que passaram por esta cidade e foram assistidos por esta instituição, entre os anos de 1786 até 1802[47]. Os dados que iremos apresentar são o resultado de 6 meses de trabalho de pesquisa no Arquivo do IPSAR, onde procuramos dar resposta, inicialmente às seguintes questões:

- Que tipo de serviços seriam prestados por esta instituição?
- Quem estava encarregue de prestar este serviço?
- Que pessoas foram assistidas?
- Qual seria a sua origem?
- Qual seria o seu estatuto social?
- Qual seria o seu período de estadia?

---

[46] Como é o caso da autora ROSA, Maria de Lurdes – Sant'Antonio dei Portoghesi, 1786-1825, Le pèlerinage portugais à Rome dans le contexte dévotionel du Portugal de la fin de l'Ancien Règime. In Collection de L'École Française de Rome: Pelerins et Pelerinages dans L'Europe Moderne. Direcção Philippe Boutry e Dominique Julia. Nº 262. Roma: École Française de Rome, 2000. P 355-402.

[47] Este tempo cronológico foi escolhido como base nas duas principais fontes para o nosso estudo e o cruzamento de dados entre ambas. Sendo estas fontes: "Peregrinos do hospício de Santo António 1786-1825" e "Registo da Enfermaria 1737-1802".

Ao responder a estas questões pretendemos dar nome a algumas destas pessoas que passaram por esta instituição, contrariando, de alguma forma como diz o autor José Marques, o princípio de que *só as figuras célebres ficaram nos anais das peregrinações pelos mais variados motivos. O povo crente e simples (…) permanecem no silêncio da História*[48]. Ao mesmo tempo pretendemos falar das estruturas, das instituições e dos que as suportavam, novamente de pessoas que permitiram que essa ajuda fosse possível (vide anexo 3).

Na primeira parte apresentamos o contexto histórico no qual nasceu e se desenvolveu este hospício. Neste capítulo, como já aludimos, centrar-nos-emos numa das principais funções desta instituição, a função assistencial e a própria organização interna do espaço, que permite o bom funcionamento do hospício.

Quando analisamos a presença portuguesa em Roma, através da bibliografia, reconhecida, sobressaem os ecos acerca da presença dos judeus e dos cristãos-novos portugueses, dos mercadores, de figuras de estado, de embaixadores, de membros da Igreja[49]. São estes que deixam a sua marca na cidade. Podemos considerar uma elite portuguesa ligada à diplomacia, à igreja, a uma burguesia residente em Roma que conseguiu deixar os seus rastos através de maravilhosos túmulos, palácios, igrejas, praças, obras de mecenato, entre outras coisas, que iremos explorar na terceira parte deste trabalho através de um pequeno roteiro da presença portuguesa em Roma.

Ora o que nos propomos, através do estudo feito a este hospício é ficarmos a conhecer um grupo social que só conseguiu deixar a sua marca na cidade através dos registos que ficaram no actual arquivo do IPSAR.

---

[48] MARQUES, José – «Peregrinos e peregrinações medievais do ocidente peninsular nos caminhos da terra Santa». In Actas d'A pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibérica. Durante a Idade Média. Tomo I, Lisboa 1973. P. 111.

[49] Veja-se, acerca dos cristãos-novos, o artigo que sintetiza a bibliografia sobre o assunto: NOVOA, James W. Nelson - The Departure of Duarte de Paz from Rome in the light of documents from the Vatican Secret Archive. *Cadernos de Estudos Sefarditas*, n.º 7, 2007, p. 273-300; LEVI, Joseph Abraham -Portugal meets Italy:the Sephardic Communities of the Diaspora on Italian Soil (1496-1600). *Cadernos de Estudos Sefarditas*, n.º 5, 2005, p. 159-206.

É certo que estaremos a aproximarmo-nos da comunidade portuguesa residente em Roma, já que o hospital é um ponto de apoio. Mas também fica claro que não esgotamos o conhecimento da comunidade portuguesa em geral. Para tal seria necessária uma investigação mais aprofundada com o apoio de outros arquivos romanos, como portugueses. O que será possível é, apenas, e eventualmente já não será pouco, identificar (mais quantificar) os portugueses de passagem pela cidade e que de alguma forma estiveram na Casa e Hospício, e ainda juntar a outra ponta, mais visível, a dos portugueses que se entregavam à governação da instituição, do seu funcionamento e administração.

Assim, antes de avançarmos no estudo desta comunidade é importante compreender a estrutura administrativa e o funcionamento desta instituição, cujos propósitos seriam os de prestar um papel na assistência em geral e que terá adquirido funções mais específicas ao longo do tempo. Por isso a necessidade de recorrer às determinações regulamentares através da análise das bulas, estatutos, novos e velhos e as reformas que se sucedem.

1. Os Estatutos

Entre os anos de 1786 a 1802, o nosso tempo de estudo, a Real Igreja, Casa e Hospital de Santo António em Roma, como é denominada esta instituição nesta época, segundo as fontes, regia-se pelos Estatutos de 1683. Desde a sua fundação esta instituição teve vários estatutos que permitiram um melhor funcionamento do local. Cada um deles veio a complementar o anterior. No que diz respeito à função assistencial, foi sofrendo algumas mudanças para permitir uma melhoria no funcionamento, como um melhor controlo do espaço.

De seguida analisaremos, de uma maneira genérica, cada um dos estatutos que estiveram vigentes até este período de estudo.

1.1. Bula "Superne Dispositionis" (1467)

Embora não possamos considerar este documento como "estatutos", já que nele não estão estabelecidas as regras específicas para o funcionamento

do hospício, representa o nascimento deste espaço e confere ao mesmo uma estrutura administrativa, embora limitada. Neste documento são feitas poucas referências, ou quase nenhuma, a assistência prestada pelo mesmo, só é feita menção a que *os pobres que a eles recorrem sejam recebidos bondosa e caritativamente e encontrem eficaz auxílio nas suas necessidades*[50]. Centra-se principalmente na construção do espaço onde esta ajuda seria prestada *para receber os pobres de Christo da dita nação portuguesa*[51] e na junção dos vários hospícios existentes na cidade num só, como a incorporação dos seus bens. Para o funcionamento do "hospital", como é designado na bula, são nomeados um "hospitaleiro" e um "capelão", não sendo especificadas as suas funções, mas podemos concluir que um ficaria encarregue da função assistencial e o outro da função espiritual. Note-se que não é um movimento específico porque caracteriza, um pouco por toda a parte, da Europa e em Portugal, de junção de esforços na assistência e criação de estruturas que suportassem o crescendo dos pobres[52].

1.2. Estatutos do Cardeal D. Jorge da Costa (1486)

Devemos compreender que o facto de o hospício não ter estatutos dificultou o bom funcionamento do mesmo, já que, como foi referido, na bula não foram estabelecidas regras. Em 1479 chega a Roma uma figura importante para a história desta instituição, como para a história da presença portuguesa nesta cidade, o Cardeal D. Jorge da Costa, mas conhecido como o Cardeal Alpedrinha. Teve um grande prestígio na cidade de Roma e após a sua chegada tomou nas suas mãos a governação do hospício português. Ao tomar a responsabilidade do hospício, o Cardeal deve-o ter encontrado num estado lastimável, o que o levou a dirigir ao Papa Inocêncio VIII uma súplica, na qual pedia autorização para elaborar Estatutos, no sentido de regularizar e

---

[50] PAILE, Miguel de Almeida – *Santo António dos Portugueses em Roma*. Vol. 1. Lisboa: União Gráfica, 1951-1952. P. 338.

[51] PAILE, Miguel de Almeida – *op. cit*, vol 1. P. 338.

[52] Veja-se o exemplo das Misericórdias e a síntese em José Pedro PAIVA - "Introdução". *Portugaliae Monumenta Misericordiarum – Antes da Fundação das Misericórdias*, vol. 2, Lisboa, União das Misericórdias Portuguesas, 2002, pp. 7-20.

disciplinar o funcionamento do hospício. Em 1486 obterá resposta do Papa através do Breve "Sicut Accepimus", *que lhe confere a faculdade de colmatar as lacunas da bula "Supernae Dispositionis"*[53] e normalizar o funcionamento do hospício, ficando como protector e primeiro governador do mesmo.

Após esta autorização papal o Cardeal Alpedrinha promulga o que se pode considerar como os primeiros estatutos do hospício português. Os quais melhoraram o funcionamento do hospício e ao mesmo tempo tentaram acabar com os abusos pelos quais estava a passar, pela falta de regras. Podemos concluir isto por causa das regras que foram entretanto estabelecidas e que analisaremos mais adiante.

Estes estatutos têm com base a bula do Papa Paulo II, já que é o seu documento fundador e nele estão expressas as vontades do Cardeal D. Antão. Temos conhecimentos destes estatutos graças à sua incorporação nos Estatutos de D. Pedro de Mascarenhas em 1539, que apresentaremos mais a frente. Nestes estatutos vê-se expressa a necessidade em adaptar as regras deste hospício de acordo com outros hospícios deste género na cidade de Roma. Esta informação é importante já que nos permite ter uma ideia de quais seriam as regras básicas seguidas pelos hospícios nacionais nesta época, como ainda o período da sua vigência ou as regras a cumprir nestes espaços por parte das pessoas hospedadas.

A estrutura destes estatutos divide-se em 20 itens, nos quais são expressas regras que vão desde modificações a nível administrativo, como por exemplo deixarem de ser três governadores ou provedores e passarem a ser dois, eleitos anualmente pela Colónia Portuguesa em Roma, sendo *responsáveis pelo cumprimento dos estatutos e admissão de oficiais e peregrinos. A eles estão subordinados, o capelão e o capelão hospedeiro, tendo a seu cargo a igreja e a hospedaria, respectivamente*[54]. Leiam-se

---

[53] ROSA, Maria de Lurdes - S. António dei Portoghesi: Elementos para a história do Hospital Nacional Português em Roma (sécs. XIV- XX). Lusitânia Sacra. Revista do Centro de Estudos de História Religiosa, Universidade Católica Portuguesa. 2ª Série, Tomo V, Lisboa, (1993) págs. 319 – 378. P. 330.

[54] ROSA, Maria de Lurdes – *op. cit*. P. 330.

algumas das normas internas estabelecidas, algumas delas novas, em particular a nível da assistência:

- É determinado que só podem ser admitidos pessoas oriundas do reino de Portugal, tanto no hospício, como na administração do mesmo;
- *Sejam admitidas todas as pessoas de um e outro sexo, como se diz, qualquer que seja a sua dignidade, estado, grau, ordem ou condição*[55].
- É determinado o período de estadia de acordo com o estatuto da pessoa, que podia variar de dias até ao máximo de seis meses, sendo feito da seguinte maneira:
    - Os sacerdotes: *que tiverem mais de vinte e cinco ducados levados de benefícios pacíficos*[56] podem permanecer 1 mês.
    - Os sacerdotes: que não tiverem os tais 25 ducados *se litigarem ou se forem espoliados*[57] podem permanecer 6 meses, se não litigarem 2 meses.
    - Os peregrinos: 2 meses.
    - Os que não forem sacerdotes: 1 mês.
    - *Aos que teem dignidade, ou Canonicato e prebendas nas Igrejas Cathedraes*[58]: 15 dias.
    - *Se algum vier a tratar de negócios alheios*[59]: 10 dias.
    - *Irmão ou monge de qualquer religião ou ordem*[60]: 10 dias.
    - *Se alguém impetrar benefício de pessoa viva, ou em forma de direito, seja ou não litigante*[61]: 3 dias.

---

[55] PAILE, Miguel de Almeida – *op. cit*, vol. 1. P. 352.

[56] PAILE, Miguel de Almeida – *op. cit*, vol. 1. P. 352.

[57] PAILE, Miguel de Almeida – *op. cit*, vol. 1. P. 353.

[58] PAILE, Miguel de Almeida – *op. cit*, vol. 1. P. 353.

[59] PAILE, Miguel de Almeida – *op. cit*, vol. 1. P. 353.

[60] PAILE, Miguel de Almeida – *op. cit*, vol. 1. P. 353.

[61] PAILE, Miguel de Almeida – *op. cit*, vol. 1. P. 353.

- Os homens e as mulheres, cada um deles, deveriam dormir num quarto comum, à excepção dos doentes.

- É estabelecida a hora de abrir e de fechar a porta, por causa da insegurança e o perigo de Roma nocturna e ao mesmo tempo para evitar o abuso da entrada e saída das pessoas, por causa da indisciplina.

- São proibidos os jogos dentro do hospício como a permanência de pessoas que possam perturbar a tranquilidade dos outros.

- Referente as mulheres, aquelas *em que possa recahir má suspeita ou pela fama ou pela figura*[62] não seja recebida no hospício por mais de 15 dias; já as mulheres que forem honestas, com mais de 40 anos e tenham vindo a Roma à procura de indulgências *sejam admitidas no hospital por tanto tempo, que esteja n'elle toda a quaresma ou a maior parte desta*[63]; já as mulheres desonestas não serão admitidas no hospício.

- Estabelece os direitos e obrigações a serem cumpridos por todos neste estabelecimento, desde os governadores ao pessoal assistente e assistido.

- Respeito pelo capelão e pelo hospitaleiro de parte das pessoas que estivessem no hospício.

- O Capelão e o Hospitaleiro têm a obrigação de tomar nota do dia em que as pessoas são admitidas.

Como podemos ver, com estes estatutos há uma complexificação do estabelecimento o que permitiu uma melhoria do funcionamento do hospício, tornando-o mais eficiente. Este seria o propósito, embora uma coisa seja a norma e outra a prática. O papel do Cardeal D. Jorge da Costa tem sido

[62] PAILE, Miguel de Almeida – *op. cit*, vol. 1. P. 355.

[63] PAILE, Miguel de Almeida – *op. cit*, vol. 1. P. 356.

sempre visto como fundamental na regulação dos comportamentos. Por essa razão tem sido considerado o primeiro protector do hospício, cargo que só será oficializado nos Estatutos de D. Pedro de Mascarenhas em 1539.

1.3. Confraria de Santo Antão (1508)

D. Jorge da Costa depois de melhorar as condições do instituto *sabia que o bom governo de um Hospital exigia a presença de uma Confraria que o administrasse e vigiasse, em todos os negócios e actividades*[64]. O movimento é comum a Portugal, o da implantação desta associação entre hospitais e Confrarias, nesse movimento de caridade e assistência que caracterizou a viragem de Quatrocentos para Quinhentos. Ao mesmo tempo a Confraria era o enquadramento da prática religiosa e espiritual procurada por este estabelecimento. O Cardeal não vai ver o seu grande projecto ser concretizado, já que morre em 1508, poucos meses antes da promulgação da Bula "*De Salutes Fidelium*", pelo Papa Júlio II, a qual confere ao hospício o estatuto de Confraria, ficando no *mesmo pé de igualdade dos demais Hospitais Nacionais ou regionais existentes na cidade de Roma. Alem da garantia que uma Irmandade oferece a uma Fundação pia, na salvaguarda da sua natureza perpétua, a sua presença, numa Fundação do género, traz a esta última muitas outras vantagens de incremento espiritual, de culto divino e até de aspecto económico*[65]*.* A igreja ficou submetida à jurisdição pontifícia.

Esta bula não promulga estatutos, é mais um meio de formalizar a prática cristã, através da prática de obras de piedade, caridade e assistência. É provável que tenha fomentado um movimento de doações piedosas e de alargamento do património, de financiamento do Hospital. Mas sobre isso pouco se sabe. Estabelece, como os estatutos anteriores, que sejam eleitos dois governadores anualmente e junto deles seja constituído um grupo de doze confrades para fazer parte da governação e que este grupo de governadores faça novos estatutos para o hospício, o que não vai a acontecer, porque se

---

[64] OLIVEIRA, Américo do Couto – *Situação Jurídica do Instituto de Santo António dos Portugueses em Roma e a sua Igreja*. Roma, [Oficina Gráfica da Tilgrafia, Braga], 1987. P. 39.

[65] OLIVEIRA, Américo do Couto – *op. cit*. P. 45.

manterão em funcionamento os Estatutos de 1486. Após a promulgação desta bula vai existir um período de desorganização a nível administrativo, já que passa de *uma estrutura concentrada de direcção para a intervenção simultânea de todos os membros*[66]. Esta situação só chegará ao fim com a elaboração de novos estatutos em 1539.

Como vemos, pouco ou nada é delineado sobre a função assistencial do hospício, como já referimos. A preocupação parece ser antes a de conferir ao mesmo, vantagens patrimoniais através dos privilégios e do fomento da caridade dos que possam olhar para o hospital como depositário de confiança dos bens cedidos e a administrar.

1.4. Estatutos de D. Pedro de Mascarenhas (1539)

Em 1538 é enviado para Roma D. Pedro de Mascarenhas, como embaixador de Portugal junto da Santa Sé. Durante a sua estadia nesta cidade ficou a conhecer o estado de desordem em que se encontrava o Hospício português, como refere a bibliografia conhecida.

D. Pedro de Mascarenhas encarregou-se do processo de organização interna do estabelecimento e promulgou em 1539 novos estatutos, os quais terão aprovação apostólica no ano seguinte.

Estes novos Estatutos podem ser considerados dos mais complexos e melhores na história desta instituição. Como avalia Américo de Couto Oliveira, estes estatutos *alem de confirmarem as disposições estatuárias da Bula "Superne Dispositionis" e as Constituições de Jorge da Costa, inserindo-as integralmente no seu texto, promulgam normas que são ainda muito actuais prevenindo perspicazmente os possíveis problemas que a complexa gestão de uma igreja e hospital poderiam apresentar*[67].

As principais características, a nível orgânico, destes novos estatutos são as seguintes: *o cargo de Protector é definitivamente formalizado, ficando*

---

[66] ROSA, Maria de Lurdes – *op. cit*. P. 335.

[67] OLIVEIRA, Américo do Couto – *op. cit*. P. 55.

inerente ao de embaixador do rei de Portugal junto da Corte em Roma[68]; os governadores são os dirigentes executivos; os conselheiros exercem funções de vigilância, arbitragem e conselho; os contadores e notários, os seus cargos são formalmente reconhecidos; surge a figura do solicitador *que tratara da administração dos bens, e prosseguimento das acções judiciais, sempre sobre a ordem dos governadores e conselheiros*[69].

A nível assistencial, a estrutura manteve-se igual, com a manutenção dos cargos de capelão sacristão e capelão hospitaleiro. Ao longo de 71 capítulos são organizadas as regras internas da igreja e do hospício, sendo 62 capítulos dedicados à administração do hospício, desde a escolha dos administradores, as regras e funções; 4 capítulos para os encargos pios e 5 para as questões dos peregrinos. Parece, contudo, que se estes estatutos fossem mais completos, teriam dado menos ênfase aos encargos pios e à questão da assistência, deixadas um pouco de lado. Mas eles são o fruto das preocupações da época e a formação do património como garantia de financiamento das despesas seria razão fundamental, sem esquecer a mentalidade devocional da época.

Estes Estatutos têm sido considerados como um importante contributo para a prosperidade do hospício ao longo dos anos que estiveram em vigor, por clarificarem as funções e competências de cada um, ou seja, o sistema de governação.

Na função assistencial algumas das regras que podemos destacar são as seguintes:

- Não poderá ser recebido ninguém na casa sem o prévio aviso ao governador.
- São determinadas as características e funções do hospitaleiro, que são as seguintes

[68] ROSA, Maria de Lurdes - *op. cit*. P. 338.

[69] ROSA, Maria de Lurdes - *op. cit*. P. 338.

* A pessoa que desempenhar o papel de hospitaleiro devia ser *muito humano, cheo de caridade para as pessoas que no dito hospital se agasalharem*[70].
* Caso o hospício, no futuro, venha a prestar serviço a doentes e enfermos, o hospitaleiro devera desempenhar esta função.
* Deve inventariar tudo o que houver na casa e no hospício.
* Deve manter 6 camas feitas no hospício.
* Deve ter na sua posse a chave dos dormitórios que abrira a noite e fechara de manha.
* Não permitira comida nos quartos.
* Deve manter um livro onde tomara nota do dia de entrada e de saída, como o nome das pessoas que ficarem alojadas no hospício.

- São determinadas regras a nível dos objectos que encontramos neste espaço, como por exemplo o provimento dos quartos, o enchimento dos colchões ou o mantimento do jardim.
- As pessoas leigas que se alojarem no hospício deverão ajudar na missa, como em alguns serviços do hospício, como por exemplo: fazer a cama e varrer o dormitório.

Como podemos ver estes estatutos contribuíram para a regulação do hospício. O facto de nos estatutos se estabelecerem princípios para as pessoas que se encontrem nele hospedadas eles só reflectem a desorganização que devia existir e os abusos cometidos, o que levou a que estas medidas fossem tomadas. Sem esquecer a própria desorganização interna, a nível administrativo, que foi, como vimos atrás, contrariada e remodelada.

[70] PAILE, Miguel de Almeida – *op. cit, vol. 2*. P. 367.

1.5. Reforma do Cardeal Gesualdo (1593)

Em 1580 dá-se a União Ibérica com a subida ao trono de Filipe I. Este acontecimento vai trazer consequências ao hospício, principalmente a nível administrativo. Perante esta situação de instabilidade, o Duque de Sessa pediu ao Papa Clemente VIII para fazer uma Visita Apostólica ao Hospício, com o fim de reformar os Estatutos de 1539. Para tal o Papa vai nomear o Cardeal Gesualdo para realizar a tal visita[71].

O Cardeal Gesualdo, que foi nomeado para desempenhar este trabalho, teve a intenção de *adaptar às exigências do tempo algumas normas dos Estatutos de D. Pedro de Mascarenhas, introduzindo nos mesmos algumas modificações. Portanto as suas Reformações formam, com os Estatutos de 1539, um todo único*[72]. Algumas inovações nesta reforma foram: o aumento do número de capelães, como a clarificação dos requisitos para a sua admissão; o aumento dos poderes do Protector; o cargo de capelão perfeito espiritual é criado e são restabelecidos os cargos de capelão cantor e tesoureiro. Estamos perante reformas dos estatutos vigentes e não uns novos estatutos, porque estas reformas pretendem corrigir alguns erros existentes nos Estatutos de 1539.

Algumas das alterações ou regras que são estabelecidas a nível da assistência são as seguintes:

- As pessoas hospedadas no hospício deviam assistir após o *raiar da aurora*[73] à missa e à noite devem cantar a *Antiphona da muito Bemaventurada Virgem Salve Regina*[74], recitar as Ladainhas e fazer individualmente um exame de consciência antes de se retirar para o dormitório. Como confessar-se, no máximo de 3 dias após a sua chegada.

---

[71] Segundo o que é referido pelos autores Américo do Couto Oliveira e Maria de Lurdes Rosa, já que esta parte da história da instituição ainda se encontra pouco estudado, como a própria autora refere.

[72] OLIVEIRA, Américo do Couto – *op. cit*. P. 63.

[73] *Estatutos da Igreja e Hospital de Santo António dos Portugueses em Roma, Anno de 1593*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1888. P.19.

[74] *Idem*. P. 19.

- As funções do capelão hospitaleiro, como as suas características, são mais pormenorizadas:
    - *Seja pessoa dotada de boa vida e costume, da máxima caridade para com os pobres, mansidão para com todos, e varão prudente e discreto, para que possa desempenhar os seus deveres com rectidão*[75].
    - Deve ter sempre água quente, toalhas e vasos necessários para lavar os pés dos peregrinos.
    - Ficara encarregue de distribuir as esmolas aos peregrinos que chegam e apontara num livro *os nomes, sobrenomes e patrias dos peregrinos, e o dia em que cada um tenha chegado, e a esmola que lhe foi distribuída*[76]. Só dará a esmola as pessoas que trouxerem *cédula do governador*[77]. Será dada ao peregrino *para sustento de tres dias a esmola de 3 Julios*[78].
    - Para distribuir estas esmolas, o hospitaleiro, recebera todos os meses *30 Julios*[79], caso as esmolas excedam este valor recebera o montante em falta.
    - Deve prestar atenção ao comportamento das pessoas dentro do hospício, para evitar situações impróprias.
    - Deve prestar aos peregrinos e dos capelães doentes todos os serviços necessários.
    - Ficará encarregue do mantimento do hospício.
- Deve prestar também um serviço de enfermaria, já que *os rendimentos d'este hospital teem algum tanto augmentado pela caridade e esmola dos pios fieis, julgamos digno e conveniente augmentar igualmente as obras de caridade, ao menos para com os sacerdotes pobres que prestam continuo serviço no dito hospital*[80]. Já os peregrinos que precisassem de algum tipo de assistência deste género *os governadores*

---

[75] *Ibidem.* P. 19.

[76] *Ibidem*. P. 19.

[77] *Ibidem*. P. 19.

[78] *Ibidem*. P. 45.

[79] *Ibidem.* P. 19.

[80] *Ibidem*. P. 29.

sejam obrigados a procurar-lhe logar n'outro hospital da cidade, e a mandal-o para ali a custa do hospital[81], mas se no futuro os rendimentos aumentassem seriam novamente administrados no hospício o serviço de enfermaria.

- As mulheres portuguesas já não seriam mais recebidas no hospício, já que é muito raro que isto aconteça, mas se alguma mulher portuguesa chegasse a Roma, em vez de ficar hospedada no hospício e *evitar também os inconvenientes que podem seguir-se de se admittirem mulheres e homens no mesmo hospital, ordenamos, que, (…) se lhe de a esmola de 3 Julios para sustento e também outra esmola, com que possa ter um leito em logar honesto a arbítrio do governador, ou, alias, se lhe procure habitação por mez*[82].

Estas reformas apresentam duas informações importantes no que diz respeito à assistência neste hospício. Primeiro a questão da assistência aos enfermos. Vemos como, com os passar dos anos, o hospício começa a ter uma estrutura mais complexa a nível assistencial, já que não só se limita a assistir aos peregrinos, com os serviços básicos de alojamento, mas pretende também auxiliar aos doentes. Nestas reformas assistimos às primeiras medidas tomadas no sentido de criar junto do hospício uma enfermaria. Embora a assistência, a nível de enfermaria, no hospício seja só para os sacerdotes pobres, há a preocupação de procurar meios de ajudar aos peregrinos, ainda que não seja no próprio hospício. A segunda questão importante é a da assistência prestada às mulheres. Como sabemos este hospício surgiu inicialmente para prestar apoio a peregrinas portuguesas que chegavam a Roma, mas como podemos verificar nestas reformas esta situação mudou. É provável que o número de mulheres que chegavam à cidade fosse bem menor, pelo que, e para evitar o alojamento de mulheres, num espaço maioritariamente ocupado por homens, fosse tomada a decisão de não alojar mulheres neste espaço, mas prestar-lhe o apoio necessário para encontrar um alojamento digno na cidade.

[81] *Ibidem.* P. 45.

[82] *Ibidem.* P. 45.

Entretanto, no que diz respeito à Confraria atrás referida, é bem provável estar já extinta, não só por não ser referida nestas reformas, mas pela explícita referência que é feita na acta de uma congregação, a 27 de Janeiro de 1618[83], que diz o seguinte: *(…) reformar a confraria que esta extinta, e que se veja a bula que esta no cartório que trata dela*[84].

1.6. Estatutos de D. Luís de Sousa (1683)

A Congregação da Igreja e do Hospício de Santo António achou necessário fazer uns novos estatutos que fossem mais actuais, mas os acontecimentos de 1640, com a Restauração da Independência Portuguesa perante a dinastia filipina, não permitiu que fossem apresentados ao Papa, nem publicados[85] o que levou ao seu esquecimento. Temos conhecimento da sua existência através das Actas das Congregações Gerais, de 28 de Agosto de 1639 e de 25 de Agosto de 1640[86].

D. Luís de Sousa, que foi Arcebispo de Braga e Embaixador de Portugal junto da Santa Sé, entre os anos de 1676 e 1682, foi quem esteve a frente dos novos Estatutos de 1683. Os quais se apoiaram, a nível da estrutura, nos Estatutos Nulos de 1640, por causa da sua estrutura organizada e dividida em três livros, que conferem ao documento uma maior clareza. Estes Estatutos foram aprovados inicialmente em 1678 na Congregação Geral do dia 19 de Abril, por parte dos governadores e deputados, e da própria influência de D. Luís de Sousa, mas só tiveram aprovação papal em 1683, com o Papa Inocêncio XI, através da bula "*In Supremo Militantis Ecclesiae Solo*".

Encontra-se dividida em três partes, que ajudam a uma melhor compreensão dos estatutos, como a estrutura do próprio hospício. Na primeira parte encontramos todas as regras necessárias para a administração e

---

[83] ROSA, Maria de Lurdes – *op. cit*.

[84] Citado em nota de rodapé por ROSA, Maria de Lurdes - *op. cit*. P.341. AIPSAR, Cod. BB2 (Actas das Congregações 1611-1678), fl. 64.

[85] Podemos encontrar uma publicação feita pela Imprensa Nacional de Lisboa em 1889, não podemos esquecer que estes Estatutos nunca entrarão em vigor.

[86] OLIVEIRA, Américo do Couto – *op. cit*. P. 65.

governação do hospício, na segunda tudo o que diz respeito ao culto divino e por último na terceira parte todas as regras necessárias para o bom funcionamento do hospício a nível assistencial. Sendo esta última parte a mais importante para o nosso estudo, já que as regras que foram delimitadas serão aquelas que estariam em vigor no período em que procedemos à observação do universo dos peregrinos no Hospício Português.

Embora não queiramos entrar em detalhes sobre a estrutura governativa do hospício, achamos necessário salientar de uma maneira geral a estrutura orgânica do mesmo. Vai-se manter o papel de Protector, que recairá no representante do Rei junto da Santa Sé, por conseguinte no Embaixador português junto da Santa Sé em Roma. Esta estrutura coloca, de imediato, a instituição, na esfera das elites políticas, cujos contornos não poderemos, de momento, aprofundar. Impunha-se que existisse uma congregação composta pelo número de 20 representantes da nação portuguesa em Roma, os quais deviam ser portugueses ou filhos de portugueses, homens honrados, virtuosos e de boa consciência[87]. Entre estes 20 seriam eleitos 2 governadores e 5 conselheiros. O cargo de governador vai ter ampliados os seus poderes[88] e a nível das suas obrigações terá nas suas mãos uma grande responsabilidade para o bom funcionamento do hospício, desde a inventariação dos bens existentes no hospício a as questões de cariz financeiro, como o pagamento do boticário, para o tratamento dos doentes, ao dinheiro entregue ao hospitaleiro para a distribuição das esmolas pelos peregrinos[89]. Os 20 portugueses, entre eles os 5 conselheiros e os 2 governadores terão nas suas mão a administração da *"Real Igreja, Casa e Hospital de Santo António dos Portugueses em Roma*".

No que diz respeito à assistência prestada, algumas das normas que são estabelecidas nestes estatutos são as seguintes:

- O hospitaleiro:

---

[87] *Estatutos da Venerável Igreja e Hospital de Santo António da Nação Portuguesa em Roma.* Roma: Câmara Apostólica 1683. P. 13.

[88] *Idem.* P. 59-63.

[89] *Ibidem.* P. 39-58.

* Só poderá receber peregrinos com autorização do governador[90].
* Deve ter, sempre disponível, a água quente para lavar os pés dos peregrinos que chegarem[91].
* Entregara a esmola de 3 Julios[92].
* Apontara no respectivo livro as informações referentes ao peregrino[93].
* Fará inventário de tudo o que existe no hospício[94].
* Manterá no mínimo 10 camas "limpas e polidas"[95] para os peregrinos.
* Fechará de manha e abrira a noite o hospício e manterá sempre acesa uma lâmpada a Nossa Senhora[96].
* Não permitira comportamentos pouco dignos no hospício, nem conflitos[97].
* Ficara encarregue do mantimento do hospício e não permitira que as coisas dele sejam levadas para a enfermaria[98].

- As pessoas hospedadas no hospício poderão ficar nele de acordo com o seu estatuto social e condição, da seguinte maneira[99]:
    * Sacerdotes: 2 meses.
    * Frade cuja ordem não exista em Roma: 1 mês.
    * Peregrinos: 1 mês.
    * Dispensante: até obter a sua dispensa.
    * Litigar por outra pessoa: 15 dias.
    * Por *cauza sobre impetra de benefício de homem vivo, quer seja própria ou alheia*[100]: 8 dias.

---

[90] *Ibidem.* P. 129.
[91] *Ibidem.* P. 130.
[92] *Ibidem.* P. 130.
[93] *Ibidem.* P. 130.
[94] *Ibidem.* P. 130.
[95] *Ibidem.* P. 131.
[96] *Ibidem.* P. 131.
[97] *Ibidem.* P. 132.
[98] *Ibidem.* P. 133.
[99] *Ibidem.* P. 136.

* Devendo todos eles prestar respeito ao hospício como ao hospitaleiro.

- As mulheres que chegarem ao hospício deverão receber, como já tinha sido estabelecido anteriormente, a esmola e lhe será procurado alojamento digno.
- Na enfermaria devem ser prestados os seguintes serviços:
    * Aparte de curar o corpo o doente também curara a sua alma recebera a confissão e a comunhão e caso seja necessário a Extrema-unção[101].
    * Não se admitirão doentes com doenças contagiosas, nem ferimentos graves[102].
    * O médico deverá visitar os doentes duas vezes ao dia[103].
    * O barbeiro deverá vir a fazer a sangria aquando do pedido do médico e o boticário devera trazer os medicamento frescos e bons, caso contrario não lhe será pago o serviço[104].
    * As camas da enfermaria não poderão ser utilizadas pelo hospício[105].
- O enfermeiro:
    * Encontra-se ao serviço do hospitaleiro, por esse motivo deve acatar as ordens do mesmo e ficar no seu lugar caso seja necessário[106].
    * Não administrará nenhum remédio sem autorização do médico e acompanhara o mesmo, como o cirurgião e o barbeiro nas suas visitas a enfermaria e os advertira do estado de saúde dos doentes[107].

---

[100] *Ibidem.* P. 136.
[101] *Ibidem.* P. 138.
[102] *Ibidem.* P. 140.
[103] *Ibidem.* P. 140.
[104] *Ibidem.* P.141.
[105] *Ibidem.* P. 142.
[106] *Ibidem.* P. 143.
[107] *Ibidem.* P. 144.

* Se encarregará da limpeza da enfermaria, da alimentação dos doentes e dormira junta da mesma para poder vigiar o estado de saúde sãs pessoas internadas[108].

Como se observa, nestes estatutos muitas das regras estabelecidas a nível assistencial copiam os estatutos anteriores, mas ao mesmo tempo adaptam-se às novas exigências de um espaço maior e com novas competências. A enfermaria que tinha sido, desde a origem desta instituição, um objectivo integrado na assistência prestada, surge como um espaço autónomo, mas que trabalha em conjunto com o hospício. Isto revela como o hospício com o passar dos séculos, à parte do facto da própria estrutura administrativa ficar mais complexa, parece crescer o seu poderio económico, de maneira a permitir que a assistência prestada se alargue a outro patamar, que não era possível no passado e ao mesmo tempo se adapte às exigências do tempo.

Verifica-se, assim, uma complexificação não só a nível administrativo, mas também a nível assistencial, há uma evolução do hospício para uma maior controlo do espaço e das pessoas que nele se encontram, de maneira a permitir uma melhor assistência e ajuda prestada aos portugueses que chegam a cidade. A própria assistência dada aos portugueses sofre uma evolução certamente comparável ao que se ia fazendo um pouco por toda Europa. Um exemplo revela-se no facto de se passar de uma simples acção de lavar os pés e oferecer uma cama, para ajudar também aqueles que precisem de assistência médica.

As questões que se podem, agora, levantar são as seguintes: será que as normas que foram estabelecidas nestes estatutos foram levadas a cabo pelo mesmo? Será que o tipo de assistência que é oferecida foi realmente dada aos peregrinos portugueses?

No artigo de Maria de Lurdes Rosa, na análise feita pela mesma autora aos Estatutos de 1683, sugere que eles apontavam a produção de livros de

---

[108] *Ibidem.* P. 144.

registos do hospício e da enfermaria. Ou seja, os estatutos produziram acções, registadas. Estes livros, a existirem, representariam a prova do funcionamento destes espaços e se o que era estabelecido nos estatutos tinha sido levado a cabo. Os livros elencados seriam o Livro de registo dos peregrinos, Livro dos enfermos, Livro das esmolas aos peregrinos, Inventário da roupa do hospital e enfermaria e Lista de gastos. Infelizmente, como veremos, só um século depois encontramos livros com informação específica sobre a dinâmica do hospício.

2. Assistência no Hospício Português

Foi na expectativa de encontrar estes livros que se procedeu a uma pesquisa que nos permitisse responder às questões que levantámos inicialmente, referente ao universo da presença portuguesa em Roma de passagem pela cidade e assistidos por este hospício. Com efeito, segundo os estatutos, devia ser tomada nota do nome, da origem e do período da estadia das pessoas que fossem hospedadas no hospício. Mas quando analisámos o fundo documental desta instituição deparamo-nos com a falta da maior parte destes documentos. Por essa razão já não nos questionamos sobre o funcionamento do hospício, mas sobre a localização destes documentos e o que pode ter acontecido com os mesmos. As respostas podem ser variadas: uma má gestão do arquivo, que não permitiu a conservação desta documentação; os danos sofridos por esta instituição aquando da ocupação francesa em Roma; os problemas a nível administrativo; as cheias do rio Tibre em 1870, que afectaram a instituição portuguesa e por conseguinte o arquivo; ou até as várias reorganizações a que foi submetido podiam ter levado a algumas lacunas documentais[109].

Pelo facto de alguns deste documento terem desaparecido foi necessário recorrer a outras fontes, do mesmo arquivo, para conseguir responder às nossas questões. Algumas das fontes que consideramos convenientes para o nosso estudo foram as actas das Congregações, que nos ajudam a conhecer melhor esta instituição não só a nível administrativo, mas o

[109] ROSA, Maria de Lurdes - *op. cit*.

próprio funcionamento do espaço e as mudanças que o mesmo pode ter sofrido. Analisámos os livros das actas das congregações de 1783 a 1802, riquíssimos de conteúdos, que mereceriam um levantamento sistemático da informação. Contudo, só nos centraremos em alguns tópicos que nos permitam compreender algumas das decisões que foram tomadas no hospício e o nome das pessoas que estavam à frente do mesmo. Outra fonte que achamos importante consultar para o nosso estudo foram os "Registro dei Mandati" que correspondem aos livros de contas, onde eram apresentados as verbas que seriam entregues ao hospício para o seu funcionamento, já que o livro de esmolas, a que é feita referência nos estatutos, não existe no actual arquivo.

2.1 A orgânica administrativa e assistencial no último vinténio do século XVIII

Sabemos, pela análise das actas das congregações, que a governação da Real Igreja, Casa e Hospital de Santo António dos Portugueses em Roma, estava nas mãos do governador e dos deputados que estavam encarregues do bom funcionamento da casa a nível administrativo e financeiro, como estava nas suas mãos a admissão dos capelães, pessoas necessárias para desempenhar os vários trabalhos da casa, de acolhimento espiritual e celebração de ofícios religiosos.

O ano de 1783 representou um ano de mudanças a nível administrativo. Após a morte do governador Jacinto de Oliveira Abreu e Lima, o protector do hospício, nomeado nas actas como Ministro Plenipotenciário de Sua Majestade Fidelíssima, embaixador junto da Santa Sé, D. Diogo de Noronha[110] envia ordens para que fossem reunidos todos os deputados para a eleição de

[110] D. Diogo de Noronha (1747-1806), filho do 3.º marquês de Angeja, feito 8.º conde de Vila Verde em 1799, foi nomeado ministro assistente ao despacho, e secretário de estado do Reino em Fevereiro de 1804, tendo assumido interinamente nesse mesmo ano a secretaria de estado dos Negócios Estrangeiros e Guerra. Morreu em Novembro de 1806, com 57 anos. Em 1781 será nomeado embaixador em Roma. Disponível em http://www.arqnet.pt/portal/pessoais/alorna_1780.html#nota08. Consultado em 23 Setembro 2011.

governadores, e deputados segundo os Estatuto[111] e que *de aqui em diante se governe de acordo as leis estabelecidas nos estatutos*. A 24 de Janeiro do mesmo ano[112] foi eleito como novo governador o Cónego Sebastião Lopez Rosa, o qual desempenhara as funções dos dois governadores, já que o número de deputados era muito baixo e não permite a eleição de duas pessoas[113], o secretário passara a ser mais um deputado com direito a voto, isto porque segundo os estatutos deviam ser 20 deputados. Contudo, neste período, como pudemos identificar pela fonte, só existiam 6 deputados, nos quais se incluem o governador eleito e o secretário. No final deste ano e após a incorporação de novos deputados, num total de 7 (passando a ser 13 deputados incluindo o governador e o secretário), passaram a existir dois governadores, situação que se manterá até 1787, altura em que voltará a um só governador por falta de deputados, já que o número de deputados voltara a diminuir, alguns deles deixaram de ser mencionados nas actas, o que evidencia a diminuição de importantes famílias portuguesas na cidade de Roma. A partir desta nova reorganização administrativa o hospício começa a entrar numa estabilidade e organização interna (não temos esta certeza porque seria necessário comparar com períodos anteriores), que só será afectada com a aproximação e entrada das tropas francesas em Roma, como se verá adiante, que não só afectou a cidade como a própria instituição portuguesa.

Em 1789, o embaixador D. João de Almeida Melo e Castro convoca uma congregação na qual será lida uma carta[114] enviada pelo mesmo. Nesta carta expressa a preocupação Real no que diz respeitava à admissão das pessoas no hospício por causa do abuso e desordem que resultava da admissão dos portugueses, sem se conhecerem os motivos por que saíram do reino. O ambiente das luzes que impusera em Portugal uma vigilância sobre as ideias revolucionárias teria, certamente, eco nestas decisões. Por essa razão foi expressa pela Rainha *que se observasse na Real Casa Nacional de Santo*

[111] AIPSAR, Cod. BB 5 (Acta Congregação 19 de Janeiro 1783) Fl. 128.

[112] AIPSAR, Cod. BB 5 (Acta Congregação 24 de Janeiro 1783)

[113] Para a eleição do governador, eram eleitos por parte dos 20 deputados os melhores representantes, que depois iam a votação dos restantes deputados.

[114] A acta desta congregação encontra-se transcrita na íntegra nos Anexos.

Antonio a mesma Ordem e regularidade Económica que as Cortes de França e Hespanha fazem observar nos seus respectivos Hospícios[115]. Por conseguinte, e segundo as ordens Reais, foram anexos à carta 5 "artigos" (normas) a seguir pelo hospício, para garantir um bom funcionamento e acabar com os abusos que estavam a acontecer. Estes artigos são:

- Não poderá ser admitido ninguém que não tenha o seu respectivo passaporte.
- Só serão admitidos Dispensantes e Peregrinos por um período de 3 dias e se poderá alongar por decisão do governador, por 3 dias mais.
- Não serão admitidos estudantes nem ordenandos.
- *Não se recebera no dito Hospicio Apostata algum ou Frade de qualquer religião somente se vier algum destes em traje de secular e que traga o devido passaporte*[116].
- Quem se comportar indevidamente devera ser logo expulso.

No fim da acta desta congregação estas normas estabelecidas pelo reino são aceites e tomadas como lei, à excepção de *quaesquer dispoziçoens em contrario contheudas nos antigos Estatutos e particularmente nos Capitulos 1º e 2º do Livro 3º dos mesmos que todas com o prezente Decreto se derogão e annullão para o prezente effeito somente ficando alias os ditos Antigos Estatutos no seu inteiro vigor em tudo o que não he contrario a estas novas Determinaçoens*[117]. No que diz respeito ao período de estadia e às pessoas admitidas mantiveram-se as regras dos estatuto antigos

Como já referimos, a aproximação e entrada das tropas francesas na cidade de Roma, não só afectaram a cidade, como afectaram o funcionamento do hospício. Em 1797, em congregação extraordinária[118], foram tomadas medidas por causa do *imminente e grave perigo em que se acha alem deste estado, esta mesma cidade, pela vizinhança das forças inimigas, se conferirão ao Sr. Conego governador todas as faculdades para por em salvo com as*

[115] AIPSAR, Cod. BB 5 (Acta Congregação 9 de Julho 1789) Fl.257.

[116] *Idem.* Fl. 258

[117] *Ibidem.* Fl. 259.

[118] AIPSAR, Cod. BB 5 (Acta Congregação 9 de Fevereiro 1797)

necessarias cautelas as tres peças de mayor valor que existem na Nossa Real Igreja, isto he a Roza de ouro, Palix, Patena e Pisside e o Ostensorio do Santissimo pedindolhe procedesse nisto com o mayor segredo. Estas medidas de precaução reflectem a preocupação que se fazia sentir na cidade e, por conseguinte, no hospício, perante os eminentes acontecimentos que se iriam desencadear na cidade de Roma com a entrada das tropas francesas. Ao longo deste ano não foram feitas mais referências a qualquer tipo de medida de protecção da casa, embora entre 1794 e 1797 Roma vivesse num ambiente de alarme perante a possibilidade do domínio francês. Nos inícios do ano de 1798, a 15 de Fevereiro, é proclamada a República Romana, após o desencadear de vários acontecimentos[119], Roma se *trasforma in città assediada, percorsa da fremiti di paura e de inquietudine*[120], mas também muitas alterações[121].

Esta situação vai desencadear na cidade um dos acontecimentos mais triste desta ocupação francesa, *il Nuovo Sacco di Roma che fu condotto sistematicamente in musei, chiese, palazzi e biblioteche. In un solo giorno anche cinquecento carri di opere arte e di oggetti preziosi lasciavano Roma Sotto forte scorta alla volta della Francia. Furono requisiti puré 1600 cavalli destinati all'esercito*[122]. Foi um acontecimento que abalou a cidade. Entre as várias igrejas que viram os seus espaços invadidos encontra-se a igreja dos portugueses, na qual *as portas são fechadas e seladas em 19 de Fevereiro de*

---

[119] Para compreender melhor estes acontecimentos citamos algumas obras: CRETONI, Antonio – *Roma Giacobina: Storia della Repubblica Romana de 1798-1799*. (s.l.): Istituto di Studio Romani Edizioni Scientifiche Italiane, 1991; TOGNARINI, Ivan – *Le Repubbliche Giacobina e Napoleonica*. Vol 13. Direzione Giovanni Cherubini; e outros. Milano: Teti Editore, 1785. P 59-92; WOOLF, Stuart J. – La Storia Politica e Social. In *Storia d'Italia: dal primo settecento all'unità*. Vol 3. Torino: Giulio Einaudi Editore, 1973.

[120] DONATO, Maria Pia – Roma in Revoluzione (1798, 1848, 1870). In *Storia d'Italia: Roma, Città del Papa Vita Civile e Religiosa dal Giubileo di Bonifacio VIII al Giubileo di Papa Wojtyla*. Annali 16. A cura di Luigi Forani e Adriano Prosperi. Torino: Giulio Einaudi Editore, 2000. P 908.

[121]BRICE, Catherine – La Roma dei Francesi una modernizzazione Imposta. In *Roma Moderna*. A cura di Giorgio Ciucci. Milano Edizione Mundolibri, 2001.

[122] BENEDETTO, Giovanni e RENDINA Claudio. *Storia di Roma Moderna e Contemporanea*. Roma: Newton e Compton Editori, 2004. P. 221.

1798 e os bens confiscados[123]. Sabemo-lo graças à carta[124] enviada pelo encarregado de negócios junto da Santa Sé, Luís Alvares da Cunha e Figueiredo, para Portugal, o qual[125] expressa os esforços realizados para conseguir salvar o património, o terá conseguido, embora com alguns prejuízos, porque os franceses levaram muitos bens da casa e da igreja.

Se as actas das congregações não dão conta destes acontecimentos, a verdade é que a 20 de Fevereiro de 1798[126] a congregação reuniu-se na casa de D. Luís Alvares da Cunha e Figueiredo, prova de que a casa e a igreja tinham sido realmente fechadas. Numa breve referência a que algo estava a acontecer, são tomadas algumas decisões *em attenção das actuaes circunstâncias*, e o governador, D. Gregorio Pedro Pereira, renuncia ao seu cargo ficando nas mãos de D. Luís. Ao longo deste ano as entradas feitas nos livros das actas das congregações são muito breves, apenas para registar alguma notícia relevante. Como, por exemplo, a 14 de Março[127] do mesmo ano, D. Luís Alvares da Cunha e Figueiredo se ausenta da cidade renunciando ao seu cargo de governador, deixando nas mãos de D. Francisco José Telles, por ser um dos deputados mais antigos, o qual fica encarregue de *conservar o dinheiro de rezão da dita Nossa Igreja e fazer os oportunos pagamentos*[128]. No final deste ano, na última reunião realizada, vemos que apesar de todas as dificuldades pelas quais estava a passar, esta instituição não esquece qual é a sua função. Por esse motivo é decidido, por parte da congregação, que *em attenção da festividade do Santissimo Natal querendo os administradores que os pobres experimentem aquela largição que he compativel com as actuaes faltas em que se ha a Nossa Igreja, Caza e Hospital, determinarão de mandar dar as familhas todas que tinhão da Nossa Igreja mensual subvenção, huma mezada inteira*[129]. Este acto é muito importante para compreender como

---

[123] ROSA, Maria de Lurdes – *op. cit.* P. 355.

[124] Citada pela autora em nota de rodapé: ROSA, Maria de Lurdes - *op. cit.* P. 355.

[125] Citada pela autora em nota de rodapé: ROSA, Maria de Lurdes - *op. cit.* P. 355.

[126] AIPSAR, Cod. BB. 6 (Acta Congregação 20 de Fevereiro 1798) fl. 108-109.

[127] AIPSAR, Cod. BB. 6 (Acta Congregação 14 de Março 1798) fl. 109.

[128] *Idem.* Fl. 109.

[129]AIPSAR, Cod. BB. 6 (Acta Congregação 30 de Novembro 1798) fl. 111.

apesar das dificuldades a função assistencial nunca foi deixada de lado, como iremos confirmar quando analisarmos o movimento da enfermaria.

Graças a outra carta de D. Luís enviada para Portugal a 25 de Setembro de 1799[130] ficamos a saber que a igreja foi recuperada das mãos dos franceses graças à intervenção de dois italianos que a compraram em hasta-pública e *fazem dela concessão ao representante diplomático de Portugal*[131]. Por esta sua acção no ano de 1800 recebem uma *medalha de honra com o retrato da mesma Alteza sua e Incripção analoga aos dois carpinteiros Thomaz Hercolani e Fidele de Sanetis por ter salvado a nossa Real Igreja, Caza e Hospital da ruina irreparavel em que hya a cahyr na venda della tinhão destinado de facer os commisarios Franceses fazia tambem prezente de huma copia da mesma medalha a Nossa Real Igreja, Caza e Hospital para perpetua memoria deste acontecimento*[132]. A partir deste momento o estabelecimento português começa a retomar o seu trabalho, embora se confirme, pelos dados que apresentaremos mais a frente, nunca deixou de trabalhar. O único ano que não temos informações sobre o funcionamento do hospício, através das actas, é o ano de 1799, ano dificílimo[133] do qual só temos uma nota no livro das actas.

> *No anno 1799 se não tiverão Congregaçoens regulares tendo assim ordenado o Sr. Deputado Francisco Jose*

---

[130] ROSA, Maria de Lurdes - *op. cit.* P. 355.

[131] ROSA, Maria de Lurdes - *op. cit.* P. 355.

[132] AIPSAR, Cod. BB. 6 (Acta Congregação 28 Dezembro 1800) fl. 121.

[133] Em 28 de novembro de 1798, a República Romana foi invadida pelo exército napolitano, com 70.000 homens ao comando do general austríaco Karl von Mack apoiados pela frota britânica do almirante Nelson, que tentava restaurar a autoridade papal. Depois de seis dias, Fernando IV de Nápoles entrou em Roma como conquistador. Mas em 14 de dezembro do mesmo ano uma imediata e resoluta contra-ofensiva francesa obrigou os napolitanos a uma retirada. Os franceses entraram em Nápoles em 23 de janeiro de 1799 e instituíram a República Napolitana. Em 19 de setembro de 1799, os franceses abandonaram Roma, reocupada em 30 de setembro pelos napolitanos, que assim puseram fim à República Romana. Disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Rep%C3%BAblica_Romana_(1798-1799), consultado em 23 Setembro 2011.

Telles assim decertar toda o qualquer rezão de suspectar ao Governo[134]

2.2 O movimento assistencial

A assistência prestada por este hospício, como já salientámos através da análise dos estatutos, sofreu várias alterações ao longo dos séculos, de maneira a proporcionar ao português uma melhor assistência. Este hospício prestava inicialmente os serviços básicos de ajuda aos peregrinos que se foram alargando a uma assistência mais complexa e eficaz ao peregrino ou viajante português, porque além de uma cama passaram a ser fornecidos serviços de enfermaria, caso fosse necessário.

No actual arquivo da instituição só existem dois livros que testemunham a assistência prestada por esta instituição nos finais do século XVIII, inicio do século XIX, enquanto que no que diz respeito ao período anterior não existem registos deste género. Poderemos pensar que correspondem a alguma atenção organizativa, decorrente do que se escreveu atrás. Os dois livros existentes, um deles pertenceu ao hospício e o segundo à enfermaria.

Observe-se a dinâmica da assistência prestada por este hospício através da análise destes de modo a responder a algumas das questões que levantámos inicialmente.

Começamos a nossa análise da assistência no hospício português através do livro de “Peregrinos do Hospício de Santo António 1786-1825”. Este documento escrito em língua portuguesa apresenta o registo dos portugueses que foram assistidos por esta instituição entre os finais de 1785 a 1825, num total de 291 registos. A nossa análise recairá entre o período de 1786 a 1796, já que de 1797 a 1802, fim do nosso período de análise, não existe registo algum e para a frente é mais esparso. É importante evidenciar que este documento já foi analisado anteriormente por Maria de Lurdes Rosa, no seu

[134] AIPSAR, Cod. BB. 6. Fl. 111.

artigo "*Sant'Antonio dei Portoghesi, 1786-1825: Le Pèlerinage Portugais à Rome dans le Contexte Dévotionnel du Portugal de la Fin de l'Ancien Régime*"[135]. Usaremos alguns dados já analisados pela autora, confirmando-os, mas focando-nos apenas no nosso período de estudo e iremos confrontar estes dados com outra documentação à frente indicada.

Uma análise quantitativa dos dados permite levantar as seguintes conclusões. O número de pessoas admitidas neste período foi de 246, como podemos analisar no gráfico nº 1 (e tabela anexa 3). É evidente que o contexto político anteriormente descrito terá tido consequências no processo, mas a tendência foi de irreversibilidade da descida do número de peregrinos instalados anualmente.

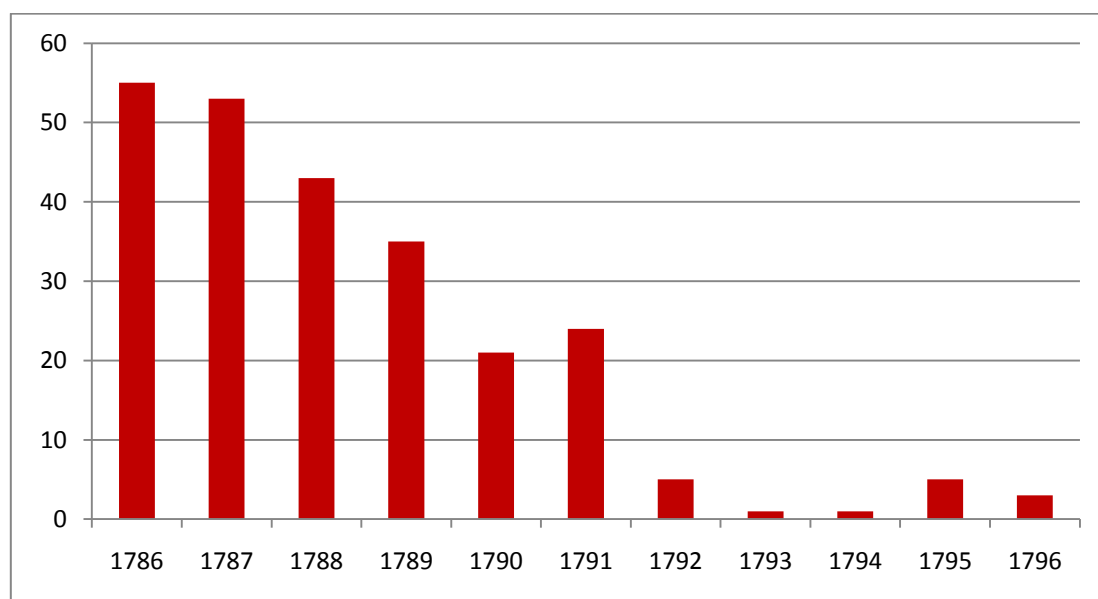



Gráfico nº1

Número pessoas recebidas anualmente no Hospício Português (1786-1796)

[135] ROSA, Maria de Lurdes - Sant'Antonio dei Portoghesi, 1786-1825: Le Pèlerinage Portugais à Rome dans le Contexte Dévotionnel du Portugal de la Fin de l'Ancien Régime. In Collection de L'école Française de Rome: Pelerins et Pelerinages dans L'Europe Moderne. Direcção Philippe Boutry e Dominique Julia. Nº 262. Roma: École Française de Rome, 2000. P. 355-402.

Embora nos últimos anos o fluxo de peregrinos tenha sido consideravelmente baixo, analisamos as entradas das pessoas ao longo deste período mensalmente e como podemos verificar no gráfico nº 2 a percentagem de entradas no hospício português eram principalmente nos períodos de primavera/verão, onde o viajante teria melhores condições para realizar a sua viagem, sem se ver confrontado com as dificuldades dos invernos rigorosos.

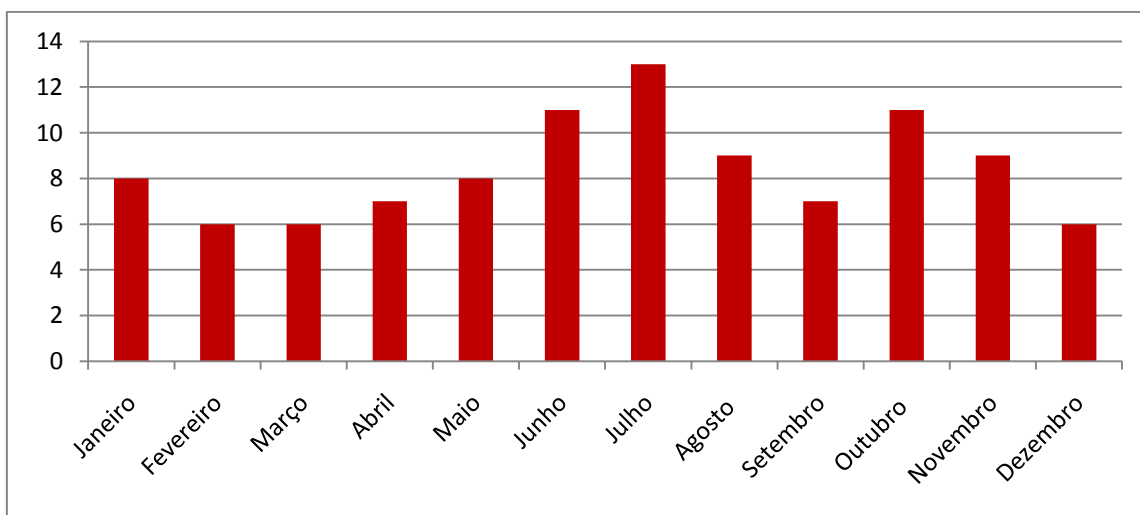



Gráfico nº2

Percentagem de pessoas recebidas no hospício mensalmente (1786-1796)

Dos 246 registos existentes no livro de peregrinos 183 (74,39%) destes registos não mencionam o local de origem da pessoa assistida. Sabemos que segundo os estatutos só poderiam ser recebidos pessoas oriundas do reino de Portugal, e como podemos verificar pelo nome das pessoas era realmente portugueses. Já 63 (25,68%) destes registos apresentam a origem geográfica das pessoas assistidas. Como podemos verificar no quadro nº1, vinham quase de todo o território nacional, incluindo as Colónias Portugueses, com 7 registos, 6 da América (Brasil) e 1 de África (Angola).

Origem	Nº	Localidades
Norte	13	Porto, Trás-os-Montes, Chaves, Minho, Braga, Guimarães, Vila Real, Lamego
Centro	13	Aveiro, Coimbra, Ovar, Castelo Branco, Pinhel, Viseu
Lisboa e Vale do Tejo	9	Tomar, Torres Novas, Lisboa, Santarém
Alentejo	10	Alentejo, Évora, Portel, Monforte, Ourique, Vila Viçosa
Algarve	11	Algarve, Faro
América	6	Brasil
África	1	Angola

Quadro nº1

Origem das pessoas assistidas no Hospício Português de 1786-1796

Segundo os estatutos, o período de estadia das pessoas podia variar de dias a meses, de acordo ao estatuto social das pessoas. Neste universo de 246 pessoas 166 (67,47%) destes registos contêm a data de entrada e saída destas pessoas, já 80 (32,52%) destes registos não especificam a data de entrada ou mesmo de saída das pessoas admitidas e 3 destes casos são pessoas que acabaram por morrer no hospício. No gráfico nº3 podemos verificar que o período de estadia no hospício português podia variar de 1 a 5 dias, maioritariamente, até mais de 100 dias, embora estes casos fossem pouco frequentes, são dispensantes (segundo os estatutos podiam ficar no hospício até obter a sua dispensa), estiveram doentes ou simplesmente não sabemos o porquê da sua permanência no hospício por um período tão longo.

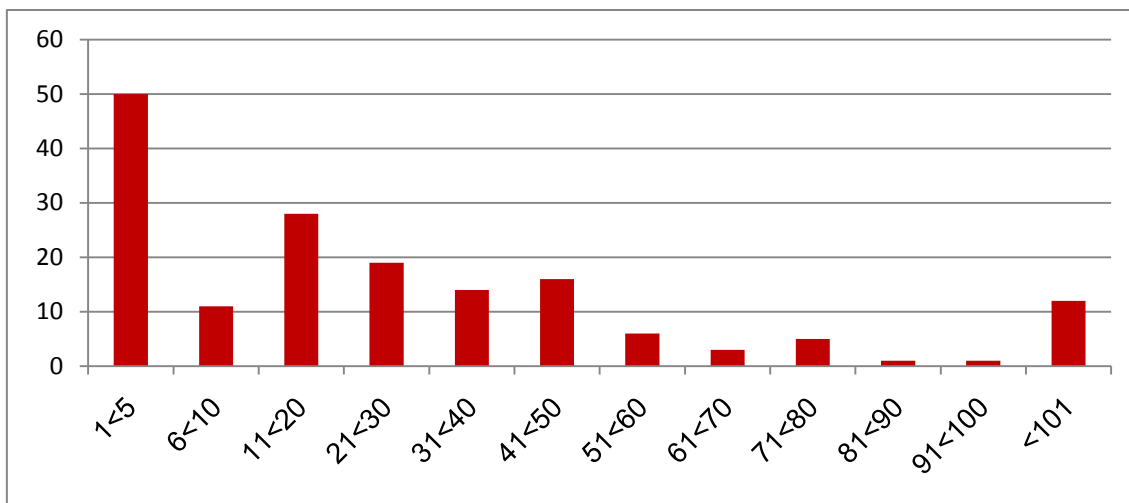



Gráfico nº 3

Período de estadia, em dias, no hospício português de 1786-1796

O estatuto social das pessoas admitidas no hospício português é, na maior parte dos casos, identificado, já que era o estatuto a determinar os períodos que poderiam ficar alojado no hospício. No universo de 246 casos, só 39 (15,85%) dos registos não identificam o estatuto social das pessoas, os restantes 207 (Ver gráfico nº4), indicam o estatuto social das pessoas, a maior parte deles pertencem ao clero 137 (55,69%), tanto do clero regular como secular, e 70 (28,45%) dos registos pertencem a leigos, nos quais se incluem peregrinos (neste caso não precia o estatuto), soldados, estudantes e marinheiros.

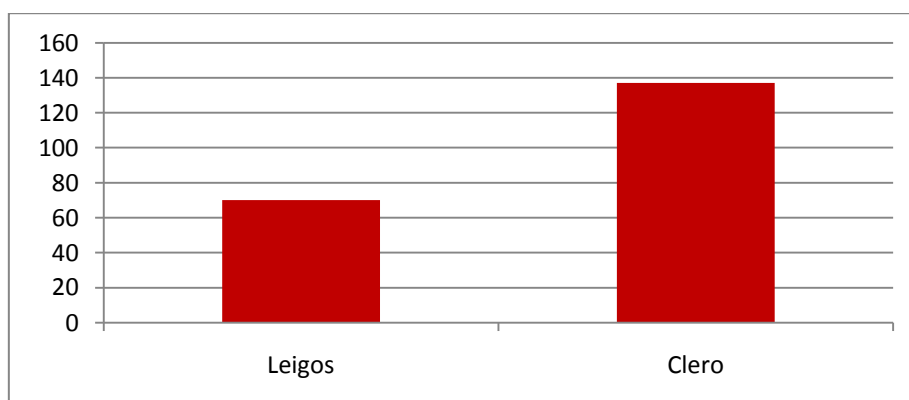



Gráfico 4

Estatuto social das pessoas alojadas no hospício português (1786-1796)

Um dado muito importante na análise desta documentação é a identificação da motivação dos portugueses para terem realizado esta longa viagem. Contudo, na maior parte dos registos não é mencionada, porque dos 246 registos, 227 (92,27%) não fazem nenhum tipo de referência, sendo só 19 (7,72%) a fazê-lo. Percebe-se a razão pela qual, como vimos atrás, o embaixador D. João de Almeida de Mello Castro trouxera ordens Reais, em 1789, para colmatar esta lacuna, embora, pareça, não tenham sido postas em prática. As motivações que podemos identificar eram as seguintes: receber as ordens religiosas, visitar os lugares santos, negócios e girar por Itália. Entre viagem por prazer e peregrinação espiritual parecem ser os motivos. Sugere-se, como conclusão preliminar, que o hospício poderia ter funcionando como um lugar de acolhimento, de refúgio mesmo, para aqueles que fugiam a um controlo político que entretanto se instalara no reino[136].

A assistência desempenhada pelo hospício português a nível da enfermaria não era dedicada única e exclusivamente aos portugueses de passagem pela cidade como nos foi dado perceber. Também prestava ajuda médica às pessoas pertencentes à casa ou a portugueses residentes em Roma.

Efectivamente, o registo da enfermaria, também escrito em língua portuguesa à excepção dos anos de 1762 até parte do ano de 1771, contém o levantamento das pessoas assistidas neste espaço entre 1737 até 1802[137]. Organizado por ordem alfabética, contém mais de 830 registos sem incluir reentradas de alguns doentes. A nossa análise recairá entre os anos de 1786 até 1802, de modo a estabelecermos o paralelismo com os dados anteriores. Pelo que pudemos verificar, numa primeira análise, com o passar dos anos verifica-se que os registos feitos no livro são cada vez menos pormenorizados

[136] RAMOS, Luís António de Oliveira - Da ilustração ao Liberalismo. Porto: lello Editores/Temas Históricos. 1979
[137] Na nossa análise a este documento encontramos um registo isolado de 1804.

e os dados cada vez mais escassos, pelo que os anos que iremos analisar já se encaixam no período de informações básicas referentes ao doente.

Entre os anos de 1786 e 1802 existe um total de 181 registos de entrada nos quais se incluem as reentradas de alguns doentes. São um total de 156 pessoas assistidas. Numa primeira análise dos dados revela que a par do hospício o serviço prestado pela enfermaria foi também diminuindo, embora entre 1788 e 1789 houvesse uma recuperação, para depois declinar, como podemos observar através do gráfico nº5 (tabela anexa 3)

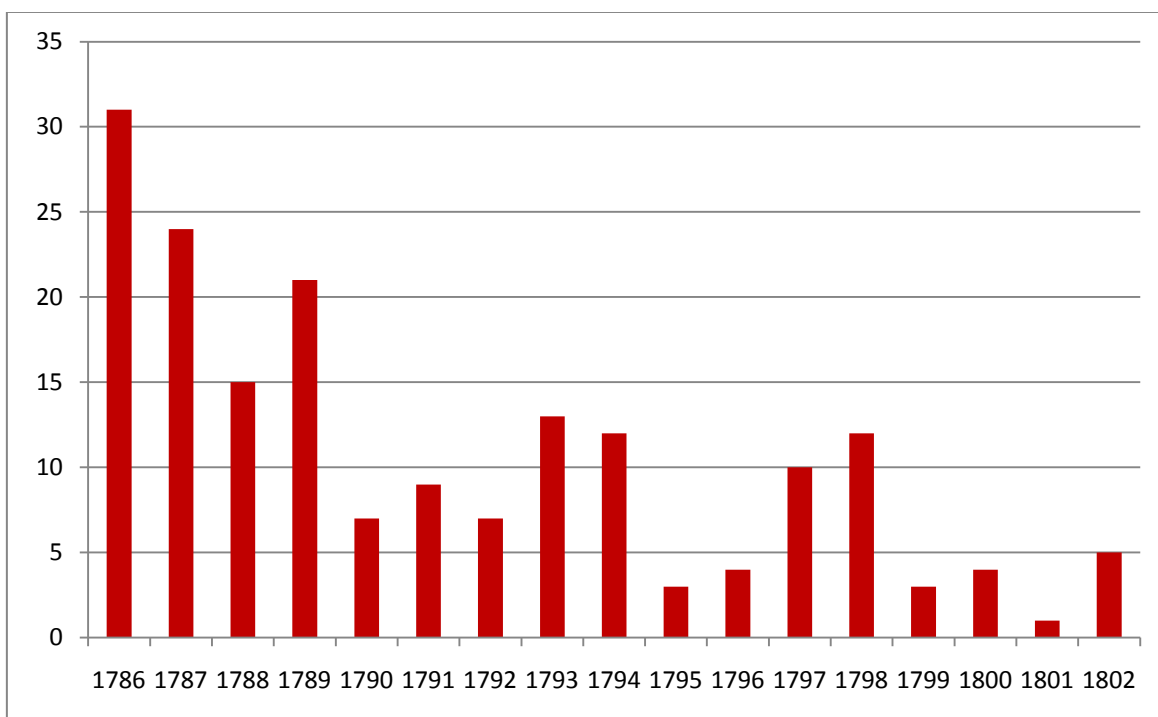



Gráfico nº 5

Pessoas assistidas na enfermaria do hospício português (1786-1802)

Ao compararmos o funcionamento destes dois espaços de assistência em paralelo (Ver gráfico nº6) a leitura pode ser curiosa. Se, como analisámos a partir de 1797, o hospício deixou de receber pessoas e só retomou as suas funções alguns anos depois, já a enfermaria continuou a desempenhar a sua função, embora com um número reduzido de doentes. Por outro lado, verifica-

se que parte das pessoas assistidas na enfermaria, principalmente no ano de 1797, eram do pessoal da casa.

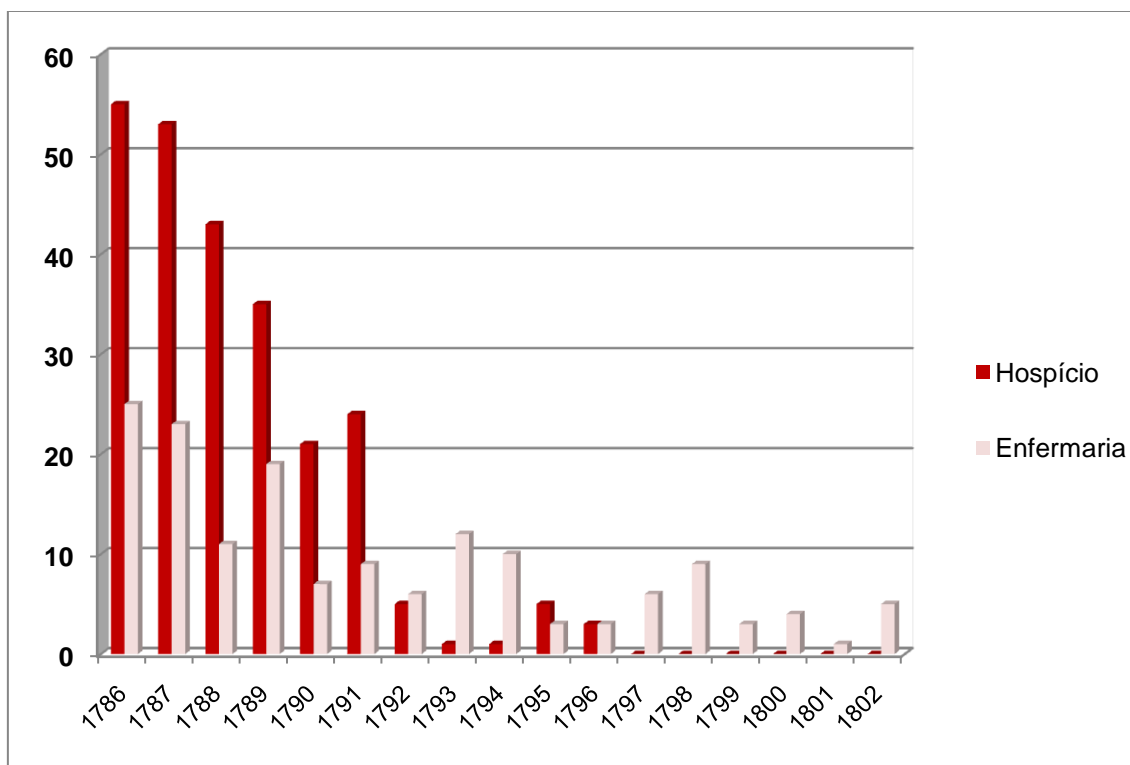



Gráfico nº 6

Pessoas recebidas no hospício e na enfermaria da Real Igreja, Casa e Hospital de Santo António dos Portugueses em Roma (1786-1802)

Fica claro, neste gráfico que a enfermaria continuou a funcionar, mesmo sem os peregrinos. Os anos de 1792 em diante comprovam-no.

Este espaço em comparação ao hospício tinha um fluxo mensal, ao longo destes anos com um número maior de pessoas assistidas nos meses de verão, tal como acontecia com a hospedaria, como se comprova pelo gráfico nº7.

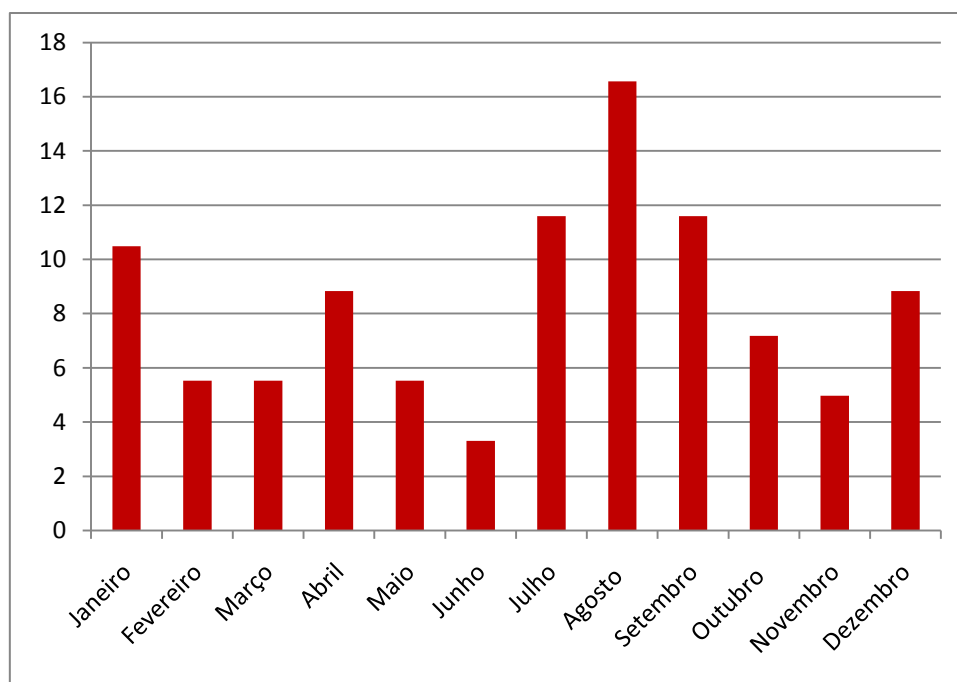



Gráfico nº 7

Percentagem de pessoas assistidas na enfermaria (1786-1802)

O que se fazia na enfermaria nesta época presume-se que estaria próximo das informações que retiramos dos estatutos de 1683 já referidos atrás. O quadro clínico e sintomático justificativo da admissão dos doentes, a não ser nalguns casos em que no registo é incluído os sintomas do doente, mas de forma episódica, resumia-se a sintomas como:

- Febre
- Feridas na cabeça e na perna
- Fistula num olho
- Fracturas
- Moléstia de gota
- Idade avançada

Nos casos em que o doente apresenta uma doença mais grave ou contagiosa, o enfermeiro preparava tudo o que fosse necessário para transportar o doente para o hospital de S. Spirito. Como é o caso de Francisco

Guedes, decano do Quiricos, que pelo facto da sua doença ser crónica, como refere o enfermeiro, foi necessário ser levado para o hospital a 13 de Agosto de 1798; já o caso de Jozé Martins Mourão, do qual não sabemos o seu estatuto social, adoeceu gravemente e teve que ser levado para o hospital onde acabou por morrer a 19 de Fevereiro de 1790.

Quando algum doente acabava por morrer na enfermaria, o enfermeiro também tinha a preocupação, face ao estado grave, de lhe fazer chegar todos os sacramentos, o que aconteceu em 18 (9,94%) casos de pessoas que acabaram por morrer, por motivos de saúde ou pela idade avançada.

Ocorria, porém, que as pessoas que faziam parte da casa, isto é fossem capelães ou empregados da casa e estivessem a viver nela, eram também tratados (esta era a indicação estatutária) nas suas próprias habitações.

O período de estadia na enfermaria dependia do estado de saúde do doente, por essa razão não analisamos estes dados quantitativamente como o fizemos com o hospício, no qual o período de estadia tinha um significado diferente.

Através das actas e dos “Registro dei Mandati”, identificam-se os nomes das pessoas encarregues do bom funcionamento destes espaços. O quadro seguinte (nº2) sintetiza os que foram identificados. Além do hospitaleiro e do enfermeiro, que deviam ser portugueses, os médicos, o cirurgião e o boticário também surgem porque eram estes últimos que proporcionam os cuidados médicos e os medicamentos. Fica claro que as funções eram desempenhadas entre portugueses e romanos.

Função	Nome	
Hospitaleiro	R. Manoel Marques Brandão	Até 1784 (demissão)
	P. Euzebio da Veiga	Até 1788
	Francisco Furtado	A partir de 1794
Médico	Dr. Gaspar Rodrigues de Payva	Até 1791 (morre)
	Dr. João Baptista Reboa	De 1790 a 1791 (coadjunto)
	Dr. Manoel Payva	
Sangrador	Francisco Sartoretti	
	Paolo Pizzamiglia	
Cirurgião	Tomaz Tanzoni	A partir de 1787
Enfermeiro	Manoel Joaquim	
Boticário	Domingos Asdrubali	

Quadro nº 2

Funcionários da Enfermaria e do Hospício português

No ano de 1796, perante os abusos de má distribuição das esmolas por parte do hospitaleiro, como foi acusado, nasce um novo cargo, o de Esmoler, que tinha a função de distribuir as esmolas, de maneira a retirar esta obrigação ao hospitaleiro. Este cargo ficara nas mãos de Jozé Ramalho, encarregue de *dar as esmolas tanto mensuaes, que manuaes e extraordinarias que por ordem desta Congregação se distribuhem aos pobres nacionaes portuguezes e no fim de cada mez o dito esmoler aprezentara ao Sr. Governador pro tempore huma lista de todas as esmolas que a dita Congregação lhe mandou dar nelle, exprimindo com toda a clareza e distinção não menos a quantia de cada hum que os nomes das pessoas das quaes juntamente entregara*[138]. Segundo os estatutos, devia existir um livro onde deveria ser apontado o nome da pessoa a quem foi dada a esmola, para evitar dar a mais que uma vez à mesma pessoa. Contudo não existe qualquer exemplar no actual arquivo da instituição. Por essa razão foi necessário consultar os "Registro dei Mandati" no qual podemos

[138] AIPSAR, Cod. BB 6 (Acta Congregação 1 Fevereiro 1796) fl. 54.

identificar, além do nome das pessoas do hospício, as ordens de pagamentos da casa com os respectivos valores. No que diz respeito ao hospício as ordens de pagamento que podemos identificar são as seguintes:

- Esmolas
- Serviço Enfermaria
- Empregados (Médico, cirurgião, enfermeiro)
- Medicamentos (Boticário)
- Extras (compra de lenha, carvão, panos, …)

Os dados compulsados no quadro nº3 e representados no gráfico nº8 as verbas em dinheiro que eram entregues para as esmolas[139] foram aumentando, apesar do número de peregrinos do hospício ter diminuído. Presume-se que o leque de pessoas se alargou, não tanto para os peregrinos, mas também para os pobres nacionais (ou outros) que viviam em Roma. Como podemos imaginar os conflitos pelos quais a cidade estava a atravessar devem ter desencadeado uma desvalorização monetária, o aumento dos preços e ao mesmo tempo o aumento da pobreza na cidade, com consequências no montante das esmolas.

[139] Até meados de 1796 o dinheiro das esmolas era entregue ao hospitaleiro Francisco Furtado e a partir de 1796, com o novo cargo de Esmoler, o dinheiro das esmolas é entregue ao Esmoler Jozé Ramalho.

ANO	Esmolas	Serviço enfermaria	Empregados	Medicamentos	Extras	TOTAL
1786	210,65	125,37	55	21,2	55,35	**467,57**
1787	293,75	154,57	63	20,32	56,32	**587,96**
1788	341,28	110,64	68	33,96	43,7	**597,58**
1789	364,6	145,72	51,75	33,85	10,8	**606,72**
1790	401,5	101,55	52,5	34,06	0	**589,61**
1791	442,25	132,44	52,5	24,9	0	**652,09**
1792	685,3	184,02	59,5	45,08	150,07	**1123,97**
1793	678,62	146,94	69,5	50,47	44,5	**990,03**
1794	686,9	151,2	74,5	50,29	11,8	**974,69**
1795	796,5	136,04	119,5	56,63	0	**1108,67**
1796	786,4	98,29	89,5	30,53	0	**1004,72**
1797	774,9	105,22	89,5	32,62	0	**1002,24**
TOTAL	**6673,65**	**1628,11**	**882**	**481,51**	**372,54**	**10037,81**

Quadro nº 3

Ordens de pagamento a favor do hospício e da enfermaria

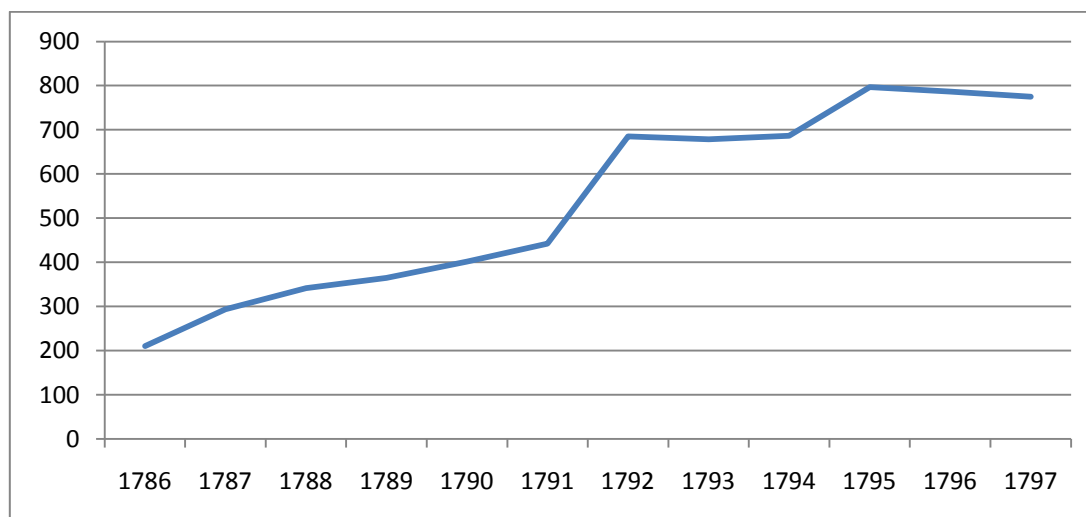



Gráfico nº 8

Esmolas hospício português (1786-1797)

Parece claro que as perturbações interromperam o acolhimento aos peregrinos que deverão mesmo ter diminuído e a opção terá sido a de distribuição de esmolas, quase 80% dos gastos em 1797, quando não chegavam aos 50% em 1786. Já o hospital, nos anos difíceis de 1791 a 1795 reflecte o que se viu atrás, continua a trabalhar e a sustentar verbas significativas, a que se somariam os salários dos empregados.

2.3. Portugueses Assistidos

Após analisarmos este espaço nos seus vários meios de assistência ao peregrino ou aos doentes de nacionalidade portuguesa, é importante evidenciar alguns casos, de rosto e nome, que dada a descrição de perfis e de vidas, dão vida aos fluxos vistos, até agora, do ponto de vista quantitativo. Embora gostássemos de nomear cada uma das pessoas que foram assistidas, achamos por conveniente anexar ao nosso trabalho os registos levantados tanto no livro do hospício, como no livro de enfermaria, para a consulta do nome de cada uma destas pessoas (vide Anexo nº 1 e 2). Aqui só mencionaremos alguns casos particulares, sumariamente apresentados. Deles ressalta a geografia da peregrinação, os processos de sobrevivência, os episódios pessoais cruzados com as conjunturas de diferente natureza. Leiam-se então

- Manoel Joze de Almeida é o único caso em que o hospitaleiro faz um relato do percurso, da viagem e do próprio comportamento deste sacerdote.

O Sacerdote Manoel Joze de Almeida natural do Colmeal junto a Goes do Bispado de Coimbra, chegou aos 27 de Janeiro deste anno. Foy cura da Igreja de Montouto Jurisdição de Malta, depois viveo algum tempo entre os eremitas de Lago, resolveose a vir a Roma, chegou athe Aragão, padecendo ahi hua doença, tornou para Portugal ou para os confins de Badajoz: depois de algum tornou a emprenden a viagem de Roma, pedindo esmolas e com o seu

Breviario, e carta de ordens e atestado de ter sido cura chegou em estado miserável. Pertendia entrar na Religião nova dos Nazarenos e procurando por meio de pessoas que o desejavão ajudar para o seu intento, o habilitarse para poder dizer missa: ausentouse do Hospicio aos 30 de Janeiro sobredito mostrando nisto e em muitas outras ocasioens quando discorria, ser homem muito inconstante e volúvel, podendose duvidar se estava fora do seu juízo perfeito, quando proferia alguas determinaçoens da sua liberdade fora dos termos da prudencia humana; ainda que sempre tendião a cousas espirituais com aparencias da virtude imprudente, quanto se pode julgar no breve tempo, que aqui esteve. Deixou os seus papeis na mão do P. Hospitaleiro D. Eusebio da Veiga[140]

- O peregrino Antonio Ferreira veio acompanhado da sua mulher Clemencia Rosa, a qual foi dada a esmola para ficar a dormir noutro lugar. Este é o único registo ao longo deste período de estudos que identificamos uma mulher[141].
- Francisco de Sales Gonçalves Vieira era estudante do Brasil e veio a Roma para ser ordenado[142], também do Brasil, do Rio de Janeiro, temos o registo do Fr. Simão da Concepção, o qual não se identificou inicialmente, mas depois se veio a saber o seu nome, como regista o hospitaleiro[143].
- Ignacio Machado[144], era de Angola, não é registado o porquê da sua viagem, nem o seu estatuto social.
- Manoel Fernandez[145], Manoel Esteves Delgado[146] e Leonardo Jose Teixeira[147], tanto foram assistidos no hospício como na enfermaria.

---

[140]AIPSAR, Cod. CC 12 (Peregrinos do Hospício de Santo António 1786-1825) Fl. 4.

[141] *Idem.* Fl. 5.

[142] *Ibidem.* Fl. 7.

[143] *Ibidem.* Fl. 26.

[144] *Ibidem.* Fl. 12.

[145] *Ibidem.* Fl. 9.

[146] *Ibidem.* Fl. 17.

[147] *Ibidem.* Fl. 25.

- Outros casos onde também foram assistidos na enfermaria, mas por motivos mais graves de saúde ou por uma doença inventada foram: o Fr. Joaquim da Gloria, que esteve doente de *hum dente podre queixal difficil de se tirar, inchoulhe a face e pescoço padeces trez lancetadas tirouselhe parte do dente e disipada a inchação saiu do hospital*[148], no registo da enfermaria não é especificado o porque do seu ingresso, temos estas informações graças ao registo do hospício; Bernardo Joze Pereira também foi atendido na enfermaria, mas não é especificada a razão desta assistência, nem existe no registo da enfermaria a sua entrada[149]; o P. Joaquim Orvalho de Almeida, que tinha sido pároco de Évora e era originário do Portel, foi assistido na enfermaria, mas no seu registo no hospício, refere que não tinha nenhuma doença, a não ser a sua hipocondria[150].
- No registo da enfermaria também encontramos vários casos de pessoas que ingressaram sem ter nenhum tipo de doença, como é o caso de D. Estevão, o qual ingresso 3 vezes na enfermaria, 1784, 1786 e 1791, e nos seus registos é sempre assinalado que sai tão bom como entrou.
- No caso de Antonio Miguel teve de ser levado para o Hospital de Sto. Spirito, por causa de ter uma doença grave e acabou por morrer no hospital[151]; o Fr. Pedro do Espirito Santo[152] acabou por morrer no hospício, era Sacerdote da 3ª Ordem de S. Francisco e antes da sua morte recebeu todos os sacramentos; o ordenando Joaquim de Oliveira, descrito como sendo mulato, também morreu no hospício, mas foi o "1º que se seputoo na Igreja depois de feito o pavimento e subterraneos"[153].
- Os únicos registos que expressa a motivação de visitar os lugares santos, são os de dois jovens de 16 e 18 anos, oriundos de Serva (Chaves), Domingos Joze Barroso e Bento Joze da Costa[154].

---

[148] *Ibidem.* Fl. 13.

[149] *Ibidem.* Fl. 18.

[150] *Ibidem.* Fl. 16.

[151] *Ibidem.* Fl. 23.

[152] *Ibidem.* Fl. 17.

[153] *Ibidem.* Fl. 28.

[154] *Ibidem.* Fl. 9.

- Referente a comportamentos pouco dignos pudemos salientar os seguintes casos: o peregrino José Joaquim da Cruz *casado com uma Hespanhola. Homem segundo que se diz de se fiar pouco delle, por ter como afirmão furtado Hospicio dous lencoes e outra roupa*[155]*;* Fr. Bernardino de S. Antonio e Fr. Paulo de S. Matthias que também *furtarão hum pano de hum lençol*[156]*;* o peregrino Innocencio Jose, o qual já esteve no hospício várias vezes *mas com nome mudado e so para levar os 3 paulos*[157]; o peregrino José Martins que aparte de ir embora sem avisar também roubou um pano[158]; Custodio Rodriguez *foy lançado fora aos 11 dias por se saber que tinha roubado hum portoguez com quem no Julho antecedente tinha daqui partido para Portugal*[159]*;* por último o Padre Fr. Basilio de S. Rosa Clerigo da Immaculada Concepção e o Padre Filippe Neri da B. Rita, Canarim, Missionario Apostolico, resultaram ser pessoas pouco honestas a nível religioso[160].
- Também encontramos casos, na enfermaria, nos quais a doença é simplesmente a idade avançada da pessoa, como é o caso de Francisco da Silva Coche, o qual na Congregação do dia 6 de Novembro de 1794[161], é autorizado a para entrar na enfermaria por causa da sua idade avançada, tinha 86 anos, e acabou por morrer na enfermaria em Fevereiro de 1795.
- O registo de Francisco de Estrada na enfermaria, nos mostra como não só as pessoas que vinham de Portugal, mas também os descendentes de portugueses tinha direito a esta assistência, era nascido em Roma e filho de português.
- Um caso muito particular é o do peregrino Jose de Mattos, em 1791, que *vem para impetrar de Deus por intercessão de Labre a ouvido*

[155] *Ibidem.* Fl. 22.
[156] *Ibidem.* Fl. 22.
[157] *Ibidem.* Fl. 23.
[158] *Ibidem.* Fl. 23.
[159] *Ibidem.* Fl. 30.
[160] *Ibidem.* Fl. 32.
[161] AIPSAR, Cod. BB6 (Acta Congregação 6 de Novembro de 1794) Fl. 17.

totalmente perdido[162], este peregrino veio a pedir súplica a S. Benedetto Giuseppe Labre. Este beato francês foi um peregrino e viajante que ficou conhecido pela sua fé e devoção, passou a maior parte da sua vida em peregrinação, visitando os lugares santos de Santiago de Compostela, Loreto, Roma, entre muitos outros. *Morì logorato dagli stenti e dall'assoluta mancanza d'igiene il 16 aprile 1783, nel retrobottega del macellaio Zaccarelli, presso la chiesa di S. Maria dei Monti, in cui venne sepolto tra grande concorso di popolo. Venne canonizzato nel 1881 da Leone XIII*[163], uma curiosidade e casualidade deste beato é ter morrido na Via dei Serpenti nº2 (onde encontramos uma placa referente a este acontecimento) é a casa vizinha do primeiro hospício português criado por D. Guiomar. É surpreendente ver a fama que este peregrino francês ganhou em tão pouco tempo, já que como pudemos observar este peregrino português se deslocou a Roma passados apenas 8 anos após a morte de S. Benedetto Giuseppe Labre.

[162] AIPSAR, Cod. CC 12 (Peregrinos do Hospício de Santo António 1786-1825) Fl. 27.

[163] Disponivel em http://www.santiebeati.it/dettaglio/49600, consultado o 24 de Setembro de 2011)

III. Roteiro: Roma Portuguesa

Quando visitamos uma cidade tão imponente, histórica e turística como Roma, não conseguimos imaginar que possamos encontrar nela tantos vestígios e marcas deixadas pelas comunidades portuguesas que passaram por ela ao longo dos séculos. Este é um apontamento pessoal que me atrai sempre que descrevo e observo esta constante. Eventualmente porque o estágio permitiu o contacto com algo pouco traduzido nos círculos portugueses em geral, ou, então, próprio círculo pessoal.

Na terceira parte deste trabalho apresentamos este pequeno Roteiro que se intitula *Roma Portuguesa*, onde pretendemos destacar, principalmente, a marca deixada pelo hospício português na cidade, destacando ao mesmo tempo ao longo do percurso locais de interesse turístico, que podemos encontrar, como vestígios da presença portuguesa. O hospício (hoje Instituto) e o seu percurso histórico é a âncora dos roteiros pedestres que se traçam.

O objectivo deste roteiro, além de ajudar-nos a compreender melhor o espaço no qual foi desenvolvida esta investigação, pretende destacar a importância que Roma sempre teve na história portuguesa e o papel que a comunidade portuguesa desempenhou nesta cidade, deixando marcas da sua passagem. Tem-se consciência de que só aflorámos as pontas dessas relações (nunca se tocou, por exemplo, a questão da importância política do Instituto, plataforma dos poderes e directrizes régios). O tempo cronológico deste roteiro situa-se entre a fundação do primeiro hospício português e inícios do século de XIX, de maneira a destacar-se aquilo que já existiria na cidade de Roma no tempo em que os peregrinos, que analisámos na segunda parte do nosso trabalho, encontraram.

Para compreender melhor a passagem dos portugueses pela *Città Eterna*, podemos destacar a obra *A Presença Portuguesa em Roma* do Padre Arnaldo Pinto Cardoso. O autor da um primeiro passo para *recuperar uma memória ameaçada pelo tempo inexorável e abrir caminhos para uma história*

maior do que a ditada pela incúria dos homens[164], ou seja, reavivar a memória da presença lusitana e atrair o leitor a conhecer melhor a sua história nesta cidade. Embora esta obra pela sua dimensão não nos permita o seu transporte como livro de bolso na nossa viagem, é uma excelente leitura para conhecer a cidade de Roma de ponto de vista português, salientando o património deixado pelos nossos nacionais e é um excelente complemento ao guia da cidade.

> *Quantos locais não estão ali associados à memória de magníficos vultos portugueses, a acontecimentos prestigiosos que maravilharam os romanos, a faits-divers divertidos, quantos edifícios respeitáveis não foram ali pagos e construídos por nós, quantas figuras ilustres do nosso sangue, algumas até de nós esquecidas, não jazem em lugares de destaque nas mais prestigiosas basílicas e igrejas, quantos palácios históricos romanos não foram alugados para residência de grandes embaixadores portugueses e foram palco do seu quotidiano, quantos detalhes decorativos, de escultura ou talhas a pinturas ou frescos, não aludem a temas ligados a Portugal, quantos episódios dramáticos ou gloriosos, envolvendo-nos, ou em conexão com a nossa política externa, não ocorreram aqui e ali na grande urbe*[165]

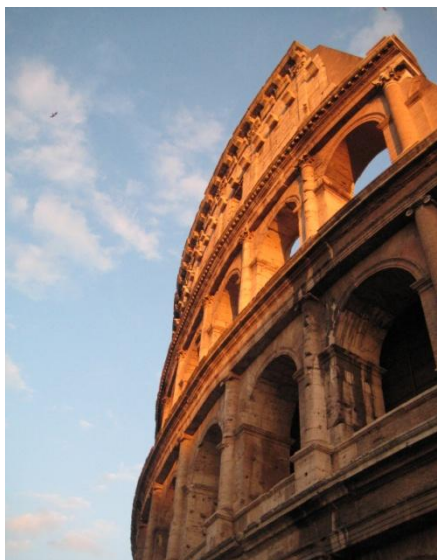
É desta forma que o consagrado autor exprime, de forma exaltada, mas certamente justa, a relação de Portugal com Roma. Este roteiro não ambiciona ser mais um guia de Roma, mas um complemento para o visitante português ter uma outra visão da cidade e estar mais informado do nosso património nacional nesta cidade.

---

[164] CARDOSO, Arnaldo Pinto – *A Presença Portuguesa em Roma*. Lisboa: Quetzal Editores, 2001. P. 14. (dimensão 237 x 314 x 48 mm)

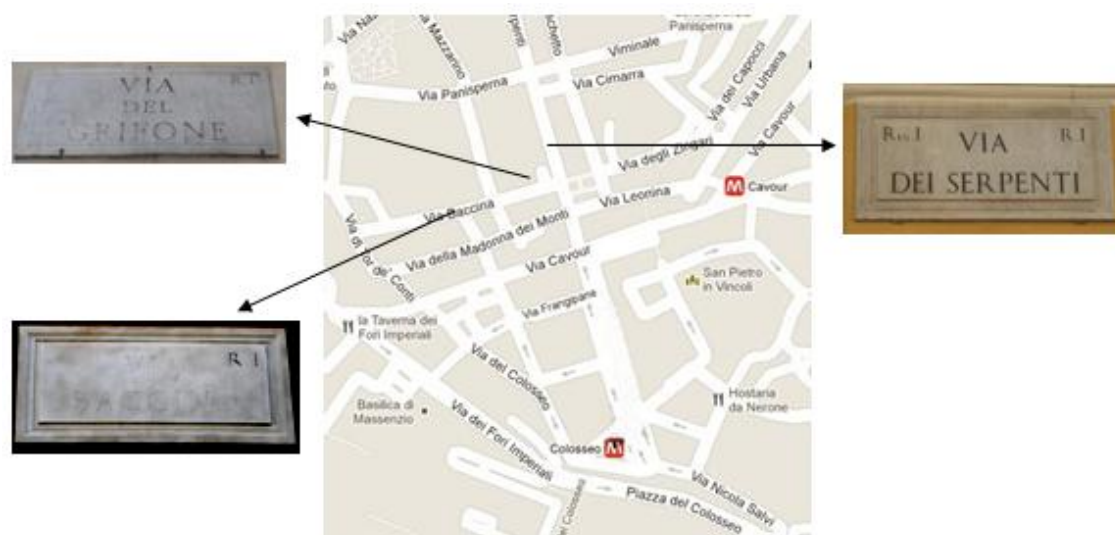
[165165] CARDOSO, Arnaldo Pinto – *op. cit*. P. 9.

Podemos dividir o nosso roteiro em três partes, correspondendo cada uma delas aos hospícios que dariam origem ao actual Instituto Português de Santo António em Roma. Podemos fazer este percurso adaptando cada uma das partes a nosso próprio roteiro na cidade. É uma maneira de conhecer esta cidade e ao mesmo tempo ficar a conhecer um pouco mais a nossa história espalhada pelo mundo, neste caso, a nossa história em Roma. Qualquer um destes trajectos foi calcorreado, num trabalho de campo e de geografia do olhar.

1. Hospício de D. Guiomar

(Imagem 1) Coliseu

A nossa visita a *Città Eterna* tem como ponto de partida a *Piazza del Colosseo*, ficando de frente a um dos principais pontos turísticos da cidade, o maior anfiteatro de Roma, o famoso *Colosseo* (Imagem 1), construído pelo Imperador Vespasiano, por volta do ano 72 d.C., estamos perante um dos cartões-de-visita da cidade de Roma e desde 1980 Património da Humanidade. Embora este local, aparentemente, não tenha nenhuma relação directa com a Presença Portuguesa em Roma, e apesar de conseguirmos imaginar o que sentiriam os visitantes portugueses na cidade estando perante tão maravilhoso monumento, podemos reflectir sobre o que este local simbolizou e simboliza hoje em dia, tanto mais, como veremos, ele se encontra perto de um dos pontos fundamentais do nosso roteiro. O *Colosseo* foi palco no passado de actos sangrentos e do martírio dos primeiros cristãos. Se no passado simbolizava a violência e o horror, hoje em dia simboliza a paz e a luta contra a pena de morte e ao mesmo tempo é considerado lugar sagrado em memória dos muitos mártires cristãos condenados ao suplício (decreto feito pelo Papa Bento XIV, no século XVII), lembrados na Via-Sacra na Semana Santa, presidida pelo Papa. É surpreendente olharmos para este monumento e podermos reflectir sobre a passagem do tempo e sobre as muitas

transformações que a cidade sofreu, de palco de martírio e sofrimento para o povo cristão, a local de culto, peregrinação e sede principal da religião cristã. Muito perto deste local, cheio de tanta história e simbolismo, podemos encontrar a casa onde foi fundado o 1º hospício português.

Partindo do *Colosseo* seguindo pela *Via degli Annibaldi* [podemos aceder a esta via através de umas escadas que encontramos muito perto estação do Metro Colosseo, à mão direita, quem se encontra de costas para o Colosseo, ou através das próprias escadas internas da estação de metro] até a *Via dei Serpenti* que faz cruzamento com a *Via Baccina*, este conjunto de casas delimitados pelo *Vicolo del Grifone* (Mapa 1) correspondem, segundo as fontes, a casa onde D. Guiomar no ano de 1363, no século XIV, fundou o 1º hospício português, que procurou dar asilo e assistência aos pobres portugueses que chegavam a cidade. Esta nobre dama portuguesa seguiu o exemplo de outras nações e procurou dar aos seus nacionais um refúgio, para não se sentirem tão longe da sua terra. Este hospício foi criado, inicialmente, para dar apoio as mulheres portuguesas que chegavam a cidade e vagueavam pelas ruas sem ter um tecto onde se abrigar, D. Guiomar abriu as portas da sua casa para as assistir e quando o espaço ficou pequeno adquiriu novas casas, dando origem ao primeiro hospício português.

(Mapa 1)

Hospício D. Guiomar

Apesar deste local já não ter nenhuma ligação com a comunidade portuguesa hoje em dia, a não ser o seu passado, podemos encontrar sobre a porta do nº 3 da *Via dei Serpenti* o brasão de Portugal e uma inscrição que diz o seguinte: "HAEC DOMUS EST SVB PROPIETATE HOSPITALIS SANCTI ANTONII LVSITANORVM DE VRBE" (Imagem 2). Fazendo referência a sua antiga função.

(Imagem 2) Hospício D. Guiomar - Fachada

Partindo do local onde surgiu o primeiro hospício português podemos visitar os seguintes lugares que testemunham a passagem dos portugueses por esta cidade:

- Igreja de Santa Maria das Neves
- Basílica de Santa Maria Maggiore
- Basílica de S. Giovanni in Laterano
- Basílica de SS. Quattro Coronati

(Imagem 3) Igreja Sta. Maria das Neves

Retornamos até a *Via Cavour* e continuamos a direita, até encontrar a *Via del Cardello*, à nossa mão esquerda, continuamos por esta via até o cruzamento com a *Via del Colosseo* (Ver Mapa 2). Neste cruzamento se encontra uma Igreja um pouco abandonada e raramente aberta, mas com uma fachada encantadora, conhecida hoje em dia como, **Santa Maria das Neves** (Ver Imagem 3). Esta igreja ao longo dos séculos recebeu várias designações, mas a mais importante para nós foi a de *Santo André de Portugal*, por volta do século XVI, *isto devera atribuir-se aos bens imobiliários e aos portugueses que viviam naquela área, desde os tempos de D. Guiomar que nesse bairro fundara o primeiro hospício português*[166]*.* Esta conotação caiu no esquecimento por volta do século XIX.

(Mapa 2) Igreja Sta. Maria das Neves

[166] CARDOSO, Arnaldo Pinto – *op. cit*. P. 26.

(Imagem 4) Basílica Sta. Maria Maggiore

Se retornarmos a *Via Cavour* e continuarmos até à **Basílica de Santa Maria Maggiore** (Ver Imagem 4), ligada por vários motivos à nação portuguesa, podemos encontrar nela, no Baptistério, o túmulo do Embaixador do Congo, D. António Manuel Ne Vunda, mais conhecido como "*o Negrita*", designação atribuída pelo povo, por causa da sua cor. Foi enviado a Roma, no século XVII, pelo seu primo o rei do Congo, Álvaro II, para prestar obediência ao Papa Clemente VIII, *reconhecendo a Santa Sé como «mãe e cabeça de toda a cristandade». (…) [pedindo] o envio de missionários para o Congo, onde se oferecia à Igreja implantada pelos portugueses um vasto e fecundo campo de apostolado*[167]. Chegou a Roma muito doente, por esse motivo não teve a sua recepção solene, o Papa passou a visitá-lo frequentemente, durante estas visitas aproveitou para lhe dizer, a sua Santidade, algumas das petições que trazia a pedido do Rei do Congo. Morreu pouco tempo depois da sua chegada, foi sepultado com todas as honras na basílica. Outra ligação com a nação portuguesa que podemos encontrar nesta basílica é o próprio edifício que foi restaurado no ano de 1743 com o contributo prestado pelo rei D. João V, que foi um grande mecenas no seu tempo e deixo na cidade várias marcas do seu mecenato.

(Imagem 5) Basílica S. Giovanni in Laterano

Ao sairmos de Santa Maria Maggiore podemos seguir pela *Via Merulana* até a **Basílica de S. Giovanni in Laterano** (Ver Imagem 5). Nela encontramos o túmulo do Cardeal D. Antão Martins de Chaves (fundador do hospício já descrito) (Ver Imagem 6),

[167] CARDOSO, Arnaldo Pinto – *op. cit*. P. 83.

personagem importante para a história de Portugal na cidade de Roma. Esteve na embaixada enviada pelo rei D. Duarte para prestar obediência ao Papa; fez parte no Concilio de Basileia em missão conciliadora ao mandado do Papa; *pelos seus bons serviços prestados, o Papa nomeou-o cardeal, do título de S. Crisógono, tendo recebido o barrete cardinalício em 18 de Dezembro de 1439*[168]; e entre as suas muitas acções na cidade de Roma, podemos salientar o seu papel como fundador e unificador do hospício dos portugueses, de que falaremos mais adiante neste guia. Após a sua morte o Cardeal D. Antão Martins de Chaves, foi sepultado nesta basílica, no túmulo mandado construir por ele em vida, encontrando-se, hoje em dia, na nave direita da basílica perto da zona do transepto.

(Imagem 6) Túmulo Cardeal D. Antão Martins de Chaves

Na nave central da basílica encontramos as estátuas imponentes dos apóstolos de Cristo, que foram colocadas na basílica após as obras de restauração da mesma, feitas por Borromini no século XVIII, a estátua do apóstolo S. Tomé (Ver Imagem 7) foi oferecida ao Papa Clemente XI pelo rei D. Pedro II, que quis mostrar, com esta oferta, os laços que uniam o país a S. Tomé de Meliapor no oriente.

(Imagem 7) Estátua apóstolo S. Tomé

[168] CARDOSO, Arnaldo Pinto – *op. cit*. P. 29.

(Imagem 8) Basílica SS. Quatro Coronati

A partir da *Piazza S. Giovanni in Laterano*, por trás da basílica lateranense, seguimos pela *Via dei SS. Quattro Coronati*, encontraremos a **Basílica de SS. Quatro Coronati**, (Ver Imagem 8) *notável pela sua antiguidade (século IV), encontra-se nas proximidades do Colosseo e da Basílica de S. Clemente e foi reconstruída em 1111. O complexo das construções envolventes mantém um carácter austero e de fortaleza medieval*[169] que lhe confere alguma particularidade ao local (Ver Imagem 9). No seu interior podem ver-se, no tecto, as armas do Cardeal-Rei D. Henrique, que apesar de nunca ter estado em Roma, era o titular desta basílica.

(Imagem 9) Basílica SS. Quatro Coronati

Ao longo deste percurso podemos visitar os seguintes pontos de interesse turística:

- Igreja de S. Pietro in Vincoli
- Escada Santa
- Igreja de Santa Croce in Gerusalemme
- Basílica de S. Clemente
- Palatino
- Foros Romanos

[169] CARDOSO, Arnaldo Pinto – *op. cit*. P. 73.

2. Hospício da Igreja Lisbonense

A segunda parte do nosso percurso pela Roma portuguesa começa na *Piazza Venezia* perante um dos monumentos de grande importância para a cidade de Roma, o Monumento a Vittorio Emanuele (Ver Imagem 10), construído em honor, a Vittorio Emanuele II, o primeiro rei da Itália unificada. A razão pela qual começamos a nossa visita neste local é para termos a oportunidade de visitarmos alguns locais que presenciaram a passagem dos portugueses por esta cidade, antes de nos dirigirmos até ao local onde nasceu o segundo hospício português, o da Igreja Lisbonense.

(Imagem 10) Monumento Vittorio Emanuele II

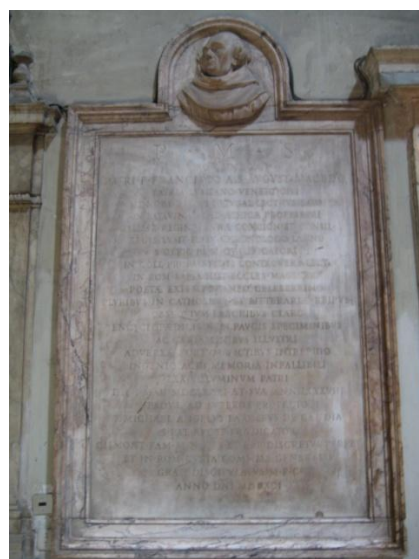
Alguns destes locais que testemunham a passagem portuguesa por esta cidade são os seguintes:

- Igreja de Santa Maria in Aracoeli
- Igreja de Sant'Anastasia
- Piazza Santa Maria Sopra Minerva
- Igreja de Sant'Ignazio

(Imagem 11) Igreja Sta. Maria in Aracoeli

Entre o *Monumento a Vittorio Emanuele* e o *Campidoglio* encontramos a **Igreja de Santa Maria in Aracoeli** (Ver Imagem 11), podemos encontrar, logo na porta principal, uma inscrição que recorda ao Franciscano e Embaixador, de D. João V, D.

José Maria da Fonseca, um homem rico e importante, que desempenhou um papel notável em Roma, de que podemos destacar o subsídio feito para a realização de várias obras na referida igreja, como o *coro de madeira, da balaustrada marmórea e de um baldaquino de brocado para as «40 horas», reestruturou a Capela Savelli, o claustro, a hospedaria, a portaria, a enfermaria e o refeitório*[170] (algumas destas construções não existem actualmente). A memória deste frade vai estar para sempre ligada a esta igreja, por causa de tão grande contributo.

Junto da entrada para a sacristia podemos encontrar a memória fúnebre de outro ilustre franciscano, o Frei Francisco de Santo Agostinho de Macedo (Ver Imagem 12). Figura admirável no seu tempo, participou em diversas embaixadas em Paris, Londres e Roma, foi apoiante do movimento restaurador de D. João IV e professor de *Controvérsia e História no Colégio da Propaganda e na Universidade da "La Sapienza*[171].

(Imagem 12) Memória fúnebre – Frei Francisco de Sto. Agostinho de Macedo

(Imagem 13) Basílica Sant'Anastasia

Continuamos o nosso percurso atravessando a *Piazza del Campidoglio*, e descendo depois, por trás da praça em direcção à *Via della Consolazione*, sigamos pela *Via di San Giovanni Decollato* até à *Piazza di Sant'Anastasia*, que fica muito perto da *Piazza della Bocca della Verità*, nela encontraremos a **Basílica de Sant'Anastasia** (Ver Imagem 13), que foi mandada a restaurar pelo Cardeal Português D. Nuno da Cunha de Ataíde, sendo este o seu titular desde 1721. No interior desta igreja (Ver Imagem 14) podemos encontrar diversas

---

[170] CARDOSO, Arnaldo Pinto – *op. cit*. P. 121.

[171] CARDOSO, Arnaldo Pinto – *op. cit*. P. 104.

inscrições em honra ao Cardeal D. Nuno da Cunha, como as armas do cardeal e os escudos portugueses no arco do transepto.

(Imagem 14) Basílica Sant'Anastasia – Interior

O nosso próximo ponto de partida é a *Área Sacra dell'Argentina* (Ver Imagem 15), podemos chegar a este local (partindo da *Piazza Sant'Anastasia*) através de dois caminhos, retomamos até a *Piazza Venezia* e continuamos pelo *Corso Vittorio Emanuele II* ou continuamos à beira-rio e depois cortamos na *Via Arenula*. Depois de chegarmos a este local, podemos admirar alguns templos romanos descobertos em escavações nos anos 20.

(Imagem 15) Área Sacra dell'Argentina

Continuamos em direcção a **Piazza Santa Maria Sopra Minerva** (Ver Mapa 3). Nesta praça encontra-se o hotel homónimo que no passado foi conhecido como Palácio Fonseca (Ver Imagem 16), por ter pertencido, no século XV, a família do Cardeal D. Pedro da Fonseca, o qual se encontra sepultado nas Grutas Vaticanas, depois de uma morte trágica resultando de uma queda numas escadas no Convento dos Frades Menores, em Vicovaro, no ano de 1422. O seu túmulo encontrava-se na antiga basílica vaticana, sendo transferido para as grutas após as obras de restauração da nova basílica.

(Imagem 16) Palácio Fonseca

(Mapa 3) Palácio Fonseca

(Imagem 17) Pantheon

Continuando em direcção ao *Pantheon* (Ver Imagem 17), monumento majestoso da época romana transformado em igreja cristã no século VI, cortamos pela *Via del Seminário* em direcção a *Piazza Sant'Ignazio*, onde encontraremos a majestosa **Igreja de Sant'Ignacio de Loyola**, em honra ao fundador da Companhia de Jesus. No seu interior devemos observar o fresco que se encontra a esquerda do altar-mor, com o retrato do Embaixador D. Pedro de Mascarenhas (Ver Imagem 18), no qual o embaixador apresenta a Santo Ignazio de Loyola a S. Francisco Xavier. Esta representação reflecte o apoio que Portugal deu à Companhia de Jesus na sua missão evangelizadora. D. Pedro de Mascarenhas usufruía de grande prestígio

(Imagem 18) Detalhe fresco – Igreja Sant'Ignacio

na Cúria Romana e foi um importante colaborador do Hospício de Santo António dos portugueses, na elaboração dos estatutos de 1540. Falaremos melhor deste hospício na terceira parte do nosso roteiro.

Voltando ao Corso *Vittorio Emanuele II*, continuamos em direcção a *Piazza Campo dei Fiori* (Ver Mapa 4), que se enche de cor todas as manhas com um encantador mercado (Ver Imagem 19), mantendo, ainda, algumas características dos tempos medievais. Nesta emblemática praça, no nº 15, segundo a documentação, foi o local escolhido para a fundação do segundo hospício português na cidade, o da Igreja Lisbonense. Foi fundado pelo cabido de Lisboa, mas não se sabe ao certo quem foi o seu fundador na cidade, eventualmente, o santo a quem foi dedicado este hospício era S. Vicente, o que nos mostra a sua ligação com Lisboa, já que este era o padroeiro da cidade. Este segundo hospício segue os passos do primeiro hospício português, tinha como objectivo ajudar os peregrinos portugueses mais necessitados, prestando os serviços mínimos de assistência. Este hospício nasce poucos anos depois do nascimento do hospício de D. Guiomar, nos finais do século XIV, início do século XV. Podemos compreender o porquê do nascimento do hospício neste espaço olhando para os vestígios deixados por outros hospícios nacionais, através de igreja e prédios, que nos permite compreender como este era um local de grande movimentação no que diz respeito a assistência de peregrinos neste período, por causa da sua proximidade com o túmulo de S. Pedro.

(Imagem 19) Piazza Campo dei Fiori

(Mapa 4) Piazza Campo dei Fiori

(Imagem 20) Palácio Farnese

Se continuarmos pela *Via dei Baulari* encontraremos a *Piazza Farnese* onde teria existido uma segunda casa pertencente ao Hospício Lisbonense. Se acredita que esta segunda casa foi derrubada por altura da construção do maravilhoso *Palazzo Farnese* (Ver Imagem 20). A Família Farnese encontra-se ligada à Casa Real Portuguesa, por causa do casamento de D. Maria de Portugal, filha do Infante D. Duarte e neta do rei D. Manuel I, com o príncipe Alexandre Farnese, 3º Duque de Parma e Piacenza, em 1565. Por causa desta união, o escudo de armas de Portugal foi pintado sobre o escudo de armas da Família Farnese, numa das paredes da sala de jantar deste palácio.

Partindo deste espaço onde nasce o segundo hospício português podemos visitar os seguintes locais que testemunham a passagem da presença portuguesa:

- Igreja de S. Girolamo

- Biblioteca Vallicelliana
- Igreja de S. Salvatore in Lauro
- Igreja de Sant'Apolinare
- Igreja de Sant'Agnese

(Imagem 21) Igreja S. Girolamo

A poucos passos do Palazzo Farnese, encontramos a **Igreja de S. Girolamo** (Ver Imagem 21), fundada pelo Cardeal Português D. João Esteves de Azambuja, que tinha fundado neste local um convento dos eremitas de S. Jerónimo, no século XV. Este Cardeal foi *embaixador de D. João I em Roma junto a Bonifácio IX (1391) e seu representante no Concílio de Pisa*[172].

Continuando até ao fim da *Via de Monserrato,* cortamos a direita, pela *Via dei Cartari,* em direcção a *Chiesa Nuova* (Ver Mapa 5), fundada por S. Filippo Neri, uma das mais fascinantes figuras da Contra-reforma, junto dela encontremos o Oratório dei Filippini sede da **Biblioteca Vallicelliana**. A fundação desta notável biblioteca se deve ao grande humanista português Aquiles Estaço, que doou, no seu testamento, a sua biblioteca pessoal ao Oratório dei Filippini (centro da ordem de S. Filippo Nero, fundada em 1575), cerca de *2000 volumes, 300 códices manuscritos, alguns de grande valor, e muitas inscrições inéditas*[173], o núcleo fundador da actual Biblioteca. Após a sua morte, foi sepultado na *Chiesa Nuova*, mas com as obras de restauração se perdeu o rasto da sua sepultura.

[172] CARDOSO, Arnaldo Pinto – *op. cit*. P. 27.

[173] CARDOSO, Arnaldo Pinto – *op. cit*. P. 74.

(Mapa 5) Chiesa Nuova

Se continuarmos em direcção à famosa *Via dei Coronari* (Ver Mapa 6), encontraremos nela a **Igreja de S. Salvatore in Lauro**, uma das igrejas na qual o Padre António Vieira fez cinco sermões sobre David, com a presença da rainha Cristina da Suécia, na altura da sua segunda estadia na cidade, na qual desempenhou diversas actividades desde o processo de beatificação dos 40 mártires do Brasil à defesa dos "novos cristãos".

(Mapa 6) Igreja S. Salvatore in Lauro

Avançando pela *Via dei Coronari* em direcção a *Piazza di Sant'Apolinare* encontraremos a **Igreja de Sant'Apolinare** (Ver Imagem 22). No seu interior podemos observar na capela-mor o trabalho em mármores realizado por Fernando Fuga, a pedido do embaixador Manuel Pereira de Sampaio. Com este embaixador *a presença lusíada em Roma fez-se sentir em comissões de obras de arte que durante anos ocuparam os artistas romanos*[174], foi ao mesmo tempo uma figura notável na cidade e deixou várias marcas do seu dinamismo por toda Roma.

(Imagem 22) Igreja Sant'Apolinare

A poucos passos desta praça se encontra uma das mais maravilhosas e monumentais praças da cidade de Roma, a *Piazza Navona*. Nela se situa a **Igreja de Sant'Agnese in Agone**, as colunas de mármore verde antigo que ornamentam o altar-mor (Ver Imagem 23), no passado pertenceram ao Arco do Imperador Domiciano, na actual Via del Corso, este arco começou a ser conhecido como Arco de Portugal pela sua proximidade com a residência do Cardeal D. Jorge da Costa, do qual falaremos mais adiante.

(Imagem 23) Igreja Sant'Agnese in Agone

[174] CARDOSO, Arnaldo Pinto – *op. cit*. P. 137.

Ao longo deste percurso podemos visitar os seguintes pontos de interesse turística:

- Monumento Vittorio Emanuele
- Museus Capitolinos
- Palazzo Venezia
- Igreja de Santa Maria in Cosmedin (Bocca della Verità)
- Isola Tiberina
- Igreja de Gesù
- Área Sacra di Largo Argentina
- Pantheon
- (…)

3. Hospício de D. Antão Martins de Chaves

A terceira e última fase do nosso percurso tem como ponto de partida uma das mais belas e movimentadas praças da cidade de Roma, local do antigo Estádio do Imperador Domiciano, a *Piazza Navona* (Ver Imagem 24), embelezada com a maravilhosa *Fontana dei Fiume*, realizada por Bernini, que representa os quatro grandes rios conhecidos na época: o Ganges, o Danúbio, o Prata e o Nilo. Esta praça sempre foi um dos centros de vida social da cidade, e hoje em dia encontra-se invadida por músicos e artistas que dão vida e cor a este local. A razão pela qual começamos neste local é para mostrar ao leitor e visitante como a poucos passos de um dos locais mais turísticos da cidade de Roma se encontra um dos monumentos mais emblemáticos da passagem dos portugueses por esta cidade, um local de passagem obrigatória para o turista português.

(Imagem 24) Piazza Navona

(Mapa 7) Igreja Sto. António dos Portugueses

Estamos a falar da **Igreja de Santo António dos Portugueses** (Ver Imagem 25), na *Via dei Portoghesi*, na Zona de Campo Marzio (Ver Mapa 7). Esta igreja encontra-se ligada à fundação do hospício do Cardeal D. Antão Martins de Chaves. Esta personagem, da qual já falamos na primeira parte do nosso roteiro, como figura importante para a história de Portugal na cidade de Roma e que se encontra sepultado numa das principais basílicas da cidade, S. Giovanni in Laterano, foi o fundador da igreja dos portugueses.

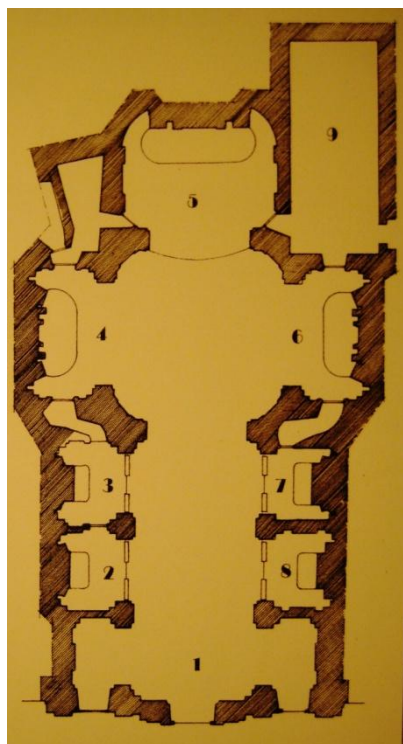
(Imagem 25) Igreja Sto. António dos Portugueses

Seguindo o exemplo de outras nações, o Cardeal D. Antão viu a necessidade de existir uma igreja nacional e ao mesmo tempo um hospício mais eficiente para tentar dar resposta à grande quantidade de peregrinos portugueses que chegavam à cidade, principalmente nos Anos Santos, à procura de indulgências. Em 1440 o Cardeal comprou aos Frades de Santo

Agostinho um terreno nas traseiras do Convento desta ordem, hoje em dia Via dei Portoghesi, para a construção de uma igreja e um hospício para a comunidade portuguesa. Não se sabe ao certo se já existiria neste espaço uma pequena igreja ou o cardeal terá construído de raiz a actual.

A igreja que conhecemos hoje em dia é o resultado de várias obras de intervenção ao longo dos séculos, que permitiram que esta igreja seja considerada uma das mais belas na cidade, no seu estilo. D. Antão não chegou a ver o seu projecto concretizado em vida, o da união dos três hospícios portugueses para dar lugar um único hospício que prestasse os serviços necessário e tivesse melhores condições para os peregrinos e viajantes da comunidade portuguesa. O sonho do Cardeal foi concretizado pelas mãos dos seus testamentários, que através de uma súplica apresentada ao Papa, recebem no dia 9 de Agosto de 1467 a *Bula Superne Dispositionis*, na qual o Papa Paulo II, confirma e da aprovação papal a fundação deste hospício, através da união do Hospício do Cardeal, com o Hospício da Igreja Lisbonense e o Hospício de D. Guiomar, sendo anexas as propriedades dos três num só.

Não é necessário alongar a história da origem desta instituição. Para um melhor aprofundamento dela recomendamos a obra de Miguel de Almeida Paile *Santo António dos Portugueses em Roma*, uma obra de grande relevância para o estudo desta instituição.

Vamos centrar-nos principalmente na sua beleza arquitectónica e patrimonial. Embora se encontre um pouco escondida, a sua fachada imponente não passa desapercebida. Nela podemos observar, aparte do brasão da Casa de Bragança (já que a obra foi feita depois do período da restauração), na parte superior, vários elementos ligados as armas portuguesas, que conferem ao edifício um selo português e Real. O seu interior merece ser visto, apesar de não ser uma igreja monumental. Os elementos que a compõem dão ao espaço um ar opulento e majestoso. A sua planta é em forma de cruz latina e é composta de 7 encantadoras capelas (Ver Planta 1).

1. Interno da Igreja
2. Capela de Santo António Abade (Antão)
3. Capela de Nossa Senhora de Belém (Natividade)
4. Capela de Imaculada Conceição
5. Capela de Santo António (capela-mor)
6. Capela de Santa Isabel
7. Capela de S. João Baptista
8. Capela de Santa Catarina
9. Sacristia

(Planta 1)[175] Igreja Sto. António dos Portugueses

No seu interior podemos destacar, aparte as capelas, os seguintes elementos; o enorme fresco da abóbada onde é representada a aparição do Crucifixo ao 1º Rei de Portugal, D. Afonso Henriques, na altura da batalha de Ourique; a cúpula que encontramos na zona do cruzeiro, que finaliza com uma linda representação do espírito santo; o vitral da janela da fachada com uma belíssima imagem de Santo António com o Menino Jesus; e por último, ao pé do vitral, o maravilhoso órgão que brinda ao visitante com concertos semanais a maior parte do ano. Nela pregaram personalidades como o Padre António Viera e Luís António Verney. Foi palco de varias visitas apostólicas e encontram-se sepultados no seu interior importantes figuras da história portuguesa nesta cidade. Podemos conhecer mais detalhes sobre esta maravilhosa igreja através da obra de Arnaldo Pinto Cardoso, *Santo António dos Portugueses em Roma: Guia Histórico e Artístico da Igreja*.

Ao pé da igreja existiu no passado o hospício dos portugueses, embora hoje em dia ficassem muito poucos vestígios da sua existência, a não ser o maravilhoso arquivo que guarda nos seus livros a memória do passado.

[175] Retirada da obra: CARDOSO, Arnaldo Pinto – *op. cit*. P. 206.

Hoje em dia neste local não existe um hospício para prestar assistência ao viajante e peregrino. Com o evoluir dos séculos este espaço sofreu muitas alterações, a sua actividade a nível assistencial foi substituída por uma actividade cultural. O actual Instituto Português de Santo António, herdeiro do antigo Hospício de Santo António dos Portugueses em Roma, mantém uma actividade cultural bastante activa na cidade, através de exposições na sua galeria de arte, concertos de órgãos na sua igreja, uma biblioteca e um Arquivo, entre outras ofertas. Podemos considerar que esta instituição hoje em dia pretende manter viva a sua herança do passado através destas actividades. Mas apesar dos seus esforços continua a ser um pouco desconhecida pela própria comunidade portuguesa.

Partindo da *Via dei Portoghesi*, podemos finalizar a nossa visita visitando os seguintes locais que testemunharam a presença portuguesa:

- Palazzo Magnani
- Igreja de S. Lourenzo in Lucina
- Palazzo Fiano-Almagià
- Igreja de Santa Maria del Popolo
- Mausoléu di Augusto
- Vaticano

Partindo pela *Via della Stelleta* em direcção a *Piazza in Campo Marzio*, continuamos até à via homónima. Nela no nº34-36, encontramos o **Palazzo Magnani** que foi a sede, desde 1720, da Academia Portuguesa de Belas-Artes de Roma, fundada no ano de 1712. Seguindo pela *Via di Campo Marzio* até a *Piazza de S. Lorenzo in Lucina* encontraremos dois vestígios da presença portuguesa em Roma: a *Igreja de S. Lorenzo in Lucina* e o *Palazzo Fiano-Almagià.*

No interior da **igreja de S. Lourenzo in Lucina**, uma das mais antigas do culto cristão na cidade, se encontra a Capela Fonseca (Ver Imagem 26), que foi encomendada por Gabriel Fonseca, médico e filósofo, para a sua família, no século XVI. Este notável português foi, por 8 anos, médico e

(Imagem 26) Capela Fonseca

conselheiro do Papa Inocêncio X e após o falecimento deste prestou serviços médicos também ao Papa Alexandre VII. A capela foi desenhada e ornamentada pelo famoso arquitecto e escultor da época Gian Lorenzo Bernini. O busto de Gabriel Fonseca (Ver Imagem 27) encontra-se, no lugar de honra, à direita do altar, numa atitude de oração. Na mesma igreja ainda podemos encontrar, na parede da entrada, uma placa de mármore, evocando os benfeitores portugueses, os irmãos Manuel Soeiro de Azevedo e Maria Úrsula, pelo seu grande contributo a esta mesma igreja.

(Imagem 27) Busto Gabriel Fonseca

Ao lado esquerdo da igreja, estando de frente para ela, está o **Palazzo Fiano-Almagià** (Ver Imagem 28), que serviu de residência, entre os anos de 1488 a 1508, ao Cardeal Português D. Jorge da Costa, mais conhecidos como o Cardeal Alpedrinha, por causa da sua freguesia de nascimento. Tinha na Cúria Romana um papel de prestígio, por causa das suas grandes habilidades diplomáticas. Foi um grande mecenas e teve um papel activo no Hospício de Santo António dos Portugueses. Esteve encarregue das primeiras reformas feitas após a promulgação da bula, criando assim os primeiros estatutos desta instituição. Junto da sua residência encontrava-se, como já referimos, o Arco do Imperador Domiciano,

(Imagem 28) Palácio Fiano-Almagià

que em homenagem ao Cardeal D. Jorge da Costa ficou conhecido como Arco de Portugal, o que nos mostra a fama e o reconhecimento que o Cardeal teria na cidade. O Arco foi demolido, e como já vimos, algumas das suas partes foram reutilizadas na decoração de algumas igrejas ou colocadas em museus, como é o caso dos baixos-relevos que se encontra no Palácio dos Conservadores do Museu Capitolino.

(Imagem 29) Igreja Sta. Maria del Popolo

Continuando pela *Via del Corso* em direcção a *Piazza del Popolo*, esta maravilhosa praça é considerada hoje em dia uma das mais harmoniosas da cidade. Ao pé da Porta del Popolo encontramos a **Igreja de Santa Maria del Popolo** (Ver Imagem 29), no seu interior, repleto de deslumbrantes obras de arte, podemos encontrar, na nave lateral direita, o túmulo do Cardeal D. Jorge da Costa (Ver Imagem 30) que foi sepultado neste local em 1508, e as suas exéquias fúnebres, que tiveram duração de uma semana, foram relatadas por Paride de Grassis (cronista da época) nos seus Diários, um mês após o acontecimento. Morreu com 102 deixando em testamento uma grande fortuna que foi distribuída, por exemplo, para obras na Basílica de S. Pedro, legado em dinheiro e algumas igrejas da cidade, conventos e hospitais, entre outras causas.

(Imagem 30) Túmulo Cardeal D. Jorge da Costa

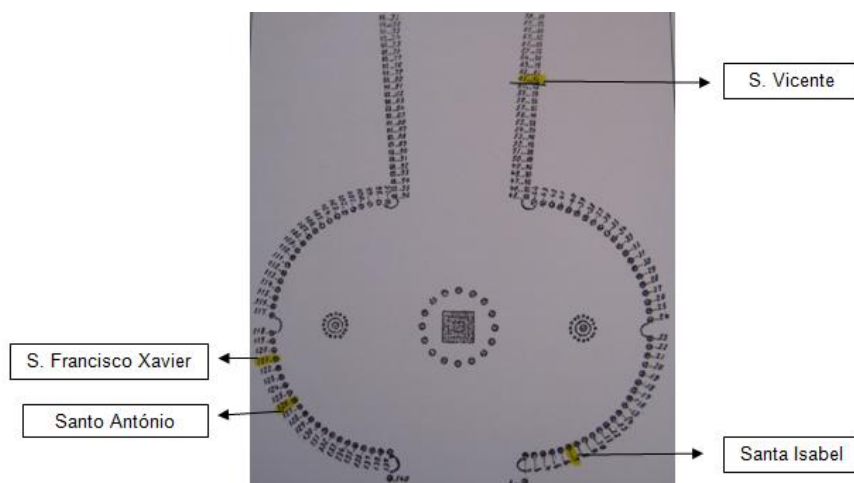
Partindo da *Piazza del Popolo*, continuamos pela *Via di Ripetta* até a *Piazza Augusto Imperatore*, nela se encontra o **Mausoléu di Augusto**, apesar do seu aspecto um pouco deteriorado hoje em dia, no passado foi a sepultura

mais prestigiosa da cidade, pertencendo ao Imperador Augusto. No século XVIII foi transformado, por uma família portuguesa de apelido Correia, num anfiteatro para espectáculo com animais.

Continuando a beira-rio até a *Ponte Sant'Angelo*, atravessemos esta deslumbrante ponte, com vista para o Mausoleu do Imperador Adriano, conhecido hoje em dia como *Castel Sant'Angelo*. Esta ponte decorada com 10 maravilhosos anjos concebidos por Bernini, representam as fases da paixão de Jesus Cristo. Hoje em dia, esta ponte é ponto de passagem de milhares de turistas ao ano, pela sua beleza arquitectónica. No passado foi uma das vias de acesso a um dos principais pontos de peregrinação de milhares de peregrinos que chegavam a cidade, o Vaticano, mais especificamente o túmulo de S. Pedro.

(Imagem 31) Castel Sant'Angelo

Após atravessarmos a *Ponte Sant'Angelo* estamos a poucos passos da *Basílica de S. Pedro*. Para chegarmos a ela só precisamos de atravessar a *Via della Conciliazione* e entrar na *Piazza di S. Pietro*. Este local com grande simbolismo, para o peregrino, também contém marcas da presença portuguesa. Logo na praça, entre as inúmeras estátuas que decoram a colunata encontramos representados 4 santos ligados a cultura portugueses, sendo 3 deles portugueses: a Rainha Santa Isabel, Santo António, S. Francisco Xavier e S. Vicente (Ver Planta 2). Ao entrarmos na basílica podemos

encontrar no nicho inferior do lado esquerdo da capela da cátedra, a estátua do fundador da Ordem Franciscana, S. Francisco de Assis, foi oferecida por Portugal, no século XVIII, *ordenada pelo geral dos Frades Menores, José Garcia. Fr. José Maria da Fonseca d'Évora, (…) financiou por benemerência de D. João V, as despesas de um tal trabalho*[176]. Também não devemos esquecer o apoio financeiro dado pela coroa e benfeitores portugueses para a construção da basílica.

(Planta 2)[177] Piazza S. Pietro – Colunata

(Imagem 32) Detalhe fresco – Capela Sistina

Outro local no interior do Vaticano onde podemos encontrar marcas nacionais é a própria Capela Sistina. Esta maravilhosa obra de arte, decorada, principalmente, pelo grande artista Michelangelo a pedido do Papa Júlio II, é a principal capela do palácio Vaticano, não só pela sua beleza, mas também porque é nela que se realiza o Conclave para a eleição do Papa. No famoso fresco do *Juízo Final*, entre as muitas figuras representadas, podemos observar duas figuras pendentes de um rosário, que caracterizam África e o Oriente (Ver Imagem 32), representando simbolicamente a evangelização levada a cabo nestes continentes, *Miguel Ângelo deixou neste quadro uma velada referência*

[176] CARDOSO, Arnaldo Pinto - *op. cit*. P. 123.

[177] Retirada da obra: CARDOSO, Arnaldo Pinto – *op. cit*. P. 190.

histórica à dilatação da fé empreendida pelos portugueses e um novo sinal de esperança para a Igreja dilacerada pelo cisma e pela heresia[178]. Também nesta capela num dos quadros pintados por Cosimo Rosseli, onde é retratado o *Sermão da Montanha* (Ver Imagem 33), podemos ver representado "*em primeiro plano no grupo do lado esquerdo, D. Garcia de Meneses é representado de frente, (…), de costas, mas com rosto de perfil (…) é o cavaleiro de Rodes, Tiago de Almeida*"[179]. Tinham sido enviados a Roma pelo rei D. Afonso V, fazendo parte da frota portuguesa da campanha em África.

(Imagem 33) Detalhe fresco – Capela Sistina

O nosso percurso termina aqui, no Vaticano (Ver Imagem 34), um dos principais pontos de peregrinação para muitos dos portugueses que vieram a esta cidade, por diversos motivos. Mas apesar das razões serem variadas, alguns deles, deixaram nesta cidade marcas da sua presença, contribuindo para a história da cidade e para nossa história no mundo.

(Imagem 34) Piazza S. Pietro

[178] CARDOSO, Arnaldo Pinto – *op. cit*. P. 68.

[179] CARDOSO, Arnaldo Pinto – *op. cit*. P. 45.

Ao longo deste percurso podemos visitar os seguintes pontos de interesse turística:

- Fontana di Trevi
- Piazza Spagna
- Piazza del Popolo
- Ara Pacis
- Castel Sant'Angelo
- Musei Vaticani
- (…)

Conclusão

O sentido deste relatório não foi tanto o de escrever as actividades desenvolvidas no estágio, mas dar sentido ao trabalho desenvolvido no estágio. Ou seja, procurou-se investigar para dar sentido ao património. Acabamos por lidar, em grande medida, com património documental de que cuja riqueza apenas enunciamos breves apontamentos.

Seja como for, se o nosso objectivo principal era o do estudo da comunidade portuguesa em Roma, de passagem pela cidade e assistida pelo antigo hospício português de Santo António, foi concretizado, para um breve período, se tomarmos em consideração o tratamento estatístico dos peregrinos e os assistidos no hospital, mas perpassaram muitas figuras que não se deixaram de assinalar.

Por outro lado, ficou bem patenteada a riqueza dos recursos patrimoniais existentes no Arquivo do Instituto Português, quer no sentido de reforçarem o estudo sobre a acção assistencial desta instituição, como ao nível das relações de poder com as instituições locais, com o governo português, com os próprios romanos, sem esquecer um trabalho de reconhecimento de todos os que se sepultaram na própria Igreja. O arquivo do IPSAR, embora necessite de um trabalho de inventariação, para conseguir conhecer melhor o seu conteúdo, é, consideramos, uma “mina” de informação ainda por explorar.

Por outro lado, embora fosse desejável ter comparado o hospício português aos das outras nações tal não foi possível, de momento, embora tentássemos localizar os que estavam mais próximos, como os de Santa Maria Dell’Anima e Sant Luigi dei Francesi. Seja como for gostávamos de destacar um projecto desenvolvido pelo Instituto Alemão de Santa Maria dell’Anima, em parceria com o Istituto Storico Germanico di Roma e a fundação alemã Gerda Henkel Stiltung, no qual foi desenvolvida uma base de dados dos registos do hospício alemão, tendo como fonte o livro de registo que se encontra desaparecido e do qual só existem registos fotográficos do mesmo. Esta base

de dados encontra-se, neste momento, online (www.dhi-roma.it/rompilger). A razão pela qual destacamos este projecto, não é pelo seu conteúdo, mas pela sua importância na valorização e protecção do património documental. Sabemos que no caso português a situação é diferente, mas de todas maneiras o nosso património documental está a ser esquecido e com eles estão-se a perder as nossas memórias.

Finalmente, este trabalho pretendeu valorizar o património documental e monumental na cidade de Roma. Procurou fazer uma chamada de atenção para a necessidade do estudo da presença portuguesa em Roma, como no mundo, porque, como tentámos transmitir ao longo deste trabalho, há meios para tais estudos serem desenvolvidos. A comunidade portuguesa ao longo dos séculos levou consigo a sua cultura a todos os cantos do mundo pelos quais passou e não ficou invisível. A invisibilidade é, sobretudo, actual.

No nosso pequeno roteiro pretendeu-se realçar alguns dos pontos mais relevantes da presença portuguesa em Roma, à volta dos locais onde nasceram os hospícios da nação portuguesa, que deram origem ao actual Instituto Português de Santo António em Roma. Aqui só apresentamos uma pequena parte do que podemos encontrar nesta cidade, com marca portuguesa, dado que, como foi explicado, este roteiro foi delimitado, no que diz respeito ao tempo e ao espaço.

Procurou-se mostrar um património que muitas das vezes passa despercebido aos próprios portugueses que visitam esta cidade, e, embora nos tenhamos centrado no hospício português, procurámos mostrar que a cidade está cheia de vestígios da presença portuguesa, que vão mais além dos que mencionámos ao longo da visita.

Acredita-se que esta proposta de roteiro seria aplicável a outras realidades. Neste caso foi a cidade de Roma, mas acreditamos que seria possível fazer de maneira semelhante noutras cidades europeias. Não se pretende transmitir uma ideia nacionalista, mas de preservação e valorização daquilo que é nosso, da nossa história, da minha própria memória de um estágio.

Impõe-se concluir que foi dado mais um passo para a conservação da nossa memória, agora resta não esquecer.

Fontes utilizadas

- AIPSAR, Cod. CC 12 (Peregrinos do Hospício de Santo António 1786-1825)
- AIPSAR, Cod. CC1 (Registo da Enfermaria 1737-1802)
- AIPSAR, Cod. BB 5 (Livro das Congregações 1772-1793)
- AIPSAR, Cod. BB 6 (Livro das Congregações 1794-1802)
- AIPSAR, Cod. DD 3 (Registro dei Mandati 1777-1786)
- AIPSAR, Cod. DD 4 (Registro dei Mandati 1786-1793)
- AIPSAR, Cod. DD 5 (Registro dei Mandati 1793-1798)

Bibliografia consultada

- ALASTRI, Mariano da – Il Medievo Evo. In *Carità Cristiana in Roma*. A cura di Vincenzo Monachino. Bologna: Cappelli Editore, 1968.
- AUGUSTO, Sara – *Peregrinações: Roma e Santiago de Compostela*. Lisboa: Edições Cosmo, 1999.
- BENEDETTO, Giovanni e RENDINA Claudio. *Storia di Roma Moderna e Contemporanea*. Roma: Newton e Compton Editori, 2004.
- BOUTRY, Philippe; JULIA, Domique – Les pèlerins français à Rome au XVIII siècle d’après les pés registres de Saint-Louis-des-Français. In *Collection de L’École Française de Rome: Pelerins et Pelerinages dans L’Europe Moderne*. Direcção Philippe Boutry e Domique Julia. Nº 262. Roma: L’École Française de Rome, 2000, pp. 403-454.
- BRICE, Catherine – La Roma dei Francesi una modernizzazione Imposta. In *Roma Moderna*. A cura di Giorgio Ciucci. Milano Edizione Mundolibri, 2001.
- CARDOSO, Arnaldo Pinto – *A Presença Portuguesa em Roma*. Lisboa: Quetzal Editores, 2001.
- CARDOSO, Arnaldo Pinto – *Santo António dos Portugueses em Roma: Guia Artístico e Histórico da Igreja*. Roma: Instituto Português de Santo António em Roma, 1996.
- CASTRO, José de – *Portugal em Roma*. 2 Vols. Lisboa: União Gráfica, 1939.
- COSTA, A. D. Sousa – Hospitais e Albergarias na Documentação Pontifícia da Segunda Metade do Século XV. In *A Pobreza e a Assistência aos Pobres na Península Ibérica durante a Idade Média*. Vol 1. Lisboa: I.A.C., 1973.
- CRETONI, Antonio – *Roma Giacobina: Storia della Repubblica Romana de 1798-1799*. (s.l.): Istituto di Studio Romani Edizioni Scientifiche Italiane, 1991.

- DONATO, Maria Pia – Roma in Revoluzione (1798, 1848, 1870). In *Storia d'Italia: Roma, Città del Papa Vita Civile e Religiosa dal Giubileo di Bonifacio VIII al Giubileo di Papa Wojtyla*. Annali 16. A cura di Luigi Forani e Adriano Prosperi. Torino: Giulio Einaudi Editore, 2000.
- *Estatutos da Igreja e Hospital de Santo António dos Portugueses em Roma, Anno de 1593*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1888.
- *Estatutos da Venerável Igreja e Hospital de Santo António da Nação Portuguesa em Roma.* Roma: Câmara Apostólica 1683.
- FOSI, Irene. Fasto e Decadenza degli Anni Santi. In *Storia d'Italia: Roma, Città del Papa, Vita Civile e Religiosa dal Giubileo di Bonifacio VIII al Giubileo di Papa Wojtyla*. Annali 16. A cura di Luigi Fiorani e Adriano Prosperi. Torino: Giulio Editore, 2000.
- FRUTAZ, Amato Pietro – Le Piante di Roma. Vol. III. Roma: Istituto di Studio Romani, 1962.
- GATTO, Ludovico – *Il Medievo: Giorno per Giorno*. Roma: Newton e Compton Editori, 2006. P. 45.
- JULIA, Dominique – L'Accoglienza dei Pellegrini a Roma. In *Storia d'Italia: Roma, Città del Papa, Vita Civile e Religiosa dal Giubileo di Bonifacio VIII al Giubileo di Papa Wojtyla*. Annali 16. A cura di Luigi Fiorani e Adriano Prosperi. Torino: Giulio Einaudi Editore, 2000.
- LEVI, Joseph Abraham -Portugal meets Italy:the Sephardic Communities of the Diaspora on Italian Soil (1496-1600). *Cadernos de Estudos Sefarditas*, n.º 5, 2005, p. 159-206.
- LINDEMANN, Mary – *Medicina e sociedade no Início da Europa Moderna: Novas Abordagens da História Europeia*. Lisboa: Editora Replicações, 2002.
- MARQUES, José – Peregrinos e peregrinações medievais do ocidente peninsular nos caminhos da terra Santa. Actas d'A pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibérica. Durante a Idade Média. Tomo I, Lisboa 1973.
- MORONI, Gaetano – *Dizionario di Erudizione Storico-Ecclesiastico*. Vol L. Venezia: Tipografia Emiliana, 1851. P. 263.

- NOVOA, James W. Nelson - The Departure of Duarte de Paz from Rome in the light of documents from the Vatican Secret Archive. *Cadernos de Estudos Sefarditas*, n.º 7, 2007, p. 273-300;
- OLIVEIRA, Américo do Couto – *Situação Jurídica do Instituto de Santo António dos Portugueses em Roma e a sua Igreja*. Roma, s.n. [Oficina Gráfica da Tilgrafia, Braga], 1987.
- PAILE, Miguel de Almeida – *Santo António dos Portugueses em Roma*. 2 Vols. Lisboa: União Gráfica, 1951 – 1952.
- PAIVA, José Pedro - "Introdução". *Portugaliae Monumenta Misericordiarum – Antes da Fundação das Misericórdias*, vol. 2, Lisboa, União das Misericórdias Portuguesas, 2002, pp. 7-20.
- PIÑERO, Manuel Vaquero – L'Ospedale della Nazione Castigliana in Roma tra Medievo ed età Moderna. In *Roma Moderna e Contemporanea: Rivista Interdisciplinare di Storia*. Direttore Giuseppe Talamo. Roma, 1993, nº1, pp. 57-81.
- RAMOS, Luís António de Oliveira - Da ilustração ao Liberalismo. Porto: lello Editores/Temas Históricos. 1979
- RENDINA, Claudio – *I Papi: Storia e Secreti*. Vol. II. Roma: Newton e Compton Editori, 2004.
- RENDINA, Claudio – *Le Chiese di Roma*. Roma: Newton Compton Editori, 2007; ALASTRI, Mariano da – Il Medievo Evo. In *Carità Cristiana in Roma*. A cura di Vincenzo Monachino. Bologna: Cappelli Editore, 1968;
- ROCCA, Sandra Vasco; BORGHINI, Gabriele e FERRARIS, Paola. *Roma Lusitana/ Lisbona Romana.* Roma: Argos Edizioni, 1990.
- ROMANI, Mario – *Pellegrini e Viaggiatori nell'Economia di Roma dal XIV al XVII* Secolo. Milano: Società Editrice Vita e Pensiero, 1948.
- ROSA, Maria de Lurdes – S. Antonio dei Portoghesi: Elementos para a História do Hospital Nacional Português em Roma (sécs. XIV-XX). In *Lusitânia Sacra*, Revista do Centro de Estudos de História Religiosa, Universidade Católica Portuguesa, 2ª Serie, Tomo V, pp. 319 – 378, Lisboa, 1993.

- ROSA, Maria de Lurdes – Sant'Antonio dei Portoghesi, 1786-1825, Le pèlerinage portugais à Rome dans le contexte dévotionel du Portugal de la fin de l'Ancien Règime. In Collection de L'École Française de Rome: Pelerins et Pelerinages dans L'Europe Moderne. Direcção Philippe Boutry e Dominique Julia. Nº 262. Roma: École Française de Rome, 2000. P 355-402.
- STANNEK, Antje – Les pèlerins allemands à Rome et à Lorette à la fin du XVII e tau XVIII siècle. In *Collection de L'École Française de Rome: Pelerins et Pelerinages dans L'Europe Moderne*. Direcção Philippe Boutry e Domique Julia. Nº 262. Roma: L'École Française de Rome, 2000, pp. 327-354.
- TOGNARINI, Ivan – *Le Repubbliche Giacobina e Napoleonica*. Vol 13. Direzione Giovanni Cherubini; e outros. Milano: Teti Editore, 1785. P 59-92.
- VILLAPADIERNA, Isidora da – L'Età Moderna. In *Carità Cristiana in Roma*. A cura di Vincenzo Monachino. Bologna: Cappelli Editore, 1968;
- WOOLF, Stuart J. – La Storia Politica e Social. In *Storia d'Italia: dal primo settecento all'unità*. Vol 3. Torino: Giulio Einaudi Editore, 1973.

- http://pt.wikipedia.org/wiki/Rep%C3%BAblica_Romana_(1798-1799), consultado em 23 Setembro 2011.
- http://www.santiebeati.it/dettaglio/49600, consultado em 24 de Setembro de 2011)
- http://www.arqnet.pt/portal/pessoais/alorna_1780.html#nota08, consultado em 23 Setembro 2011.

Índice Tabelas e Quadros

Índice Gráficos

Índice Imagens[180]

[180] Imagens da autora (Abril 2011)

Índice Mapas e Plantas

Anexos

1. Registos Hospício Português (1785-1796)[181]

Livro; em que se notaõ os Portuguezes, que vem de Portugal, e saõ Hospedados nesta Casa de S.to Antonio de Roma

Começa em Janeiro de 1786
Por ordem do Illmo Sr P. Gregorio Pedro Pereira Governador actual desta Regia Igreja, e Casa de Antonio

No principio de Janeiro de 1786 achaõ-se neste Hospicio os seguintes Portuguezes.

O P. Jozé Pereira de Morais subdiacono do Bispado do Porto, que pertende receber as mais Ordens sacras: Veio aos 22 de Settembro proximo passado. Recebeo as outras Ordens sacras e sacerdocio no mez de Março, e Abril de 1786.

O Clerigo Joaquim Antonio Correa Minorista de 3 graos natural do Celorico Bispado da Guarda. Chegou aos 12 de Outubro passado: pertende receber todas as ordens. No mez de Março recebeu todas as ordens sacras. Celebrou Missas nesta Igr.a de S.to Ant.o e partio p.a Portugal aos 22 de Abril de 1786.

(Imagens Fornecidas pelo IPSAR)

[181] Fonte: AIPSAR, Cod. CC 12 (Peregrinos do Hospício de Santo Antonio 1786-1825)

Nº	Pessoa	Origem	Estatuto Social	Razão da Viagem	Entrada	Saída
1	P. Jozé Pereira de Morais	Bispado do Porto	Subdiacono	"Pretende receber as mais Ordens sacras"	22 Setembro 1785	X
2	Joaquim Antonio Correa	"Natural do Celorico, Bispado da Guarda"	Clerigo, minorista de 3 graos	"Pretende receber todas as ordens"	12 Outubro 1785	22 Abril 1786
3	Jozé Saraiva	Termo de Celorico, Bispado da Guarda	"Clerigo minorista de graos"	"Pretende receber as ordens sacras"	22 Outubro 1785	2 Abril 1786
4	Joze Antonio dos Reis	Peniche	"Soldado, que desertou do Regimento de Peniche"	X	29 Novembro 1785	30 Janeiro 1786
5	Fr. Manoel de S. Bento	"Habitava no Convento visinho a Ovar"	Franciscano da Ordem de S. Bento	X	21 Dezembro 1785	30 Janeiro 1786
6	Fr. Jozé de S. Basilio (nome secular: Jozé Basilio Rodrigues das Neves)	Natural da cidade de Aveiro	Religioso Teresiano, Estudante Theologo	X	21 Dezembro 1785	9 Março 1786

7	Antonio Luiz (Jozé Luiz, nome verdadeiro)	Porto	Soldado, desertor do Regimento do Porto	X	6 Janeiro 1786	26 Janeiro 1786
8	Antonio Biscaia	Natural de Castelo de Nisedo Alentejo	X	X	7 Janeiro 1786	26 Janeiro 1786
9	Alexandre de Gouvea (nome proprio Antonio Ribeiro)	Natural da cidade do Porto	Dispensando	X	10 Janeiro 1786	28 Março 1786
10	Manoel Joze de Almeida	Natural do Colmeal junto a Goes do Bispado de Coimbra	Sacerdote	"Pretendia entrar na Religiao nova dos Nazarenos e procurando por meio de pessoas que o desejavam ajudar para o seu intento o habiltarse para poder dar missa"	27 Janeiro 1786	30 Janeiro 1786
11	Jozé Simoens	Verdemilho, suburbio da Cidade de Aveiro	Peregrino dispensante	X	5 Fevereiro 1786	28 Março 1786
12	Jozé da Silva Alvaréz	X	Peregrino	X	7 Abril 1786	X
13	Antonio Ferreira (mulher Clemencia	X	Peregrinos	X	29 Abril 1786	X

	Rosa)					
14	Jozé Martins Bayãn (entrou e saiu)	"Das partes do Alentejo junto a Évora"	Dispensante	Girar por Itália	23 Abril 1786	? Maio 1786
	(nova entrada nº 14)				? Junho 1786	8 Julho 1786
15	R. P. Bernardino de Torres	"Villa de Thomar"	(Foi) Religioso da Ordem 3ª de S. Francisco	X	9 Maio 1786	X
16	Nicolao Moreira	Barroso em Trás dos Montes	Peregrino	X	10 Maio 1786	7 Junho 1786
17	Fr. Antonio da Virgem Maria	Província de S. Francisco da Cidade	Religioso Franciscano	"Vem a negócios seus particulares"	15 Maio 1786	14 Junho 1786
18	Fr. João Correa de Avellar	"Habitavam no Convento de Torrer Novas"	Religioso Leigo Carmelitano calçado	"Vem a negócios particulares"	19 Maio 1786	14 Junho 1786
19	Fr. João de Pennacova	Província da Soledade	Religioso Franciscano	X	19 Maio 1786	22 Maio 1786
20	Fr. Francisco de Coimbra	Provincia de Soledade	Religioso Franciscano	X	19 Maio 1786	22 Maio 1786
21	Manoel Alvares de	X	Dispensante	X	18 Junho 1786	X

	Chaves					
22	Fr. Joze de Sta. Coleta	X	Religioso Profeso e Sacerdote da Ordem Terceira de S. Francisco	X	18 Junho 1786	23 Junho 1786
23	D. Fr. Manoel do Rosario	Provincia de S. Antonio de Padua. Natural de Lisboa	X	X	1 Julho 1786	6 Agosto 1786
24	Antonio Dias dos Santos	X	Dispensante	X	1 Julho 1786	16 Agosto 1786
25	Luiz Teixeira	X	Dispensante	X	1 Julho 1786	16 Agosto 1786
26	Francisco de Sales Gonçalves Vieira	"Das partes de Marianna no Brasil"	Estudante	"Que vem para ser ordenado"	3 Julho 1786	7 Julho 1786
27	Domingos Gomes	X	Dispensante	X	1 Julho 1786	16 Agosto 1786
28	P. Raimundo Maria Nogueira	Natural de Lisboa	Sacerdote Secular	"Que vem por suas dependências"	3 Julho 1786	13 Julho 1786
29	Joze Pires de Oliveira	Natural das vizinhanças de Coimbra perto dos Fornos	Dispensante	X	4 Julho 1786	8 Agosto 1786

30	Salvador Martins	Algarve	Dispensante	X	8 Julho 1786	8 Agosto 1786
31	Manuel Viega	Algarve	Dispensante	X	8 Julho 1786	8 Agosto 1786
32	Custodio Joze Joaquim, "de Maçarellos por sobrenome"	X	Dispensante	X	11 Julho 1786	21 Julho 1786
33	Manoel Fernandes	Algarve	Dispensante	X	17 Julho 1786	16 Agosto 1786
34	Domingos Joze Barroso	Natural de Servas (?) nas vizinhanças de Chaves"	X	"Para visitar os lugares santos de Roma"	20 Julho 1786	16 Agosto 1786
35	Bento Joze da Costa	Natural de Servas (?) junto a Chaves"	X	"Para visitar S. Pedro"	20 Julho 1786	16 Agosto 1786
36	Antonio de Almeida, alias Fr. Antonio do Bom Sucesso	"Estava no convento de Jesus em Lisboa"	"Religioso sacerdote da Ordem Terceira, veio com hábito secular"	X	29 Julho 1786	X
37	Fr. Manoel de S. Mamede	"Natural do Reino Provincia do Minho"	"Sacerdote da Ordem de S. Francisco da Província de S. Antonio do Brasil"	X	9 Agosto 1786	4 Outubro 1786

38	Francisco Joze Nogueira da Silva Brandão	"He do Bispado de Aveiro"	Estudante	"Para ser ordenado"	9 Agosto 1786	X
39	Domingos Nogueira da Silva Brandão	"He do Bispado de Aveiro"	Estudante	"Para ser ordenado"	9 Agosto 1786	X
40	Antonio de Almeida Janão	"He do Bispado de Aveiro"	Estudante	"Para ser ordenado"	9 Agosto 1786	X
41	João Tavares	"He do Bispado de Aveiro"	Estudante	"Para ser ordenado"	9 Agosto 1786	X
42	Manoel Ribeiro Nogueira Sa Silva	"He do Bispado de…"	Estudante	"Para ser ordenado"	10 Agosto 1786	X
43	Fr. Antonio da Conceição	X	Leigo Arrabido	X	12 Agosto 1786	21 Agosto 1786
44	Fr. Manoel de Jesu Maria	X	Leigo Arrabido	X	12 Agosto 1786	29 Agosto 1786
45	Fr. Bernardo da Virgem Maria	X	"He religioso Leigo de S. Jeronimo"	X	30 Setembro 1786	X
46	Joze de Sousa	Cidade de Faro	Peregrino	X	8 Outubro 1786	26 Outubro 1786
	(nova entrada nº 46)	Cidade de Faro	Peregrino	X	31 Outubro 1786	21 Novembro 1786
47	Joze Rodrigues	Arcebispado de	Peregrino	X	27 Outubro 1786	21 Novembro 1786

	Calheiro	Braga				
48	Fr. Antonio Luiz dos Santos	X	Religioso Leigo Carmellita	X	27 Outubro 1786	2 Maio 1787
49	Domingos Gonçalves	X	Peregrino	X	20 Outubro 1786	21 Novembro 1786
50	Antonio Bernardo Leite Resende	X	Estudante	X	30 Outubro 1786	1 Dezembro 1786
51	R. Dr. Ignacio Jozé Meirelles	X	"Religioso, que era de S. Francisco dos observantes e ao (?) com benevolo receptor"	X	3 Novembro 1786	3 Maio 1787
52	Joze Manoel de Morais	X	Peregrino	X	5 Novembro 1786	21 Novembro 1786
53	Manoel Pereira	"He de Penaguião Arcebispado de Braga"	Dispensante	X	7 Novembro 1786	X
54	Frei João de N. Sra. do Rosario	X	Religioso Franciscano Reformado	X	2 Dezembro 1786	? Fevereiro 1787
55	Fr. Joaquim da Gloria	X	Religioso Franciscano Observante do	X	3 Dezembro 1786	5 Dezembro 1786

			Faial			
56	Fr. Joze de S. Rosa de Lima	X	Carmelita calçado sem grao de ordens	X	3 Dezembro 1786	X
57	Fr. Joze dos Reis	X	Carmelita calçado	"Vem para se ordenar de missa; pois he Diacono"	3 Dezembro 1786	? Março 1787
58	Ignacio Machado	Natural de Angola	X	X	3 Dezembro 1786	5 Dezembro 1786
59	João da Costa Pereira	X	Subdiacono	X	5 Dezembro 1786	X
60	Fr. Pedro de Jesus Maria	"Que estava no Convento da Boa Morte de Lisboa"	Monge de S. Paulo	X	14 Dezembro 1786	25 Abril 1787
61	Fr. Manoel de N. Sra. do Monte do Carmmo	X	Ermitao da Arrabida	X	19 Dezembro 1786	? Abril 1787
62	Fr. Felis da Natividade	X	Leigo Franciscano	X	? Janeiro 1787	X
63	Fr. Antonio de Serpas	"Da Provincia da Piedade do Alemtejo"	Franciscano	X	10 Fevereiro 1787	? Abril 1787
64	Manoel Affonso	X	Peregrino	X	18 Fevereiro 1787	X
65	Luiz Antonio da Silva e	X	Ordinando	X	20 Fevereiro 1787	? Julho 1787

	Souza					
66	Felis Joze de Magalhaens	X	Peregrino "depois se soube se dispensante	X	22 Fevereiro 1787	7 Maio 1787
67	Sr. Donato Antonio Pereira "ou da Piedade"	Convento da Arrabida	X	X	2 Março 1787	7 Maio 1787
68	Francisco Joze	Do Rabaçal	Peregrino	X	31 Março 1787	? Abril 1787
69	Joze Baptista	Da Villa de Midoens	X	X	17 Abril 1787	10 Maio 1787
70	Fr. Lourenço de Jesus Maria	X	Diacono Religioso Franciscano Observante	X	24 Abril 1787	9 Agosto 1787
71	Fr. Antonio da Conceição e S. Anna	X	Leigo Franciscano observante	X	24 Abril 1787	X
72	Fr. Joze de S. Anna	X	Franciscano observante subdiacono	X	24 Abril 1787	9 Setembro 1787
73	Fr. Antonio Gonçalves	Villa Real	Franciscano Observante	X	24 Abril 1787	? Maio 1787

74	Miguel Guedes	X	Peregrino	X	14 Maio 1787	? 1787
75	Fr. Elias de S. João Nepomucono	Provincia dos Algarves	Franciscanos Observante	x	18 Maio 1787	18 Junho 1787
76	Antonio Alves	X	Dispensante	X	25 Maio 1787	9 Julho 1787
77	Fr. Paulino de Viana	Provincia dos Algarves	Diacono	X	4 Junho 1787	11 Julho 1787
78	Dr. Pedro Mendes Correa	Villa Nova de Portimão	"Formado em Canones, sem ordens menores"	"Vem para receber as ordens sacras"	4 Junho 1787	14 Junho 1787
79	Fr. Geronimo de S. Barbara	X	Sacerdote Augustiniano descalço	X	20 Junho 1787	25 Junho 1787
80	Fr. Joaquim de S. Carlo	X	Sacerdote Augustiniano descalço	X	20 Junho 1787	9 Setembro 1787
81	Fr. Thomas de Jesu Maria	X	Sacerdote Augustiniano descalço	X	14 Junho 1787	25 Julho 1787
82	Fr. Joze de Deos	X	Augustiniano descalço	X	14 Junho 1787	15 Setembro 1787

83	P. Joaquim Orvalho de Almeida	Natural de Portel	X	X	29 Junho 1787	7 Janeiro 1788
84	Antonio Joaquim Pereira	Coimbra	Peregrino	X	7 Julho 1787	11 Julho 1787
85	Luiz Nunes Joia	X	Dispensante	X	13 Julho 1787	? Setembro 1787
86	Domingos Antonio Carneiro	Villa de Moura	Peregrino	X	16 Julho 1787	24 Julho 1787
87	P. Joze Joaquim Barretto	Bispado de Bragança	Subdiacono	X	18 Julho 1787	? Novembro 1787
88	João Alves	Das partes de Monforte	Dispensante	X	18 Julho 1787	25 Setembro 1787
89	P. Ambrosio de S. Aleixo	X	Sacerdote Regular da Congregaçao da Sra. da Conceiçao de Polónia	X	6 Agosto 1787	1 Setembro 1787
90	Joze Antonio	Do termo de Lisboa	Peregrino	X	23 Agosto 1787	28 Agosto 1787
91	Fr. Pedro do Espirito Santo	X	Sacerdote da 3ª Ordem de S. Francisco	X	X Agosto 1787	10 Setembro 1787

92	Fr. Antonio	Braga da Reforma de S. Antonio	X	X	1 Setembro 1787	6 Setembro 1787
93	Sr. Manoel Esteves Delgado	Das vizinhanças de Pinhel	Ermitão	X	2 Setembro 1787	16 Outubro 1787
94	Fr. Joze de Sta. Rita	X	Religioso Carmelitano Descalço e missionario no Brasil	X	7 Setembro 1787	26 Dezembro 1787
95	João Pereira	Natural de Valga junto a Ovar	Peregrino	X	22 Setembro 1787	16 Outubro 1787
96	Sr. Andre Pereira	X	Franciscano	X	22 Setembro 1787	25 Setembro 1787
97	Vicente Antonio	Natural de Villa Viçosa	Peregrino	X	25 Setembro 1787	1 Outubro 1787
98	Joze Barbosa de Britto	He natural da America	Ordinando	X	1 Outubro 1787	29 Janeiro 1788
99	Jozé Chrisostomo de Mendoça	He natural da America	X	X	4 Outubro 1787	X
100	Bento Antonio	Lisboa	Peregrino	X	14 Outubro 1787	? Janeiro 1788
101	Francisco Joze de Carvalho	X	Ordinando	X	15 Outubro 1787	19 Outubro 1787

102	Antonio Raymundo	X	Ordinando	X	15 Outubro 1787	19 Outubro 1787
103	Bernardo Joze Pereira	X	"Marinheiro"	X	16 Outubro 1787	? Novembro 1787
104	Joze Antonio de Almeida	Bispado de Braga	Peregrino	X	30 Outubro 1787	? 1787
105	Joze Antonio	Bispado de Lamego	Peregrino	X	30 Outubro 1787	? 1787
106	João Baptista	"Do Rio de Janeiro mulato"	Peregrino	X	31 Outubro 1787	? 1787
107	Fr. Silverio da Piedade	X	Religioso Antoninho	X	2 Novembro 1787	X
108	P. Joze Fr. Guedes Leitão	X	Subdiacono	X	3 Novembro 1787	8 Fevereiro 1788
109	Joze Correa Cabral	Bispado de Viseu	Ordinando	X	4 Novembro 1787	28 Fevereiro 1788
110	Giraldo Jozé de Abrantes	Bispado de Viseu	Ordinando	X	4 Novembro 1787	28 Fevereiro 1788
111	Fr. Antonio de N. Sra.	Província dos Algarves natural de Aguas Teras	Sacerdote Franciscano	X	12 Novembro 1787	14 Janeiro 1788
112	Fr. Joaquim de N. Sra. da Estrela	X	Leigo Franciscano	X	12 Novembro 1787	28 Novembro 1787

113	Henrique Jozé	Do Campo d'Ourique	Peregrino	X	21 Novembro 1787	20 Dezembro 1787
114	Fr. João Vieira	Convento do Vimieyro	Da ordem Terceira	X	1 Dezembro 1787	X
115	João Francisco	X	Dispensante	X	2 Janeiro 1788	18/20 Janeiro 1788
116	Joze Antonio Gonçalves	X	Peregrino	X	4 Janeiro 1788	X
117	Fr. Joze de Simõ Nome de Maria	X	Franciscano Reformado	X	25 Janeiro 1788	28 Janeiro 1788
118	Manoel Francisco da Rocha	X	Ordinando	X	25 Janeiro 1788	? 1788
119	Francisco X(er) de Mendoça	X	Ordinando	X	30 Janeiro 1788	? 1788
120	João Rodrigues	X	Ordinando	X	30 Janeiro 1788	? 1788
121	Antonio Joze	X	Ordinando	X	30 Janeiro 1788	? 1788
122	Andre de Paiva	X	Ordinando	X	30 Janeiro 1788	? 1788
123	Fr. Joze da N. Sra. da Gloria	X	Reformado Franciscano	X	4 Fevereiro 1788	20 Fevereiro 1788
124	Francisco de Paula de Brito Pedrosa	Natural de Santarem	Ordinando	X	3 Março 1788	? Abril 1788

125	Joaquim Antonio Vidigal	Alentejo	Dispensando	X	3 Março 1788	? Março 1788
126	Sebastião Fernandes	X	Peregrino	X	7 Março 1788	? Abril 1788
127	P. Bernardo da Purificação	S. Francisco, província dos Algarves	Religioso	X	18 Março 1788	? Abril 1788
128	Jozé Martins Mourão	X	X	X	20 Março 1788	3 Abril 1788
129	Fr. João Correa do Avelhar	x	X	X	31 Março 1788	? Maio 1788
130	Joze Soares	X	X	X	8 Abril 1788	24 Maio 1788
131	Joze Correa	X	X	X	8 Abril 1788	? Maio 1788
132	Joze Salgado Bahia	X	X	X	8 Abril 1788	X
133	Manoel Joze dos Santos	X	x	X	14 Abril 1788	23 Maio 1788
134	Fr. Luiz da Costa Minimo de S. Francisco de Paula	X	X	X	3 Junho 1788	13 Junho 1788
135	Manuel Antonio Guerreiro	Odemira no Alentejo	Peregrino	X	3 Junho 1788	? Julho 1788
136	Sr. José de Espirito	X	Ermitão	X	9 Junho 1788	8 Julho 1788

	Santo					
137	Manuel Lourenço	"He do Tripeiro freguesia de S. Vicente da Beyra Terra do Bispo de Castello Brnaco"	Dispensante	X	20 Junho 1788	8 Julho 1788
138	Antonio Nunez da Silva	X	Ordenando	X	22 Junho 1788	? Setembro 1788
139	Sr. Manuel dos Santos	X	Ermitão	X	29 Junho 1788	22 Julho 1788
140	Nicolao Antonio Pereira	Lisboa	Peregrino	X	5 Julho 1788	21 Julho 1788
141	José Alvarez	Vila de "Allandra"	X	X	22 Julho 1788	? Julho 1788
142	Ignacio Vicente da Paixão	X	Ordenando	X	6 Agosto 1788	? Setembro 1788
143	Manuel Coelho	X	Ordenando	X	6 Agosto 1788	? Setembro 1788
144	Pedro Lopez	X	Ordenando	X	6 Agosto 1788	? Setembro 1788
145	Antonio Marquez dos Santos	X	Ordenando	X	18 Setembro 1788	X
146	José João da Cruz	X	Peregrino	X	12 Outubro 1788	X
147	Fr. Bernardino de S. Antonio	X	Religioso da 3ª Ordem	X	13 Outubro 1788	1 Dezembro 1788

148	Fr. Paulo de S. Mathias	X	Religioso da 3ª Ordem	X	13 Outubro 1788	1 Dezembro 1788
149	Antonio de Freitas	Alentejo	Dispensante	X	23 Outubro 1788	2 Novembro 1788
150	Fr. Jose de S. Jeronymo	X	Franciscano	X	5 Novembro 1788	22 Novembro 1788
151	Innocencio Jose	X	Peregrino Marinheiro	X	10 Novembro 1788	20 Novembro 1788
152	José Correa Cabral	X	Ordenando	X	22 Novembro 1788	31 Janeiro 1789
153	Giraldo José de Forante	X	Ordenando	X	22 Novembro 1788	31 Janeiro 1789
154	Antonio Miguel	X	Dispensante	X	30 Novembro 1788	X
155	José Martins	X	Peregrino	X	1 Dezembro 1788	X
156	Manoel Antonio	X	Peregrino	X	4 Dezembro 1788	X
157	Manoel Preto	X	Peregrino	X	27 Dezembro 1788	12 Janeiro 1789
158	Francisco Silva	X	Peregrino	X	10 Janeiro 1789	31 Janeiro 1789
159	P. Fr. José de N. Sra. das Dores	X	Arrabido	X	23 Janeiro 1789	X
160	P. Fr. Manoel Baptista	X	X	X	24 Janeiro 1789	9 Fevereiro 1789
161	Manoel Rosa	X	X	X	14 Fevereiro 1789	? 1789

162	P. Manoel de Sexas	X	X	X	18 Fevereiro 1789	15 Março 1789
163	Felix da Costa	X	Peregrino	X	11 Março 1789	1 Abril 1789
164	Fr. Joaquim de S. Anna	X	"Franciscano Leygo"	X	16 Março 1789	1 Abril 1789
165	Fr. Francisco de S. Jozé	X	"Leygo 3º"	X	24 Março 1789	X
166	Martinho João Lopez	X	Peregrino	X	27 Março 1789	1 Abril 1789
167	Manoel de Carvalho	X	Peregrino	X	1 Abril 1789	20 Abril 1789
168	Jose Montinho	X	"subdiacono, Frade"	X	13 Abril 1789	? Maio 1789
169	Jose Antonio de Azevedo	X	Dispensante	X	28 Maio 1789	20 Julho 1789
170	Manoel da Rosa	X	X	X	5 Maio 1789	13 Maio 1789
171	Pedro Jose da Silva	X	"Peregrino Marinheiro"	X	16 Junho 1789	19/21 Junho 1789
172	Pedro Jose	X	Peregrino	X	26 Junho 1789	15 Julho 1789
173	Bernardo Jose	X	Peregrino	X	29 Junho 1789	15 Julho 1789
174	Manoel jose Correa	X	X	X	27 Junho 1789	X
175	Joze Antonio de Lima	X	X	X	1 Julho 1789	20 Julho 1789

176	Leonardo Jose Teixeira	X	X	X	20 Julho 1789	? 1789
177	Joaquim Manoel	X	X	X	29 Julho 1789	X
178	Narcizo do Nascimento	X	Dispensante	X	11 Agosto 1789	2 Setembro 1789
179	Antonio Marcellino Rodondo	X	Peregrino	X	2 Setembro 1789	6 Setembro 1789
180	Antonio JoseTellez	X	Dispensante	X	10 Setembro 1789	20 Outubro 1789
181	Manoel Pereira de Seva	X	Sacerdote	X	10 Setembro 1789	14 Setembro 1789
182	Fr. Antonio da Conceyção de S. Anna	X	Franciscano	X	29 Setembro 1789	14 Outubro 1789
183	Fr. Jose de S. Anna	X	Franciscano	X	29 Setembro 1789	14 Outubro 1789
184	Manoel Diaz	X	X	X	1 Outubro 1789	X
185	Antonio Jose	X	Dispensante	X	24 Outubro 1789	23 Novembro 1789
186	Miguel Peccador	X	X	X	18 Novembro 1789	X
187	João Baptista da Motta	X	Dispensante	X	28 Novembro 1789	7 Janeiro 1790
188	Manuel Pinto	X	Dispensante	X	28 Novembro 1789	7 Janeiro 1790
189	Marco Antonio Pereira	X	Peregrino	X	29 Novembro 1789	X
190	José Lopez	X	Dispensante	X	29 Novembro 1789	X

191	Fr. Simão da Concepção Sodre	Rio de Janeiro	Carmelita Calçado	X	29 Novembro 1789	X
192	Domingos Jose Guerreiro	X	X	X	24 Dezembro 1789	X
193	Jose Manoel Ribeiro	X	X	X	8 Janeiro 1790	11 Janeiro 1790
194	João da Costa	X	X	X	8 Janeiro 1790	11 Janeiro 1790
195	João Duarte	X	Dispensante	X	27 Março 1790	12 Maio 1790
196	João Baptista de Carvalho	X	Dispensante	X	10 Maio 1790	3 Junho 1790
197	José Manteyro	X	Peregrino	X	11 Maio 1790	12 Maio 1790
198	Francisco Lourenço	X	Dispensante	X	13 Maio 1790	3 Junho 1790
199	Francisco Antunes	X	Eremitão	X	24 Maio 1790	X
200	Miguel de S. Luiz	X	Eremitão	X	27 Maio 1790	X
201	Alexandre Pereira de Mello	X	"Peregrino, sendo religioso Bento e sacerdote"	X	21 Junho 1790	25 Junho 1790
202	Jose de Mattos	X	Peregrino	"Vem para impetrar de Deus por intercessão de	27 Junho 1790	X

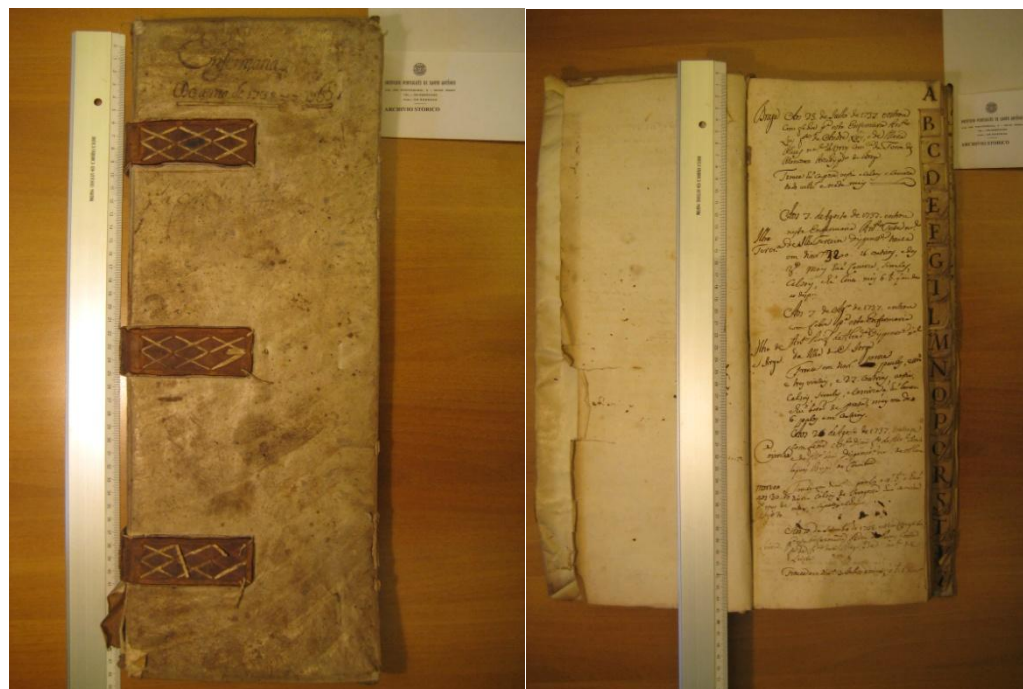
				Labre"		
203	Luiz Pinto	X	Dispensante	X	11 Julho 1790	20 Agosto 1790
204	Francisco da Silva	X	Peregrino	X	15 Julho 1790	X
205	Joaquim Carneiro	X	Peregrino	X	15 Julho 1790	X
206	Jose da Fonsecca	X	Dispensante	X	15 Julho 1790	6 Agosto 1790
207	P. Manoel de Mello alias Fr. Manoel Jose de S. Rosa	Guimarães	Franciscano Observante	X	23 Agosto 1790	19 Outubro 1790
208	Jeronymo dos Santos	X	Peregrino	X	4 Setembro 1790	X
209	Joaquim Alvarez	X	Peregrino	X	18 Outubro 1790	X
210	Manoel José de Lemos	X	Dispensante	X	21 Outubro 1790	X
211	Bernardo Jose Pereira	X	Peregrino	X	26 Outubro 1790	X
212	Joaquim de Oliveira	X	"Ordenando mullato"	X	23 Novembro 1790	X
213	Manoel Martinz	X	Peregrino	X	11 Dezembro 1790	14 Dezembro 1790
214	Jose de Jesuz	X	Peregrino	X	24 Janeiro 1791	X
215	Manuel Climaco de Almeida	X	"Dizendo que era dispensante"	X	3 Fevereiro 1791	X

216	P. Claudio Pulcherio alias Fr. Claudio	X	Carmelitano Descalço	X	9 Fevereiro 1791	X
217	José Martiniano	X	Peregrino	X	20 Fevereiro 1791	X
218	João Duarte	X	Dispensante	X	26 Março 1791	X
219	Silvestre Jose	X	"Que diz ser dispensante"	X	27 Março 1791	X
220	Jose Maria	X	"Peregrino e depois se soube ser frade"	X	5 Abril 1791	14 Abril 1791
221	Custodio Rodriguez	X	X	X	9 Abril 1791	? 1791
222	João Lopez	X	Peregrino	X	28 Abril 1791	X
223	João Francisco Albano	X	X	X	4 Maio 1791	? Maio 1791
224	P. Jose Pereira da Motta	X	X	X	2 Junho 1791	X
225	José Alvares e Manuel José Alvares seo filho	X	Ermitão	X	19 Junho 1791	X
226	Jose Vieyra	X	Peregrino	X	20 Junho 1791	X
227	Miguel Peccador	X	Ermitão	X	24 Junho 1791	X
228	José da Silva	X	X	X	10 Julho 1791	X

229	Eleuterio Alvares	X	X	X	25 Julho 1791	X
230	José Gonçalves	X	X	X	28 Julho 1791	X
231	João Santiago da Cruz	X	X	X	31 Julho 1791	X
232	Manoel Jose	X	Dispensante	X	18 Agosto 1791	25 Setembro 1791
233	Thomaz Jose da Costa	X	Peregrino	X	20 Agosto 1791	X
234	Manoel Joze 2º	X	Dispensante	X	28 Agosto 1791	X
235	João Antonio dos Santos	X	Ermitão	X	12 Setembro 1791	X
236	José de Sá	X	Dispensante	X	24 Setembro 1791	X
237	Jose da Cruz	X	Peregrino	X	25 Setembro 1791	X
238	Sebastião da Silva	X	Peregrino	X	26 Fevereiro 1792	X
239	Manoel José do Capelista	X	Peregrino	X	26 Fevereiro 1792	X
240	José de Almeida	"Natural de Vila Certez"	Dispensante	X	1 Maio 1792	20 Maio 1792
241	Manoel José de Lemos	X	Peregrino	X	11 Maio 1792	14 Maio 1792
242	Manoel Antonio	X	Peregrino	X	13 Agosto 1792	X
243	P. Frey Antonio da	X	Franciscano	X	5 Outubro 1793	? Maio 1794

	Virgem Maria					
244	P. Frei Basilio de S. Rosa	X	"Clerigo da Immaculata Concepção"	X	12 Dezembro 1794	2 Fevereiro 1795
245	P. Felippe Neri da Beata Rita C(?)	X	missionario apostolico	X	28 Julho 1795	15 Novembro 1795
246	P. Joaquim de Sousa Ribeira	"Que disse ser natural e conego Thesoureiro na Cathedral da Bahia"	X	X	5 Agosto 1795	22 Setembro 1795
247	José Bernardez de Figueiredo alias D. Jose de Nossa Senhora	X	"Dispensante, Conego Regular de S. Cruz de Coimbra"	X	18 Setembro 1795	26 Setembro 1795
248	Joaquim Jose da Silva	X	Soldado Portuguez do 1º Regimento de Elvas	X	15 Outubro 1795	28 Outubro 1795
249	Jose Joaquim	X	Subdiacono	X	18 Outubro 1795	X
250	Antonio Ribeiro	X	Peregrino	X	21 Fevereiro 1796	X
251	João Baptista Arrada	X	Carmelitano	X	21 Maio 1796	3 Julho 1796

			Descalço			
252	Fr. Antonio Sarmento	X	3ª Ordem	X	25 Maio 1796	27 Maio 1796

2. Registo Enfermaria (1786-1802)[182]

(Imagens Fornecidas pelo IPSAR)

[182] FONTE: AIPSAR, Cod. CC1 (Registo Enfermaria 1737-1802)

Nº	A	Nome	Estatuto	Origem	Sintomas	Data entrada	Data saída	Morreu
1	1	D. Antonio Manuel	Reitor	X	X	14 Janeiro 1786	24 Janeiro de 1786	X
		D. Antonio Manuel	Reitor	X	X	1 Abril 1786	6 Abril de 1786	X
2	2	R. P. Antonio de Almeida	X	Porto	Com febre	3 Setembro 1786	14 Setembro de 1786	X
3	3	Fr. Antonio dos Santos	Religioso do Carmo	Lisboa	Com febre	8 Março 1787	15 Março de 1787	X
4	4	D. Antonio Lopez	Sacristão "desta real igreja"	X	X	5 Maio de 1787	6 Junho de 1787	X
5	5	Antonio Alves	Dispensante	Guarda	X	31 Maio de 1787	4 Julho de 1787	X
6	6	Antonio Dias Lopez	Ordenado em Roma	Viseu	X	3 Junho de 1788	13 Junho de 1788	X
7	7	Antonio Alves	"Ordenando do lugar de Armonis(?)	Bragança	X	21 Julho de 1788	3 Setembro de 1788	X

			Bispado de Bragança”						
8	8	Antonio Joaquim	Aprendiz de Arquiteto	Lisboa	X	12 Agosto de 1788	23 de Agosto de 1788	X	
9	9	Antonio Nunes da Cruz	Ordenando	Aveiro	X	18 Abril de 1789	22 de Abril de 1789	X	
10	10	D. Antonio da Silva	Capelão “desta caza, digo da Capela de S. Paio”	Lisboa	X	26 Maio de 1794	18 de Junho de 1794	X	
11	11	Antonio Jose Teixeira	Ordenando	Ilha da Madeira	X	23 de Outubro de 1796	9 de Novembro de 1796	X	
12	12	Frei Antonio de Maria Santissima	Religioso Leigo de S. Francisco	Lisboa (“Provincia dos Algarves natural do Bombarral, Patriarcado de Lisboa”)	X	24 de Outubro de 1797	12 de Novembro de 1797	X	

13	13	Antonio Jose “alma Santa do...”		...Arcebispado de Braga, do lugar do Vilarinho de Freiria”	X	7 de Abril de 1798	19 de Abril de 1798	X
x	14	D. Antonio da Silva	“Capelão da Capela de S. Paio”	Lisboa	Febre	12 de Junho de 1798	X	15 de Junho de 1798
Nº	**B**	**Nome**	**Estatuto**	**Origem**	**Sintomas**	**Data entrada**	**Data saida**	**Morreu**
14	1	D. Bernardo	X	Porto “natural do Pezo da Regoa em Lima do Douro”	com febre	27 de Julho de 1786		X
15	2	Bernabe Vas	Pelegrino	Bragança “do lugar de Casteloens Bispado de Bragança”	X	15 de Julho de 1788	22 de Julho de 1788	X
x		Bernabe Vas	Pelegrino	Bragança “do lugar de Casteloens Bispado de	X	1 de Agosto de 1788	15 de Agosto de 1788	X

				Bragança”				
x		Bernabe Vas	Pelegrino	Bragança “do lugar de Casteloens Bispado de Bragança”	X	26 de Agosto de 1788	3 de Setembro de 1788	X
16	3	D. Bernardo Pereira	Capellam desta Igreja	X	X	18 de Fevereiro de 1793	28 de Fevereiro de 1793	X
x		D. Bernardo Pereira		X	X	15 de Janeiro de 1794	23 de Janeiro de1794	X
x		D. Bernardo Pereira		X	X	6 de Abril de 1794	21 de Abril de 1794	X
17	4	P. Bernardo de Carvalho	Ex-Jesuita	Anadia	“mal de Alburreimas”	5 de Janeiro de 1799	X	X
18	5	D. Bernardo d'Almeyda	Sacerdote	Porto “em Portogal”	“feridas na cabeça”	27 de Janeiro de 1802	X	X
Nº	**C**	**Nome**	**Estatuto**	**Origem**	**Sintomas**	**Data entrada**	**Data saida**	**Morreu**
19	1	Camillo Jozé da	“Decano desta Real	X	X	4 de Outubro de 1787	“no dia que do mesmo mes”	X

		Silveira	Igreja”					
20	2	Camillo da Silveira	“Capelão desta Real Igreja”	X	X	23 de Junho de 1798	athe	X
Nº	**D**	**Nome**	**Estatuto**	**Origem**	**Sintomas**	**Data entrada**	**Data saida**	**Morreu**
21	1	Domingos Gomes	Dispensante	Braga “da Freguesia de S. Miguel de Tres Minas do Arcebispado de Braga”	com febre	31 de Julho de 1786	8 de Agosto de 1786	X
22	2	Domingos Afonso	Jesuita Leigo	Algarve “da cidade de Tavira”	X	12 de Dezembro de 1788	X	26 de Dezembro de 1788
23	3	Domingos Antonio	Ordenando	“do arcebispado de Braga”	X	28 de Marzo de 1792	31 de Marzo de 1792	X
24	4	Domingos Cirilli	“Chierico”	Gavignano	X	14 de Setembro de 1798	23 de Setembro de 1798	X
x		Domingos	“Chierico”	Gavignano	com	3 de Maio de 1799	14 de Maio de 1799	X

		Cirilli			Tereans(?)			
Nº	**E**	**Nome**	**Estatuto**	**Origem**	**Sintomas**	**Data entrada**	**Data saida**	**Morreu**
25	1	D. Estevão	X	Villa Viçoza	com febre	12 de Abril de 1784	27 de Abril de 1784	X
x		D. Estevão	X	Villa Viçoza	com febre	1 de Agosto de 1786	15 de Agosto de 1786	X
26	2	D. Eusebio da Veiga	“Reitor desta Real Igreja”	X	X	17 de Outubro de 1789	31 de Novembro de 1789	X
x	3	D. Estevão	X	Villa Viçoza	sem febre	7 de Agosto de 1791	13 de Agosto de 1791	X
x	4	R. P. Reitor Eusebio Veiga	Reitor	Coimbra	X	23 de Dezembro de 1793	14 de Abril de 1794	X
x		R. P. Reitor Eusebio Veiga	Reitor	Coimbra	X	25 de Maio de 1794	18 de Julho de 1794	X
x		R. P. Reitor Eusebio Veiga	Reitor	Coimbra	X	6 de Março	24 de Abril	X
x		R. P. Reitor Eusebio	Reitor	Coimbra	X	2 de Abril de 1798	X	

		Veiga						
x	5	D. Estevão da Silveira	"Capellao desta Real Caza"	Villa Viçoza	X	22 de Agosto de 1802	X	31 de Setembro de 1802
Nº	**F**	**Nome**	**Estatuto**	**Origem**	**Sintomas**	**Data entrada**	**Data saida**	**Morreu**
27	1	D. Francisco Franquelino	Capelam desta Caza	X	X	4 de Dezembro de 1785	10 de Dezembro de 1785	X
x		D. Francisco Franquelino	X	X	X	22 de Janeiro de 1786	29 de Março de 1786	X
28	2	Felipe de S. Tiago	X	Moura	com febre	12 de Agosto de 1786	21 de Agosto de 1786	X
29	3	R. P. Francisco e Joze Lopes Pimento	"Religioso Des. Francisco da observencia"	Guimaraens "do lugar de pode(?)dropo"	com febre	18 de Agosto de 1786	X	7 de Setembro de 1786
30	4	Francisco de Salles	Ordenante	"natural das minas cidade de Marianna"	com febre	30 de Setembro de 1786	15 de Outubro de 1786	X
x		Francisco	Ordenante	"natural das	X	1 de Maio de 1787	17 de Maio de 1787	X

		de Salles		minas cidade de Marianna”				
31	5	Francisco Jozé Sarmento	Ordenando	Bragança	com febre	23 de Agosto de 1787	8 de Setembro de 1787	X
32	6	Francisco Manuel Marques	Ordenando	Bragança	com febre	25 de Agosto de 1787	8 de Setembro de 1787	X
x	7	Felipe de S. Tiago	Ermita da Cruz de Marimane	Moura	“sem febre nem frio”	2 de Junho de 1788	8 de Junho de 1788	X
33	8	P. Felipe de Santa Rita	X	Goa	“molestia de gotta”	24 de Abril de 1796	9 de Maio de 1796	X
34	9	Francisco de Estrada	X	Roma “nascido em Baiona de França “	X	31 de Março de 1789	9 de Abril de 1789	X
35	10	Fr. ou Pº Feliz JozéMaria de Azevedo	“Religioso da Ordem de S. Trinidade desfradado”	Lisboa	X	4 de Abril de 1789	9 de Abril de 1789	X
36	11	D. Felipe	X	X	X	19 de Dezembro de	25 de Dezembro de	X

		Gabute				1789	1789	
37	12	Francisco Coche	X	Avis	X	2 de Outubro de 1791	26 de Outubro de 1791	X
38	13	R. D. Francisco Furtado	"hospitaleiro desta Real Enfermaria"	X	X	6 de Fevereiro de 1792	31 de Abril de 1792	X
39	14	Francisco Estrada	X	X	"sem febre, e sem frio"	20 de Fevereiro de 1793	24 de Fevereiro de 1793	X
x	15	Francisco Coche	X	Avis	X	6 de Novembro de 1794	X	1 de Fevereiro de 1795
40	16	D. Felipe Gabute	"Capelão desta Real Caza"	X	X	13 de Janeiro de 1795	15 de Fevereiro de 1795	X
41	17	Francisco da Silva	"pelegrino do lugar de..."	Coimbra "S. Martinho do Bispo junto a Coimbra"	X	25 de Agosto de 1797	21 de Setembro de 1797	X
42	18	D. Felipe Cabule	X	X	X	17 de Setembro de 1797	X	25 de Setembro de 1797
43	19	Francisco Guedes	Decano dos Quiricos	Roma	X	1 de Julho de 1798	8 de Julho de 1798	X

x		Francisco Guedes	Decano dos Quiricos	Roma	X	9 de Agosto de 1798	13 de Agosto de 1798	X
Nº	**G**	**Nome**	**Estatuto**	**Origem**	**Sintomas**	**Data entrada**	**Data saida**	**Morreu**
44	1	Guilerme dos Santos	X	X	X	1(?) de Janeiro de 1789	X	12 de Janeiro de 1789
Nº	**I**	**Nome**	**Estatuto**	**Origem**	**Sintomas**	**Data entrada**	**Data saida**	**Morreu**
		Letra I (até 1763)	**Continua na O e na Z**	**O(de 1785 até 1792) Z (de 1792 até 1802)**				
45	1	Joze do Couto	X	Alcobaça	X	9 de Setembro de 1785	25 de Setembro de 1785	X
46	2	Jozé Pereira de Morais	X	Porto	X	14 de Novembro de 1785	1 de Dezembro de 1785	X
47	3	João Baptista	“quirico desta Real Igreja”	X	X	1 de Janeiro de 1786	5 de Janeiro de 1786	X
48	4	João	X	Lisboa	com febre	28 de Fevereiro de 1786	5 de Março de 1786	X

		Gonçalves						
x	5	Jozé do Couto	X	Alcobaça	X	20 de Março de 1786	23 de Março de 1786	X
49	6	Jozé Antonio Pinto Indianno	X	Goa	X	17 de Março de 1786	25 de Março de 1786	X
x		Jozé Antonio Pinto Indianno	X	Goa	X	27 de Março de 1786	31 de Março de 1786	X
50	7	Jozé Antonio	"Soldado desertor"	Aveiro	com febre	20 de Abril de 1786	3 de Maio de 1786	X
51	8	Dr. Joaquim	X	X	com febre	5 de Maio de 1786	5 de Maio de 1786	X
x	9	Joze do Couto	X	Alcobaça	com febre	4 de Agosto de 1786	4 de Agosto de 1786	X
52	10	Joao Tavares	Ordenando	Aveiro	com febre	12 de Setembro de 1786	17 de Setembro de 1786	X
53	11	Joao Martins da Rua	X	Braga "natural da Villa de Vianna"	com febre	4 de Outubro de 1786	15 de Outubro de 1786	X

54	12	Jozé Joaquim	“Decano desta Real Igreja”	X	com febre	6 de Outubro de 1786	9 de Outubro de 1786	X
x	13	Joao Martins	X	Braga “da (?) natural da Villa de Vianna”	com febre	19 de Outubro de 1786	29 de Outubro de 1786	X
55	14	João Delgado	X	Elvas	com febre	20 de Outubro de 1786	18 de Novembro de 1786	X
56	15	Frei Joze dos Reis	Religioso Carmelita Descalço	Lisboa	sem febre	9 de Dezembro de 1786	17 de Dezembro de 1786	X
x	16	João Delgado	X	Elvas	com febre	14 de Dezembro de 1786	2 de Janeiro de 1787	X
x	17	Frei Joze dos Reis	Religioso Carmelita Descalço	Lisboa	com febre	28 de Dezembro de 1786	14 de Janeiro de 1787	X
57	18	Joaquim Ribeiro	X	Evora “natural da cidade de Evora”	com febre	28 de Dezembro de 1786	11 de Janeiro de 1787	X
x	19	João Baptista	“quirico desta Real	X	com febre	14 de Janeiro de 1787	20 de Janeiro de 1787	X

			Igreja”					
58	20	Frei Joaquim da Gloria	Religioso de S. Francisco da Observancia	“da ilha da Faialle”	com febre	29 de Janeiro de 1787	14 de Junho de 1787	X
59	21*	Jozé Antonio Percequeiro	X	Lisboa	X	24 de Abril de 1787	28 de Junho de 1787	X
x	22	Joze do Couto	X	Alcobaça	sem febre	30 de Junho de 1787	10 de Julho de 1787	X
60	23	R. Joaquim Jozé Orvalho	X	Portela “natural da villa de Portela no Alentejo”	com febre	12 de Julho de 1787	25 de Setembro de 1787	
61	24	R. P. Fr. Joaquim S. Carrollos	Religioso	Porto Alegre	com febre	20 de Julho de 1787	24 de Julho de 1787	X
62	25	João Alves	Dispensante	Bragança “do lugar de Monforte Bispado de Bragança”	com febre	5 de Agosto de 1787	20 de Agosto de 1787	X

63	26	João Jacomo Soeiro	Ordenando	Marianna “natural das Minas Gerais, cidade Marianna”	com febre	4 de Setembro de 1787	16 de Setembro de 1787	X
64	27	Jozé da Silva	Ordenando	Bragança “do bispado de Bragança Distrito de Vinhais”	X	7 de Outubro de 1787	28 de Dezembro de 1787	X
65	28	Jozé Vaz	Ordenando	Bragança “do bispado de Bragança”	X	30 de Outubro de 1787	11 de Novembro de 1787	X
x		Jozé Vaz	Ordenando	Bragança “do bispado de Bragança”	X	17 de Dezembro de 1787	1 de Janeiro de 1788	X
x		Jozé Vaz	Ordenando	Bragança “do bispado de Bragança”	X	29 de Janeiro de 1788	24 de Fevereiro de 1788	X
66	29	R. P. Jozé Leitão	Clerigo em Sacras Bispado d Viseu	Viseu “do bispado de Viseu”	X	15 de Abril de 1788	9 de Maio de 1788	X

x	30*	Jozé Vaz	Ordenando	X	X	2 de Maio de 1788	31 de Maio de 1788	X
x	31	Joaquim Jozé Orvalho	sacerdote	Evora “natural de Villa da Portella Arcebispado de Evora”	X	1 de Outubro de 1788	8 de Novembro de 1788	X
x	32	João Gonçalves	X	Lisboa	X	18 de Fevereiro de 1789	18 de Fevereiro de 1789	X
67	33	Joaquim Vicente	Ordenando	“do lugar Vigo Villa de Porto de Mós Bispado de Leiria”	X	15 de Julho 1789	2 de Agosto de 1789	X
x		Joaquim Vicente	Ordenando	“do lugar Vigo Villa de Porto de Mós Bispado de Leiria”	com febre	15 de Agosto de 1789	6 de Setembro de 1789	X
68	34	Joze Antonio	sacerdote da cidade de...”	“...Pinhel”	X	24 de Agosto de 1789	3 de Setembro de 1789	X
x	35	João Delgado	Capelam e confesor desta Real Igreja	X	X	28 de Agosto de 1789	X	31 de Agosto de 1789

69	36	João de Almeida Coelho	X	“Covilhám natural”	X	20 de Setembro de 1789	20 de Outubro de 1789	X
70	37	D. Jozé Joaquim Cordeiro	Capelam desta Real Igreja	X	X	9 de Novembro de 1789	1 de Dezembro de 1789	X
71	38	Dr. Joaquim Joze da Silveira	X	X	X	5 de Janeiro de 1790	13 de Janeiro de 1789	X
72	39	Jozé Martins Mourão	X	“cidade de Beja”	X	15 de Janeiro de 1790	9 de Fevereiro de 1790	19 de Fevereiro de 1790
73	40	Fr. Joaquim de Nossa Senhora	Religioso da Arrabida	Leiria “he do lugar do Sobral Ribeira de Litem Bispado de Leiria”	X	8 de Abril de 1790	10 de Maio de 1790	X
74	41	Joaquim de Olievira	Ordenando	“natural do Rio de Janeiro”	X	23 de Dezembro de 1790	X	3 de Janeiro de 1790
x	42	João Gonçalves	X	Lisboa	com febre	26 de Agosto de 1791	4 de Setembro de 1791	X

75	43	D. Joze Masedo	X	ilha do Foial	X	23 de Setembro de 1791	X ?	X
76	44	Joze Gonçalves	X	"de S. Andre Comarca de Chaves Arcebispado de Braga"	X	26 de Setembro de 1791	9 de Outubro de 1791	X
x	45	João Baptista	"Cherico desta Real Igreja"	X	X	2 de Dezembro de 1791	25 de Janeiro de 1792	X
77	46	Joze Gonçalves	Pelegrino	Chaves	X	3 de Abril de 1792	11 de Abril de 1792	X
78	47	Dr. Joaquim da Silveira	X	X	X	13 de Abril de 1792	28 de Abril de 1792	X
79(z)	48	Joze Gonçalves	Soldado de Goarda Marinha de sua Santidade	Chaves " natural do lugar de S. Andre junto a Chaves"	com febre	16 de Agosro de 1792	25 de Agosto de 1792	X
80	49	Fr. João do Nascimento Pinto	Religioso	Rio de Janeiro "da provincia de S. Francisco do Rio de	X	16 de Setembro de 1792	23 de Outubro de 1792	X

				Janeiro”				
81	50	Dr. Joaquim Antonio da Silveira	X	X	X	6 de Dezembro de 1792	15 de Dezembro de 1792	X
82	51	D. Ipolito da Costa Manoel	“do Coro desta Igreja”	X	X	17 de Fevereiro de 1793	10 de Março de 1793	X
x	52	João Gonçalves	morador	Lisboa	X	30 de Abril de 1793	6 de Maio de 1793	X
83	53	Joze Simoens	X	Aveiro “do lugar de Ancas Bispado de Aveiro”	X	29 de Agosto de 1793	14 de Setembro de 1793	X
84	54	R. P. D. Joze Ramalho	Capelam desta Real Igreja	X	X	21 de Janeiro de 1794	16 de Fevereiro de 1794	X
85	55	Joze Carnide	“escovador do Palacio de S. Ex. Ministro de Portugal”	“do bispado de Orensino Reino de Galiza”	sem febre e sem frio	21 de Março de 1794	3 de Maio de 1794	X

x	56	Dr. Joaquim Antonio da Silveira	X	X	X	18 de Agosto de 1794	X	25 de Agosto de 1794
x	57	João Gonçalves	moratore	X	X	20 de Janeiro de 1795	2 de Fevereiro de 1795	X
86	58	Fr. Joze	Religioso Leigo da Provincia da Piedade em Portugal dos Reformados de S. Francisco”	“de Braga”	X	5 de Setembro de 1795	22 de Setembro de 1795	X
87	59	Joze Antonio	Pelegrino	“Villa Visoza”	X	27 de Agosto de 1796	15 de Setembro de 1796	X
x		Joze Antonio	Pelegrino	Villa Viçoza	com febre	28 de Setembro de 1796	X	17 de Outubro de 1796
88	60	P. João de Cettem	X	Lisboa	X	7 de Agosto de 1798	17 de Agosto de 1798	X
x		P. João de Cettem	X	Lisboa	X	23 de Agosto de 1798	4 de Setembro de 1798	X

89	61	P. João Alberto	Ex-Jesuita Portuguez	Lisboa	asma de peito	3 de Janeiro de 1799	X	14 de Janeiro de 1799
x	62	D. Ipolito da Costa	Suchantre do Coro	X	“uma fistula que tem em hum olho”	28 de Dezembro de 1798	6 de Janeiro de 1799	X
90	63	Ignacio Manuel Gomes	X	Chaves	X	17 de Julho de 1802	31 de Julho de 1802	X
91	64	Jose Antonio Pinheiro	Marinheiro Portugues	X	X	28 de Julho de 1802	2 de Agosto de 1802	X
Nº	**L**	**Nome**	**Estatuto**	**Origem**	**Sintomas**	**Data entrada**	**Data saida**	**Morreu**
92	1	R. D. Luiz Monteiro	Capellam	Lisboa	X	22 de Novembro de 1784	14 de Dezembro de 1784	X
x		R. D. Luiz Monteiro	Capellam	Lisboa	X	14 de Outubro de 1785	X	25 de Outubro de 1785
93	2	Luis Pereira	Servidor	Lisboa	X	15 de Agosto de 1788	21 de Agosto de 1788	X
94	3	Lionardo Joze		Candedo “do lugar do	X	20 de Julho de 1789	2 de Agosto de 1789	X

		Teixeira		Candedo Arcebispado de Braga”				
x	4	Luis Pereira	Servidor	Lisboa	X	8 de Julho de 1800	16 de Julho de 1800	X
Nº	**M**	**Nome**	**Estatuto**	**Origem**	**Sintomas**	**Data entrada**	**Data saida**	**Morreu**
95	1*	Manoel Martins	portinario	Lisboa	X	6 de Outubro de 1785	19 de Outubro de 1785	X
96	2	Fr. Manoel de S. Bento	Monge Beneditino	Aveiro	Ferida numa perna	21 de Novembro de 1785	2 de Dezembro de 1785	X
97	3	Manoel	Cozinheiro desta Real Caza	X	X	28 de Janeiro de 1786	5 de Fevereiro de 1786	X
98	4	Fr. Manoel do Rozario	Religioso de S. Francisco Capucho	Lisboa	X	21 de Julho de 1786	1 de Agosto de 1786	X
99	5	Manoel Fernandes	Dispensante	Monchique	com febre	24 de Julho de 1786	14 de Agosto de 1786	X
100	6	Mathias Joze	X	Lisboa	com febre	23 de Julho de 1786	2 de Agosto de 1786	X

x	7	Manoel Martins	“portinario desta Real Caza”	Lisboa	X	30 de Junho de 1787	9 de Julho de 1787	X
101	8	Manoel Esteves Delgado	Ermita	Pinhel	com febre	4 de Setembro de 1787	16 de Setembro de 1787	X (jacobo)
		Manoel Esteves Delgado	Ermita	Pinhel	com febre	20 de Setembro de 1787	12 de Outubro de 1787	X
102	9	Manoel Joaquim Rodrigues de S. Payo	X	Coimbra	X	15 de Julho de 1788	16 de Julho de 1788	X
		Manoel Joaquim Rodrigues de S. Payo	X	Coimbra	X	1 de Outubro de 1788	5 de Outubro de 1788	X
103	10	Manoel de Asunsão	“cozinheiro desta Real Caza”	X	X	10 de Julho de 1789	18 de Julho de 1789	X
104	11	Miguel Angello	“assistente em Roma”	Lisboa	X	18 de Agosto de 1789	X?	X

		Stupani						
105	12	Manoel Coelho	Ordenando	Leiria “Bispado de Leiria no lugar de Algibarrota”	X	18 de Abril de 1789	31 de Agosto de 1789	X
106	13	Manoel Machado	sacerdote jezuita	Miranda	X	3 de Setembro de 1789	10 de Setembro de 1789	X
107	14*	Fr. Manoel da Trindade	sacerdote monge de S. Jeronimo	Goarda	X	22 de Setembro de 1789	4 de (?) de 1789	X
		Fr. Manoel da Trindade	sacerdote monge de S. Jeronimo	Goarda	X	4 de Novembro de 1789	14 de Novembro de 1789	X
108	15	Manoel Antonio	Pelegrino	Torres Vedras “do lugar de Lourinhem comarqua de Torres Vedras patriarcado de Lisboa”	X	18 de Novembro de 1789	25 de Novembro de 1789	X
109	16	Manoel Jozé	Pelegrino	Goarda “do bispado da Goarda do	X	1 de Fevereiro de 1790	23 de Fevereiro de 1790	X

				lugar digo Villa de Seloricos dos Bebados”				
110	17	Fr. Manoel Joze de S. Rosa	Religioso de S. Francisco	Guimaraens “ natural da Villa de Guimaraens”	X	23 de Agosto de 1790	X?	X
111	18	Manoel Joze	Dispensante	(?) no Algarve	com febre	5 de Setembro de 1791	17 de Setembro de 1791	X
113	19	Manoel Joaquim	Enfermeiro	Coimbra	X	1 de Dezembro de 1791	14 de Dezembro de 1791	X
114	20	Manoel Antonio da Conceiçao	X	Alves	X	14 de Dezembro de 1791	17 de Dezembro de 1791	X
115	21	Manoel da Assunção	Cozinheiro desta Real Caza	X	com febre	15 de Janeiro de 1793	X	21 de Janeiro de 1793
x	22	Manoel Martins	Portinario	X	X	2 de Fevereiro de 1793	10 de Março de 1793	X
116	23	Manoel de Joze	Pelegrino	Lamego “do lugar de (?) Bispado de	X	23 de Setembro de 1793	7 de Outubro de 1793	X

				Lamego"				
x	24	Miguel Angello Stupani	X	Lisboa	X	7 de Novembro de 1793	16 de Novembro de 1793	X
x		Miguel Angello Stupani	X	Lisboa	X	3 de Dezembro de 1793	10 de Dezembro de 1793	X
x		Miguel Angello Stuoani	X	Lisboa	X	5 de Janeiro de 1794	9 de Janeiro de 1794	X
117	25	Manoel Ferreira	X	Aveiro "do lugar de Bellazaima do Chao Bispado de Aveiro"	X	28 de Setembro de 1794	1 de Novembro de 1794	X
118	26	Manoel de Mattos	Ermitao	Lisboa "natural de Lisboa asistente em huma Ermida chamada de N. Senhora do Campo junto a Palestina"	X	20 de Agosto de 1797	4 de Outubro de 1797	X

119	27	Manoel Gonçalves	Ordenando	Lamego “da cidade de Lamego”	X	25 de Agosto de 1797	29 de Agosto de 1797	X
x	28	Manoel de Mattos	Ermitao	Lisboa	X	18 de Novembro de 1797	4 de Dezembro de 1797	X
x		Manoel de Mattos	Ermitao	Lisboa	X	3 de Março de 1798	15 de Março de 1798	X
120	29	Manuel Martins de Carvalho	X	Lisboa	idade avançada	20 de Novembro de 1798	27 de Novembro de 1799	X
121	30	P. Manuel Monteiro	Ex-Jesuita Portuguez	Vizeu “de Ferreira de Aves do Bispado de Vizeu”	X	25 de Março de 1800	X	1 de Abril de 1800
121	31	Mathias Joze Pereira	Pedreiro	Beja “ nascido em Perugarda termo de Beja na provincia de Alentejo em Portugal”	X	24 de Março de 1800	X	9 de Abril de 1800
122	32	Manuel	Pintor	Lisboa	X	14 de Julho de 1801	X?	X

		Stoppani						
Nº	**N**	**Nome**	**Estatuto**	**Origem**	**Sintomas**	**Data entrada**	**Data saida**	**Morreu**
x	X	X	X	X	X	x	X	X
Nº	**O**	**Nome**	**Estatuto**	**Origem**	**Sintomas**	**Data entrada**	**Data saida**	**Morreu**
x	X	X	X	X	X	x	X	X
Nº	**P**	**Nome**	**Estatuto**	**Origem**	**Sintomas**	**Data entrada**	**Data saida**	**Morreu**
123	1	Fr. Pedro de N. Senhora	Religioso as Ordem do P. Baltazar da Boa Morte da …	Lisboa "cidade de Lisboa"	com febre	10 de Fevereiro de 1787	X?	X
124	2	Fr. Pedro do Espirito Santo	Religioso da 3ª ordem	Braga	com febre	9 de Setembro de 1787	X	14 de Setembro de 1787
125	3	Pedro	X	Alvas "de Campo Mayor	com febre	7 de Maio de 1797	16 de Maio de 1797	X

		Rodrigues		Bispado de Alvas”				
x		Pedro Rodrigues	X	Alvas “de Campo Mayor Bispado de Alvas”	X	6 de Agosto de 1797	X?	X
x		Pedro Rodrigues	X	Alvas “de Campo Mayor Bispado de Alvas”	X	5 de Novembro de 1797	12 de Novembro de 1797	X
x		Pedro Rodrigues	X	Alvas “de Campo Mayor Bispado de Alvas”	X	26 de Novembro de 1797	5 de Dezembro de 1797	X
126	4	Paulo Cortese	Decano da Sacrystia	Casta Lupo	“huã frattura no braço esquerdo”	18 de Dezembro de 1800	17 de Janeiro de 1801	X
x		Paulo Cortese	Decano da Sacrystia	Casta Lupo	“com huã putrida”	9 de Julho de 1802	19 de Agosto de 1802	X
127	5	D. Pedro de Paiva	X	X	com febre	1 de Agosto de 1804	16 de Agosto de 1804	X

Nº	**Q**	**Nome**	**Estatuto**	**Origem**	**Sintomas**	**Data entrada**	**Data saida**	**Morreu**
x	X	X	X	X	X	x	X	X
Nº	**R**	**Nome**	**Estatuto**	**Origem**	**Sintomas**	**Data entrada**	**Data saida**	**Morreu**
x	Até 1778	X	X	X	X	x	X	X
Nº	**S**	**Nome**	**Estatuto**	**Origem**	**Sintomas**	**Data entrada**	**Data saida**	**Morreu**
128	1	Serafino Gio Mandoles	“Chierico desta Real Igreja”	Roma	com febre	16 de Setembro de 1793	29 de Setembro de 1793	X
x		Serafino Gio Mandoles	“Chierico desta Real Igreja”	Roma	com febre	22 de Abril de 1794	X?	X
x		Serafino Gio Mandoles (*)	“Chierico desta Real Igreja”	Roma	X	7 de Maio de 1794	18 de Maio de 1794	X

Nº	**T**	**Nome**	**Estatuto**	**Origem**	**Sintomas**	**Data entrada**	**Data saida**	**Morreu**
129	1	Thomas Antonio da Malva	Ordenando	Taveiro "natural da Vila de Taveiro junto a Coimbra"	com febre	27 de Julho de 1787	5 de Agosto de 1787	X
Nº	**V**	**Nome**	**Estatuto**	**Origem**	**Sintomas**	**Data entrada**	**Data saida**	**Morreu**
130	1*	D. Vicente	Capelam desta Igreja	X	X	12 de Julho de 1790	25 de Dezembro de 1790	X
X		D. Vicente	Capelam desta Igreja	X	X	X?	X?	X
X		D. Vicente	Capelam desta Caza	X	X	17 de Fevereiro de 1793	X?	X
Nº	**Z**	**Nome**	**Estatuto**	**Origem**	**Sintomas**	**Data entrada**	**Data saida**	**Morreu**
X	X	X	X	X	X	x	X	X

3. Número de pessoas assistidas no hospício e na enfermaria (1786-1802)[183]

Ano	Hospício	Enfermaria
1786	55	25
1787	53	23
1788	43	11
1789	35	19
1790	21	7
1791	24	9
1792	5	6
1793	1	12
1794	1	10
1795	5	3
1796	3	3
1797	0	6
1798	0	9
1799	0	3
1800	0	4
1801	0	1
1802	0	5
Total	**246**	**156**

[183] Fonte: AIPSAR, Cod. CC12 (Peregrinos do Hospício de Santo António 1786-1825)
AIPSAR, Cod. CC1 (Registo da Enfermaria 1737-1802) (os número apresentados na coluna da enfermaria não inclui reentradas)

4. Administração da Real Igreja, Casa e Hospital de Santo António dos Portugueses em Roma (1793-1802)[184]

Nome	Cargo	Outro Cargo	Início e Fim
Sr. Jacinto de Oliveira Abreu e Lima	Governador		? - 1783 (morreu)
José Pereira Santiago	Secretario		? - 1795 (morreu)
Sr. Reve. Conego Sebastião Lopez Rosa	Deputado	Governador (Janeiro 1783 a 1784)	? - 1790 (morreu)
D. Antonio Balthazar Lopez de Leão	Deputado	Governador (Dezembro 1783 a 1787)	? -?
D. Francisco Telles	Deputado	Governador (Dezembro 1784 a 1791, 1798)	? -1798 (morreu)
Cavalheiro Verney	Deputado		? - Deixa de ser mencionado
Joseph Ignacio de Burem	Deputado		? - 1794 (morreu)
D. Gregorio Pedro Pereira	Deputado	Governador (Dezembro 1791 a ?)	1783 -?
Joseph Joaquim Louro da Sylva	Deputado		1783 - Deixa de ser mencionado
Cavalheiro D. Miguel da Gama	Deputado		1783 - Deixa de ser mencionado
Jorge Alves de Castro	Deputado		1783 -?
Sr. Cavalheiro Nicolao Pagliarini	Deputado		1783 - 1795 (morreu)
Advogado João Baptista Pereira	Deputado		1783 - 1796 (morreu)
Sr. Luiz Alvres da	Deputado		1783 -?

[184] Quadro feito com base nas seguintes fontes: AIPSAR, Cod. BB5 (Livro das Congregações 1772-1793); AIPSAR, Cod. BB6 (Livro das Congregações 1794-1802).

Cunha Figueiredo			
Francisco José Pereira	Secretario	Coadjunto do pai (1791) Secretario (1795)	1791 -?
Sr. Estanislau de Seabra Vanicelli	Deputado		1792 - Deixa de ser mencionado
Domingos Pappiani	Deputado		1796 -?
Raphael da Cruz Guerreiro	Deputado		1802 -?
Joaquim Severino Gomes	Deputado		1802 -?
D. Pedro de Souza	Deputado		1802 -?
D. Luiz de Souza Coutinho Conde D'Alva	Deputado		1802 -?

5. Acta Congregação (9 de Julho de 1789)[185]

"Congregação Geral dos 9 de Julho de 1789"

"Por ordem expressa do Ilustrissimo Exº S. Dom João de Almeida de Mello Castro do Concelho de sua Magestade Fidelissima e seu Ministro Plenipotenciario junto a esta S. Sede foi intimada a presente Congregação Geral a qual assistirão tanto o Sr. Governador que os mais Senhores Deputados a reserva dos Senhores D. Antonio Lopez de Leão, Conego Lopes Rosa e Cavalheiro Miguel da Gama.

Ditas as preces na forma de costume se leu na referida Congregação a carta que a sua Exª a mesma escreveu e he do theor seguinte ===

Tendo reprezentado a sua Magestade os abusos e inconvenientes que resultavão da facilidade, e nenhuã escolha com que se recebião no Hospicio da Real Casa Nacional de Santo Antonio todos os individuos portugueses que passavão a esta Corte sem attender a os motivos por que tinhão deixado a Patria e sem se examinar se tinhão legitimamente saido dos Estados de S. Magestade e se trassião os passaportes e licenças necessarias de que constasse que os sobreditos emigrantes não erao fugitivos e criminosos e tendo informado a mesma senhora que desta falta de exame e averiguação rezultava o receberemse na quelle Hospicio sujeitos indignos e perturbadores do socego e tranquilidade que devia haver na quelle Hospicio donde cometião infinitas dezordens e desasocegos tanto no interior do mesmo Hospicio roubando não só a roupa e outros moveis a elle pertencentes como muitas vezes me foi reprezentado pelo actual Governador e Deputados, mas roubando se tambem huns aos outros e cometendo outras semelhantes dezordens publicas juntandose no Adro da mesma egreja donde com grande escandalo atacavão, insultavão e injuriavão as pessoas que passavão, foi a sua

---

[185] FONTE: AIPSAR, Cod. BB 5 (Livro das Congregações) Fl. 256-259.

Para a transcrição deste documento, como dos anexos 6-7-8, se seguiram as seguintes normas de transcrição: COSTA, Avelino de Jesus da – *Normas gerais de transcrição de documentos e textos medievais e modernos*. 3ª ed. Coimbra: Faculdade de Letras, 1993.

Magestade servida em consequencia desta minha informação ordenar por Despacho de 24 de Março de 1789 que se observasse na Real Casa Nacional de Santo Antonio a mesma Ordem e regularidade Economica que as Cortes de França e Hespanha fazem observar nos seus respectivos Hospicios: Em execução das Reaes Ordens de Sua Magestade se fizerão rezumir os 5 Artigos que vão expressos na Nota incluza que a Congregação fara observar perpetuamente no Hospicio em quanto Sua Magestade não mandar o contrario.

Roma 9 de Julho de 1789 = = - - -

Senhor Governador e Deputados da Real Igreja de S. Antonio

=os 5 artigos de que acima se faz menção são os seguintes=

Hospicio da

1º Não se podera receber na Real Casa de Santo Antonio algum portuguez se não vier legitimado com passaporte autentico ou do Reyno de Portugal ou de algum dos Exº Embaixadores Enviados ou Ministros de Sua Magestade Fidelissima nas Cortes Estrangeiras.

2º Com o tal passaporte se reberão no dito Hospicio somente Dispensantes e Peregrinos. Os Dispensantes se deterão nella athe cumprirem a respectiva penitencia e alcançarem a dispensa. Os Peregrinos porem de qualquer estado e condição que sejão não poderão demorar nelle se não pelo tempo de trez dias. Se ouver alguma razão particular e motivo urgente sera em arbitrio do Sr. Governador pro tempore concederlhes outros trez dias, mas não podera prolongar mais este termo sem ordem expressa da Congregação.

3º Não querendo S. Magestade Fidelissima nossa Soberana que os seus vassallos venhão tomar ordens nesta Curia não se receberão no Hospicio nem Estudantes nem os chamados Ordenandos.

4º Não se recebera no dito Hospicio Apostata algum ou Frade de qualquer religião somente se vier algum destes em traje de secular e que traga

o devido passaporte, se recebera por trez dias como se fosse hum dos peregrinos de que trata o nº 2 acima.

5º Para corregir o gravissimo abuzo e evitar o detestavel escandalo com que pelo passado os peregrinos e mais pessoas demorantes neste Hospicio se união em ranchos não menos sobre o Adro da Real Igreja que na praça adnexa fazendo algazarras, suscitando altercaçoens lascivas as mulheres que passavão, se ordena que toda e cada huã pessoa demorante no dito Hospicio de qualquer estado e condição que seja a qual parar e se detiver ou so ou em companhia assim de dia como de noite tanto na Portaria quanto no Adro da Real Igreja e Praça adnexa seja logo immediatamente despedido e lançado fora do mesmo Hospicio pelo senhor Governador pro tempore ao qual se encarrega de assim o fazer executar sem remissão alguma ====

Acabadas de ler estas Determinaçoens todos os sobreditos Sr. Governdor e Deputados depois de as ter summamente applaudido e feito a sua Exª os devidos elogios pela sua indefessa vigilancia e zelo patriotico as aceitarão como Leys e Estatutos desta Real Casa Nacional e por taes as reconhecem, approvão e confirmão. Pelo que no Real Nome se ordena a todo a quem pertencer que da qui para diante as observem e cumprão inviolavelmente como nellas se contem. Não obstante quaesquer dispoziçoens em contrario contheudas nos antigos Estatutos e particularmente nos Capitulos 1º e 2º do Livro 3º dos mesmos que todas com o prezente Decreto se derogão e annullão para o prezente effeito somente ficando alias os ditos Antigos Estatutos no seu inteiro vigor em tudo o que não he contrario a estas novas Determinaçoens."

GREGORIO P. PEREIRA Dep. FRANCISCO JOZÉ TELLES Gov.

NICOLAO PAGLIARINI Dep. JOÃO BAPTISTA PEREIRA

JOZÈ PEREIRA SANTIAGO Dep. E Secret.º

6. Acta Congregação (1 de Fevereiro de 1796)[186]

"Congregação Particular do 1º de Fevereyro de 1796"

Intimada por bilhetes na forma costumada desta Congregação a ella assistirão tanto o actual Governador Sr. Conego D. Gregorio Pedro Pereira, que os mais Senhores Deputados que compoem a particular a rezerva dos Senhores Deputados Cavalheiro Luiz Alvarez da Cunha Encarregado dos Negocios, João Baptista Pereira legitimamente impedidos.

Lidas as preces na forma costumada se chamarão os Officiaes da Caza Computista e Exactor e se lerão as ordens dos pagamentos tanto mensuaes, que extraordinarias as quaes forão todas registradas nos respectivos livros a que cada hum dellas pertencem.

Havendo condideração a que os RR. PP. Cappellaens despedidos na Congregação Particular do 1º de Janeiro proximo passado como mandão os nossos Estatutos tinhão bem dezempenhado as suas obrigaçoens e servido puntualmente se aceitarão de novo e reconduzirão por outro anno somente.

Antes porem de passar a distribuhyr entre elles os diferentes empregos não se deve deixar de tomar em matura consideração e de remediar por quanto he possivel a algum abuzo e omissao que não obstante o expediente tomado na Congregação Particular do 1º de Fevereyro de 1794 e nessa registrado consta ter havido no cumprimento da primeira indispensavel obrigação de hum catholico e a mesma aceita a Deos qual he a de soccorrer ao proximo em mizeria e necessidade constituhido. Pelo que assim de promover huma mais prompta e cantativa distribuição das esmolas que se concedem aos pobres Nacionaes se decretou: que se haja desde logo por desmembrada e athe nova ordem em contrario continue a estar separado do emprego de Hospitaleiro a incumbencia das esmolas de que se faz menção no fim do § quinze do Capitulo terceiro do Livro terceiro dos mencionados

[186] FONTE: AIPSAR, Cod. BB 6 (Livro das Congregações) Fl. 53-55.

Estatutos da dita Nossa Real Igreja ficando alias annexo e pertencendo ao referido emprego Ospitaleiro tudo o mais que se acha expresso no sobredito livro terceiro dos Estatutos nos Capitulos Primeiro, Segundo e Terceiro do seu regimento. Em consequencia se encarrega ao Sr. Conego Governador que ajustadas as contas com o Reverendissimo D. Francisco Furtado Hospitaleiro passado, tome logo entrega mediante hum seu recibo dos setenta escudos Romanos que aquelle tinha sempre nas suas mãos anticipados para as referidas esmolas.

Separada em vigor do antecedente decreto a incumbencias das esmolas do emprego de Hospitaleiro basta a este para cumprir com as obrigações do seu cargo e suprir as despezas desta a quantia de 20 escudos Romanos. Pelo que o mesmo Sr. Conego Governador podera ordenar que do dinheiro della Nossa Real Igreja se dem antecipados ao Reverendo Capelão, que sera destinado hospitaleiro os mencionados vinte escudos dos quaes passera recibo para dar conta delles em todo o tempo.

Para a incumbencia das esmolas que se levou ao Hospitaleiro e decretou: De crear por agora como com effeito se cria por meyo do prezente hum novo emprego com a denominação de Esmoler: ao qual pertencera e incumbira de dar as esmolas tanto mensuaes, que manuaes e extraordinarias que por ordem desta Congregação se distribuhem aos pobres nacionaes portuguezes e no fim de cada mez o dito esmoler aprezentara ao Sr. Governador pro tempore huma lista de todas as esmolas que a dita Congregação lhe mandou dar nelle, exprimindo com toda a clareza e distinção não menos a quantia de cada hum que os nomes das pessoas das quaes juntamente entregara os respectivos recibos a vista destes o referido Sr. Governador lhe mandara passar a correspondente ordem de pagamento para seu embolço e descargo bem entendido que de todas as sobreditas listas deve lançar em cada mez o Dupplicado em hum livro o que devera sempre ser asignado mez por mez pelo Sr. Governador.

Para suprir a estas despezas he necessario que o Esmoler tenha na sua mão antecipadamente a quantia de setenta escudos Romanos como já se practicava com o Hospitaleiro a este respeito. Pelo que o mesmo Sr. Conego

Governador podera entregar ao novo Esmoler os setenta escudos, que segundo o disposto acima tera recebido do Padre Furtado e daquelle tomara recibo o qual fara passar para a nossa Computisteria ordenando que nesta se faça exacto registro assim da separação das esmolas do emprego de Hospitaleiro e erecção do emprego de Esmoler como das respectivas summas que se passarão antecipadas aos novos Hospitaleiro e Esmoler para que em todo o tempo fiquem responsaveis e haja de dar conta dellas.

Para o novo emprego de Esmoler se escolheu o R. P. Capellão D. Jozé Ramalho visto que tanto por ser practico das distribuição das esmolas pela ter exercitado interinamente nos annos passados quanto pela sua probidade de costumes e exactidão no cumprimento das suas obrigações se espera que haja de dezempenhar este emprego com aquella diligencia e zelo que exige a caridade Christa.

Finalmente se passou a eleger e destinar entre os referidos capelaes novamente admitidos os empregos para o corrente anno de 1796 e destes se (?) presceve a Congregação Geral dos 18 de Janeiro de 1794 e publicou a lista que he do teor seguinte.

Reytor	D. Eusebio Veiga	e nos impedimentos deste servira
	D. Rodrigo de Souza	
Hospitaleiro	D. Francisco Furtado	
Esmoler	D. Jozé Ramalho	
Sancristão	D. Rodrigo de Souza	
Mestre de Coro	D. Hippolito Costa	e nos impedimentos deste servira
	D. Jozé Ramalho	
Mestre de Ceremonia	D. Francisco de Araujo	

Confessores D. Euzebio Veiga

D. Francisco Furtado

Derão-se algumas esmolas e nada mais houve digno de registrarse.

FRAN. (co) JOZÉ PEREIRA D. GREGORIO Pº CONº PEREIRA GOVº

JORGE ALVARES DE CASTRO DEPº

FRANCISCO PEREIRA SANTIAGO SECR(rio) e DEP(do)

7. Acta Congregação (9 de Fevereiro de 1797)[187]

"Congregação Geral Extraordinária na manha dos 9 de Fevereiro de 1797

Ajuntarãose na hora estabelecida em caza so Sr. Conego D. Gregorio Pedro Pereira actual Governador impedido por molestia o Senhores Deputados, Francisco José Telles, Cavº Luiz Alvares da Cunha Encarregado dos Negocios, Domingos Pappaini Consul Geral e eu abaixo assignado Notario, Secretario e Deputado.

Lidas as preces do costume inherendo a propozição do Sr. Conego Governador com a perfeita unanimidade se estabeleceu, de fazer nas actuaes calamitozas circunstancias, celebrar hum solemne Triduo na Nossa Igreja nos dias 12, 13 e 14. Com solemne <missa> cantada no dia 15 Festa da Translação do Nosso Glorioso Santo e assistencia da Congregação no dito dia em habito de formalidade o que tudo puntualmente se efectuou com grande concurso de fieis.

Tendose tomado em madura consideração o imminente e grave perigo em que se acha alem deste estado, esta mesma cidade, pela vizinhança das forças inimigas, se conferirão ao Sr. Conego governador todas as faculdades para por em salvo com as necessarias cautelas as tres peças de mayor valor que existem na Nossa Real Igreja, isto he a Roza de ouro, Palix, Patena e Pisside e o Ostensorio do Santissimo pedindolhe procedesse nisto com o mayor segredo"

FRANCISCO JOZÉ PEREIRA SANTIAGO Notario, Secretario e Deputado

Confirmo quanto esta descripto nesta Congregação Geral

[187] FONTE: AIPSAR, Cod. BB 6 (Livro das Congregações) Fl. 83.

8. Acta Congregação (26 de Junho de 1800)[188]

"Congregação Extraordinaria dos 26 de Junho do anno de 1800

Tendose depoes de huma auzencia de mais de dois annos nesta cidade os Senhores Deputados da Nossa Real Igreja, Caza e Hospital de Santo Antonio: Gregorio Pedro Conego Pereira e Domingos Pappiani Consul Geral de Sua Magestade no Estado Pontificio que se tinhão desta auzentado pelas bem conhecidas Revoluçoens politicas, se juntarão na sala estimada da Congregação na manha do dia 26 do corrente anno em companhia dos outros Deputados, Jorge Alvares de Castro e Francisco Pereira Santiago Secretario e Deputado encarregados da administração da dita Real Igreja, Caza e Hospital durante a auzencia da Congregação.

Lidas as preces na forma de costume, tomou a palavra o Sr. Conego D. Gregorio Pedro Pereira louvando a coduta dos mencionados dois Deputados Senhores Jorge Alvares de Castro e Francisco Pereira por ter nas turbolencias politicas deste estado empregando toda a cura e deligencia possivel afim de render menor o detrimento inevitavel da Real Igreja, cuidando com tudo o emprenho para ocultar a pouca prata que escapou do primeiro despojo e os paramentos sagrados de mayor riqueza e valor juntamente com a mayor parte dos efeitos pertencentes ao Hospital, como fizerão tudo rendendo na Epoca da Liberação desta cidade. Disse de mais que tendose os mesmos Senhores Deputados exposto aos muitos fortes perigos assim de salvar o que lhes tinha sido entregue, merecia o zelo por eles mostrado, que se fizesse delles honorada menção nos registros da Nossa Congregação o que se faz por Selo de bem devida gratidão e instrução da Posteridade.

Passou em segundo lugar a expor a necessidade que havia de se tornar novamente a organizar a administração na forma a mais conveniente a nossa actual situação em consequencia do que unanimente se decretou que o louvado Sr. Conego D. Gregorio Pedro Pereira tornarsse desde logo

[188] FONTE: AIPSAR, Cod. BB. 6 (Actas das Congregações) Fl. 113-

novamente a exercer o Governo da dita nossa Real Igreja Casa se isto não so pelo ter dezempenhado athe a suspenção das funçoens da Congregação mais outro sim por ser o Deputado mais antigo. Bem # [nota: "# bem entendido que haja de durar no exercicio das suas funçoens athe a regª do tempo prefixo nos nossos Estatutos pela eleição do #"] # do novo Governador. Decretado de mais que esta particular providencia haja força de Ley fondamental e Estatuaria se observanse com todas a Exactidão em cazos semelhantes e particularmente na falta do Sr. Governador fora do tempo.

Atendidas algumas particulares circunstancias se determinou que ficasse lançado fora da caza que ocupou no tempo do passado Governo existente nas vizinhanças de S. Ivo o mercador de vinho Natal Combi e isto particularmente pela convenção particular existente entre a nossa Real Igreja e a assim dita dogana dello Studio. Confirmada com pontificio Chirografo.

Se conferirão ao Secretario e Deputado Francisco Pereira Santiago as faculdades necessarias para receber do Padre João de Cettem escudos sete moeda de prata a titulo de indenização pela roupa pertencente a nossa Real Igreja e pelo mesmo Padre de Cettem vendida, com que esta quantia ficouse saldada pelo primeiro de outubro do corrente anno.

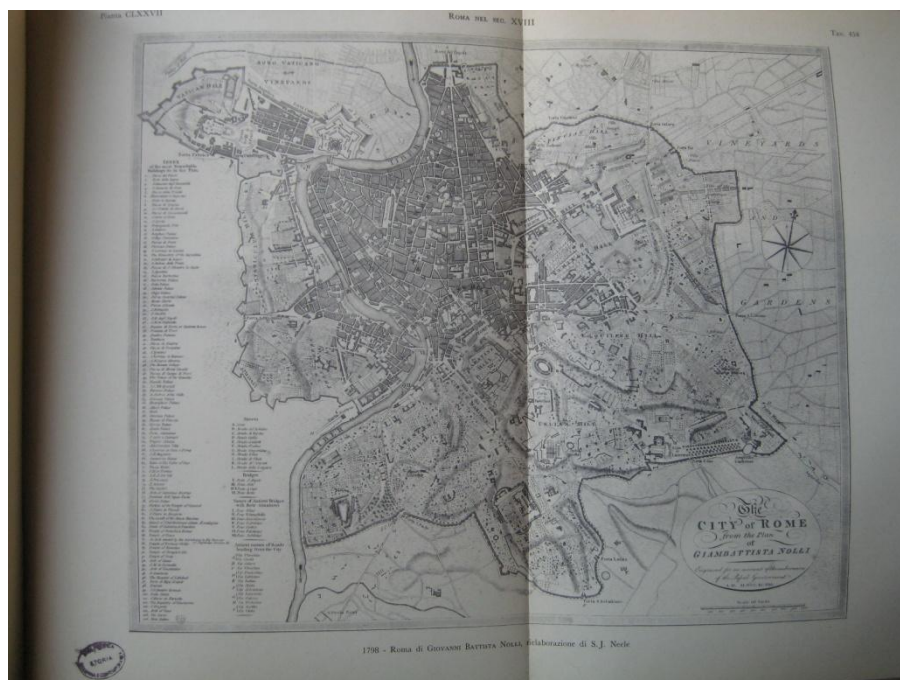
Descorreuse dos interesses da caza e nenhuma a outra resolução se tomou que mereça registrarse"

GREGORIO PEDRO CONEGO PEREIRA GOVERNADOR

JORGE ALVAREZ DE CASTRO DEPUTADO

DOMINGOS PAPPIANI DEPUTADO

FRANCISCO PEREIRA SANTIAGO SECRETARIO E DEPUTADO

9. Mapa de Roma (Século XVIII) [189]

(Pormenor – Igreja de Santo António)

[189] Planta de Roma de Antonio Barbey (1798).

Fonte: FRUTAZ, Amato Pietro – Le Piante di Roma. Vol. III. Roma: Istituto di Studio Romani, 1962. Tav. 453.